



SALVAGUARDA

PATRIMÓNIO, HISTÓRIA E CULTURA
SANTIAGO DO CACÉM

N.º 2023 1



SALVAGUARDA
PATRIMÓNIO, HISTÓRIA E CULTURA
SANTIAGO DO CACÉM

N.º²⁰²³1

FICHA TÉCNICA

EDIÇÃO

Câmara Municipal de Santiago do Cacém (CMSC, Portugal)

PROJETO

Divisão de Cultura e Desporto | Serviço Municipal de Bibliotecas e Arquivo | Arquivo Municipal de Santiago do Cacém

COORDENAÇÃO EDITORIAL

Luísa Gomes

COLABORAM NESTE NÚMERO

Dina Calado | Filipa Santos | Francisco Lobo de Vasconcellos | Gentil Cesário | Jorge Feio
José Matias | Lidia Virseda | Patrícia Simão

REVISÃO DE TEXTO

Ivone Pereira Bento

REVISÃO DE REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Irina Santos

CONCEÇÃO GRÁFICA

Helena Soares

MONTAGEM E PAGINAÇÃO

100 Luz | Weblime

PRODUÇÃO GRÁFICA

100 Luz | Weblime

ISSN

2975-8793

DEPÓSITO LEGAL

515603/23

TIRAGEM

300

CONTACTOS

Câmara Municipal de Santiago do Cacém | Arquivo Municipal
Rua Eng.º Costa Serrão, n.º 25
7540-185 Santiago do Cacém
arquivomunicipal@cm-santiagocacem.pt

ÍNDICE

PÁG.5
EDITORIAL

PÁG. 7
A ALIMENTAÇÃO EM TORNO DA LAGOA DE SANTO ANDRÉ: LAVRADORES, PESCADORES E CEIFEIROS DE ARROZ –
COMPATIBILIZAR GASTRONOMIA COM PRESERVAÇÃO DA NATUREZA

Dina Nunes Calado

PÁG. 41
MARCAS DE UM CRISTIANISMO PRECOCE NA ÁREA DE ALVALADE DO SADO:
MONTE DO ROXO E (POSSIVELMENTE) MONTE DA AMEIRA

Jorge Feio

PÁG. 67
NOVOS ACHADOS ARQUEOLÓGICOS NO CENTRO HISTÓRICO DA VILA DE ALVALADE DO SADO

Lidia Virseda, Patrícia Simão e Filipa Santos

PÁG. 91
OS MOINHOS NO MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO CACÉM

José Matias

PÁG. 115
PARQUE URBANO DO RIO DA FIGUEIRA
– BREVE HISTÓRIA DO MAIOR PARQUE PÚBLICO DA CIDADE DE SANTIAGO DO CACÉM –

Gentil José Cesário

PÁG. 129
PRODUÇÃO E LAZER – AS QUINTAS EM REDOR DE SANTIAGO DO CACÉM

Francisco Lobo de Vasconcellos





EDITORIAL

*Sónia Gonçalves
Vereadora da Cultura
Câmara Municipal de
Santiago do Cacém*

Este é o primeiro número da "Salvaguarda" uma edição em que falamos da história, do património e da cultura em Santiago do Cacém.

O património cultural deve ser protegido como uma garantia do direito à memória coletiva. Cabe-nos a nós preservar e divulgar o nosso património, quer seja material ou imaterial, de modo a não privarmos as gerações presentes e futuras de elementos identitários da sua cultura e contribuir com a disseminação de dados importantes para a sua compreensão. As revoluções tecnológicas aceleradoras das mudanças sociais, colocam um grande desafio na continuidade da nossa identificação com o passado.

Neste número contamos com o contributo valiosíssimo de pessoas que se têm debruçado no estudo e na investigação de várias áreas, que são verdadeiros marcos da atividade humana ao longo do tempo no nosso Concelho e que consideramos relevantes para serem valorizados.

Sónia Gonçalves





Dina Nunes Calado

dinamaria.nunes@gmail.com

A ALIMENTAÇÃO EM TORNO DA LAGOA DE SANTO ANDRÉ: LAVRADORES, PESCADORES E CEIFEIROS DE ARROZ - COMPATIBILIZAR GASTRONOMIA COM PRESERVAÇÃO DA NATUREZA -

RESUMO

O que pretendemos, com este trabalho, é partir de um espaço rasgado entre a ponta de Troia e o Cabo de Sines – A Lagoa de Santo André – para o olhar como território de atividades económicas diversificadas, de diferentes grupos sociais que lavraram identidades próprias, não se fechando sobre si mesmos, conseguindo construir espaços de sociabilidade, relacionando-se, atravessando e cruzando caminhos como assalariados da terra, como proprietários ou rendeiros, como pescadores, travestindo-se de uns e outros, conforme as necessidades os obrigavam ou como simples e francas “ajudas”, fosse na horta, no milheiral, na vinha, no pomar, no campo de arroz ou na pesca, na lagoa ou no mar, refletindo-se esse dinamismo, essa permuta, na alimentação, melhor, nas alimentações, naturalmente.

ABSTRACT

Our aim with this paper is to take a vast space between Troia point and Cape Sines – Lagoa de Santo André – as a starting point and look at it as an area of diverse economic activities and different social groups that have adopted their own identities and not turned in on themselves, managing to create spaces for social interaction, connecting, penetrating and crossing paths like those who earn a living from the land, such as landlords or tenant farmers, fishermen, dressing themselves up as this or that, as needs dictated or as simple and honest “assistance”, whether in the kitchen garden, the corn field, the vineyard, the orchard, the rice paddy or in fishing, on the lake or at sea, naturally reflecting this dynamism, this swapping of food source, or rather food sources.

PALAVRAS-CHAVE

Pesca | Agricultura | Alimentação | Identidade | Sustentabilidade

KEYWORDS

Fishing | Agriculture | Alimentation | Identity | Sustainability



1. A FREGUESIA DE SANTO ANDRÉ – UM ESPAÇO DOMINADO PELA LAGOA

A freguesia de Santo André é a mais ocidental do concelho de Santiago do Cacém, encostada ao mar, ocupando a escassa faixa litoral apertada entre a fachada atlântica de Sines e a extensa orla arenosa de Grândola.

Para nascente, os limites da freguesia praticamente coincidem com os da planície litoral encostada à falda da serra, essa serra quase planalto que de Grândola para sul, paralela ao mar, delimitando uma vasta planície litoral, vem assumindo e mudando de nome até se enfiar na transversal serra algarvia.

A paisagem a que aludimos, tem aqui, na freguesia de Santo André, uma paisagem fortemente humanizada, onde ainda vão restando e resistindo algumas habitações tradicionais, térreas, de taipa e com telha vã, lusa, mesmo que ao lado de moradias, cujo perfil arquitetónico evidencia construção recente, novos rumos de vida, maiores ou menores prosperidades, agora nem sempre, ou quase nunca, proporcionadas pelo labor da terra.

A tradicional sede de freguesia – a aldeia de Santo André – é um inexpressivo aglomerado de casas ao longo da estrada, organizado em função do largo terreiro onde se ergue, desde o século XVI, a imponente igreja, que daí, domina a freguesia. Aliás, a designação originária usada ainda nos recenseamentos de meados do século XIX é de Alto da Igreja.

Como que à sua volta, num aro de poucos quilómetros, outros pequenos lugares – Giz, Deixa-o-Resto, Brescos – completam a malha dispersa da freguesia.

A partir da serra, um complexo de ribeiras e pequenos cursos de água encaixados em profundos e inacessíveis barrancos configuram uma bacia hidrográfica, composta por um conjunto de várzeas que se alongam entre terrenos arenosos.

Os montes de habitação, as pequenas aldeias, quase simples lugares, as estradas, os espaços agrícolas, as fontes, as pontes e pontões, pequenas represas e açudes refletem a mão do homem sobre a natureza, querendo transformá-la, moldá-la à sua atividade e aos seus propósitos. E é aqui que a intervenção humana está tão impressa na paisagem.



Deste modo, a lagoa é como que o grande elemento físico, que, de forma irregular, separada do oceano por um longo cordão arenoso dunar, com cerca de 4 Km, ocupa uma área molhada entre 170 a 250 ha, podendo alcançar os 340 ha em invernos mais pluviosos, atingindo profundidades máximas entre os 4 e 5 metros.

A abertura da lagoa ao mar, no início de cada primavera, depois do assoreamento fechar, de modo persistente, o que fora um velho estuário, permite que as águas acumuladas pela invernada voltem a verter para o mar, possibilitando, ao mesmo tempo, pôr a descoberto as terras, que os finos sedimentos depositados fertilizam naturalmente.



Igreja do séc. XVI edificada na Aldeia de Santo André. PT/AMSC/IMHIST/Col. FCLRB.

Manuel da Fonseca faz de toda esta zona uma descrição viva e emotiva no prefácio a que por contrato se obrigou por altura da última grande reedição da sua obra:

“(...) à caça e à pesca, conheci esta faixa marítima. Desde os rochedos e das areias, os pinheirais, vinhas, pomares, terras chãs e enrugadas onde se alparam lebres, coelhos, céus voados por pombos-bravos, codornizes, tordos, alargam-se por terras que sobem lentamente dos vales, galgam socalcos, até aos cimos eriçados dos densos sobreirais da serra, cimos que se alongam paralelos com o mar distante e dividem nitidamente a zona animada e verdejante da costa, onde há a pequena propriedade, da zona agreste e seca da imensidão do planalto”.¹



2. MUDANÇAS ECONÓMICAS E SOCIAIS E A INVENÇÃO DOS COMERES

2.1. Breve Panorâmica Histórica

Apenas para efeitos de sistematização sobre como, do ponto de vista económico, teria evoluído a freguesia a partir da segunda metade do século XVIII, consideramos diferentes ciclos económicos.

A forma como tais ciclos, considerados de modo necessariamente esquemático e precário, se sucederam, permite verificar como em dois séculos e meio o território correspondente à freguesia sofreu alterações profundas.

No entanto, julgamos não poder falar propriamente de roturas totais nessa sucessão de ciclos, mas antes de estruturas dominantes quanto ao seu dinamismo económico, que, no curso do tempo, se foram estabelecendo, consolidando e, depois, desagregando, mantendo sempre, no entanto, elementos que permaneceram, por mais extensa e profunda que fosse essa desagregação.

Se é verdade que, para a segunda metade do século XVIII do que podemos falar é ainda de um Alentejo praticamente deserto, não é isso que impede que na proximidade de rios e ribeiras, na fertilidade de várzeas ou nas vizinhanças de áreas lagunares a atividade agrícola não se fosse expandindo.

No caso concreto de Santo André, Jacques Marcadé², para este período, baseando-se na resposta do pároco local ao questionário de 1758, refere na freguesia trigo, milho e feijão. Contudo, o que aqui nos interessa, mais do que o trigo, é a presença dos restantes géneros. Do mesmo modo, os 95 pomares que o Padre Bernardo Falcão indica existirem nos subúrbios de Santiago do Cacém, abundantes em laranjeiras e limoeiros e, principalmente afamados pelos alperces e por uma variedade de pêsegos localmente conhecidos como miraolhos³, por certo escorreriam pelas várzeas dos Escatelares que, de modo mais ou menos contíguo, se ligam às de Santo André.

É esta a realidade que nos parece adequado fazer corresponder a um primeiro ciclo económico baseado numa agricultura pomícola ou de produtos requerendo abundância de água.



É ainda em torno dessa abundância de água e dos mecanismos de enchimento pelo inverno, e de vazamento forçado pela primavera, da Lagoa de Santo André, que já estava associado às produções agrícolas do ciclo anterior, que permite a introdução e alargamento da área de arroz nas margens da Lagoa, o que teria ocorrido a partir de 1810⁴, produção que vai marcar praticamente todo o século XIX e XX, constituindo como que um segundo grande ciclo económico.



Jovens mondinas de São Francisco da Serra em Águas de Moura (fotógrafo desconhecido, 1950, PT/AMSC/IMHIST/Col. MCP).

Com o projeto industrial de Sines, já na década de setenta de novecentos, a decorrente política de expropriação sistemática de propriedade fundiária, para implantação das unidades industriais e das estruturas correlacionadas previstas, extingue-se a cultura do arroz e dá-se início a um novo ciclo que, de um ponto de vista agrícola, ficou em larga medida marcado pelo recuo para persistentes bolsas pomícolas e para a vinha, cuja introdução remontaria aos séculos XVIII e XIX, mas pouco expressiva, contando apenas com uma área de 8,4 ha na freguesia, segundo a Estatística Agrícola de 1892⁵.

De qualquer forma, estes ciclos produtivos, com exceção daquele que quis, e persiste em ver a freguesia como parte de um promissor Pólo Industrial, o que temos é uma agricultura de fachada marítima, largamente beneficiária da água e da terra com terrenos arenosos onde pasta algum gado e onde foi sendo semeado um vasto e protetor pinhal manso, que no final do século XIX ocupava já uma área que se aproximava dos 450 ha⁶.



2.2. Terra, Propriedade e Alimentação – O que se Produz e o que se Come

Neste amplo e desafogado sistema de várzeas, a monte da Lagoa, a pequena propriedade, não sendo e estando mesmo longe de predominar, não deixa de ter uma interessante expressão. A Estatística Agrícola de 1892, considerava numa área de perto de 7500 ha, em que um pouco mais de 1500 eram ocupados com propriedades inferiores a 10 ha⁷, o que correspondia a cerca de 20% da área da freguesia.

Seis décadas mais tarde, no inquérito às explorações agrícolas do Baixo Alentejo, na freguesia de Santo André, são identificadas 276 propriedades com menos de 10 ha, o que poderá significar, no mínimo, uma tendência estabilizante deste ponto de vista, senão mesmo de fragmentação, mas que só estudos direcionados nesse sentido poderão esclarecer completamente.

É, pois, neste amplo e desafogado sistema de várzeas, tradicionalmente marcado pela policultura e com a presença, apesar de tudo expressiva, da pequena propriedade, que, em hortas e pomares, laranjeiras e pessegueiros se misturavam com feijão, milho, ou com vinha, mas também com os frutos de pevide, algum trigo, pouco centeio, oliveiras, as leirinhas de ervas aromáticas, como, a partir de determinada altura, os tomates e os pimentos, as cebolas e os alhos, as couves. Daí se retiravam, afinal, praticamente todos os produtos hortícolas de que o homem dispunha para a sua dieta alimentar.

Nos terrenos arenosos, como nos pastos marginais à Lagoa, criava-se algum gado, especialmente suíno, mas também cabras. Era aí principalmente que instalavam colmeias, cuja produção de mel, também em finais do século XIX, era calculada em 2400 Kg⁸.

Os dados em série referentes à produção de arroz, conhecidos apenas para uma parte avançada do século XX, indicam, num quadro tendencial de aumento, que para um curto período, entre 1945 e 1956, a percentagem indicada para venda se situa a níveis elevadíssimos, entre 97 e os 98% da produção declarada⁹, o que mesmo assim, pode não querer significar que a parte quase residual que restava se destinasse à dieta alimentar local.



O que, por outro lado, vem sendo referido desde o século XVIII na zona da Lagoa é a caça abundante, que o padre Bernardo Falcão divide em caça real, onde inclui patos, gansos e negritas e caça galega, na qual cita, entre muitas outras espécies, os galeirões¹⁰.

Já na segunda metade do século XIX, o padre Macedo e Silva, na monografia que dedica ao concelho de Santiago do Cacém,¹¹ confirma plenamente esta informação e acrescenta que era comum os caçadores irem ao domingo vender caça ao mercado da vila de Santiago. Eram coelhos, perdizes, lebres e, de inverno, da Lagoa, galinhas, tarambolas, pombos.



Caçada na Lagoa de Santo André. PT/AMSC/IMHIST/Col. FCLRB.

Às caçadas da Lagoa, dentro de pequenas embarcações conhecidas como “Caçadeiras”, conduzidas pela população local, acorriam, durante o Estado Novo, ministros, militares, diplomatas e altos funcionários. Em cada ano, o primeiro dia de caça era a 1 de novembro e durava até ao fim de março, conforme evoca Luís Manafaia:

“(...) conforme naquele tempo se usava, era a primeira caçada, isso era a abertura, era para toda a gente, depois havia caçadas para uns determinados caçadores que se combinavam todos e vinham, vinham caçar porque já não era preciso tirar licenças nem nada disso, caçavam quando queriam”.



Era uma altura em que cada caçador abatia com frequência mais de cem galeirões e muitos patos, situação que se viria a agravar depois do 25 de Abril, com a proliferação do número de caçadores¹².

Mesmo assim, bem mais recentemente, já num quadro de caça condicionada, só em 1988 e 1989 nas três caçadas permitidas, foram abatidos 3343 e 2550 galeirões e 305 e 394 patos, respetivamente, tendo em 1989 participado 1212 caçadores¹³.

Neste contexto, reportamo-nos a uma alimentação que corresponde, no essencial, a esta área pomícola e de culturas que exigem muita água, mas que, não obstante, respeitam, como não podia deixar de ser, os ciclos culturais anuais e que não dependia, por isso, particularmente nos grupos dos assalariados, como em certa medida também dos pequenos proprietários, do recurso ou do acesso a mercados locais regulados e estruturados, que não os havia nas proximidades, para além da feira anual, à boca do inverno, junto ao adro da igreja, na sede da freguesia. Para mais, até muito recentemente as vias de comunicação não passavam de velhos caminhos por terrenos predominantemente arenosos, pouco convidativos a deslocações frequentes à vila de Santiago.

Perante uma economia doméstica de subsistência, muito centrada sobre si própria, a dieta alimentar dificilmente deixaria de ser monótona de Inverno, como monótona de verão, se bem que, pelo menos, parcialmente diferente. O feijão seco, o milho, a batata, a couve, mas também as sumarentas laranjas, de inverno. Uma maior variedade de frutas e legumes, alfaces, agriões, tomates e pimentos, pepinos, alhos e cebolas, assim como os frutos de espinho, mas principalmente os ricos de água – melão e melancia – de verão. Os “grãos verdes” – a ervilha e principalmente a fava, mas também nêspersas, alperces, pêssegos quando a Primavera rumava em direção ao Verão.

Todavia, e antes de mais, o pão, uma alimentação à base de pão, tendencial e predominantemente de trigo à medida que se caminhava dos séculos XVIII-XIX para o século XX.

E como gordura, ao que tudo leva a crer, fundamentalmente o azeite, mais do que a banha, o que, independentemente das quantidades usadas e das dificuldades sociais de acesso a ambas, também reflete diferenciação social.



Como temperos, os “cheiros da horta”, para utilizar a bela expressão de Orlando Ribeiro¹⁴, referindo-se aos coentros, ao louro, à salsa, aos orégãos ou à hortelã.

Que melhor exemplo desta combinação de pão, azeite, coentros e alhos pisados, a que se mistura água quente para designar a “açorda alentejana”, aqui conhecida como “sopas de alho”. O ovo escalfado ou a posta de bacalhau são apuros que só o tempo e a elevação do nível global de vida vieram proporcionar a partir de tempos bem recentes.

Já o gaspacho, tão comum no interior alentejano, parece aqui, junto ao mar marginalmente usado, mesmo que quase exclusivamente baseado nos produtos que a horta generosamente proporciona nos meses quentes de verão – os orégãos e o tomate, os pimentos e o pepino, assim como os recorrentes alhos e azeite.

Mais frequentes são as sopas, em que feijão e grão, batata e cenoura, se juntam às couves migadas, à cebola e ao alho, aos coentros e ao fio de azeite tornando-as em forte alimento de inverno.

As favas de coentrada correspondem à sua época de verdes e frescas, juntando-se-lhe o que temos vindo referindo como “cheiros da horta”, a que talvez falte apenas a rama dos alhos e o golpe de vinagre.

Ainda não falámos da carne. E como poderíamos, se por aí passa o fundamental da linha de clivagem social?

No grande inquérito publicado pelo CEEA em 1973, aplicado a famílias de trabalhadores rurais do Baixo Alentejo, começando por distinguir duas zonas alimentares, uma litoral e outra interior, refere-se que “todas as famílias gostariam de consumir mais carne”¹⁵. Para a zona, trata-se do porco e da galinha, fundamentalmente, e a grande distância seguida do borrego.

A caça constituía atividade fortuita, especialmente aos coelhos, às perdizes, mais dificilmente na Lagoa, pois aí eram exigidas, em muitas circunstâncias, licenças que custavam o que os proletários da terra não podiam pagar. Mas tratava-se de uma atividade nem sempre com resultados aceitáveis, embora um complemento enriquecedor na sua quotidiana e escassa dieta alimentar.



O escritor Manuel da Fonseca traz-nos pela mão de um realismo social, por vezes cru, essa realidade gritante, que era a fome de porco, que aos pobres era negado:

“Nunca me enjoava a carne, fosse qual fosse – sussurra Amanda Carrusca. – De porco, então isso nem se fala. Como eu gostava de sentir a gordura a escorrer-me pelo queixo abaixo!...”¹⁶



A desmanchar as tripas do porco, numa matança em casa do “Ti Joaquim do Moinho”, Cruz de João Mendes. PT/AMSC/IMHIST/Col. MIPCC.

Matar um porco era então traço social distintivo, que só, e mais uma vez, o tempo veio diluir. Isso significava poder dispor de um suplemento em carne para todo o ano. Rodeada dos rituais que a tradição impunha, matar o porco, abri-lo, limpá-lo e desmanchá-lo era uma “arte” socialmente partilhada.

Quando procediam à chamada matança do porco, normalmente a 21 de fevereiro de cada ano, mais recentemente em diferentes ocasiões pelo inverno dentro, quando a lua o aconselhava, segundo alguns, tornava-se, desde logo, necessário preparar as carnes de modo a garantir o seu consumo ao longo do ano. Do porco aproveita-se tudo.

Se a preparação das carnes podia levar, incluindo os enchidos, vários dias, o dia da matança e o seguinte eram, como são ainda, de modo tão persistente, dias de comer coletivo. Na altura da matança come-se a cachola e febras, alguma carne frita. No outro dia, os miolos, laboriosamente misturados com pão esmiolado e fritos, acompanhados de carne frita também, misturando habilmente carne magra com carne entremeada, com toucinho e pedaços de costela.



O bucho come-se com arroz, a cabeça e os chispes nos “cozidos”. Os lombos, o entrecosto e a carne magra reservavam-se para dias especiais, judiciosamente escolhidos ao longo do ano.

O que o dia a dia mais proporcionava era o toucinho frito e, mais esparsamente, a rodela de linguiça. A propósito, valerá a pena regressar à escrita de Manuel da Fonseca:

“ – *Se eu gostava de toucinho... - apressa-se Amanda Carrusca, já esquecida do gato. – Quando era daquele alto, comia-o às garfadas. A minha pena foi nunca comer tanto quanto a barriga me pedia.*

Eu também gostava de toucinho – murmura Júlia – mas frito, em fatias delgadas...”.¹⁷

Pelo consumo da carne de galinha passava também esse traço de distinção social. Galinha que se cozinhava de variadas maneiras, mas quase sempre “de molho”, porque rendia mais. Conhecida e particularmente apreciada na zona era a galinha com pimentos. Feita com um fio de azeite, alhos e principalmente com a gordura da própria ave, junta-se-lhe depois, na ponta final, misturando, pimentos previamente assados no carvão.

No dia de S. João, pelo menos para as gentes da zona da Lagoa de Santo André, a alimentação era melhorada. Nesse dia ninguém trabalhava nas herdades. Os familiares saíam bem cedo da Lagoa carregando recheados farnéis e seguiam rumo principalmente aos grandes arrozais ou às áreas de trigo onde os seus familiares trabalhavam, levando uma dieta melhorada com pão fresco, feito de véspera ou de madrugada, e uma ou duas galinhas guisadas.

E porque era um dia especial, de festa, de animação, de baile; sempre que podiam, levavam os “amores” e os “esquecidos”.

Os doces, muito pouco diversificados, também não apareciam com facilidade à mesa destas gentes. Os “amores” eram confeccionados a partir de claras de ovos e açúcar, os “esquecidos”, aproveitando as gemas não utilizadas antes, a que juntavam mais uns ovos, batendo tudo muito bem, acrescentando açúcar e farinha, de que resultavam uns bolinhos muito amarelos.



Fazia-se ainda o bolo da massa do pão, como refere a D. Mavilde. Tirava-se um bocado de massa do pão para um alguidar de barro mais pequeno, a que se juntavam ovos inteiros, ervas doces, açúcar, canela, tudo bem desfeito, misturado e batido. Num tacho iam ao forno, depois do pão ter sido retirado, já cozido.

Mas aquele que parece ser o doce tradicional da zona é a alcomonia, ainda hoje vendido pelas mulheres cujas mãos o fabricam, por altura da feira de Santo André, a 30 de novembro de todos os anos.

Num breve estudo que lhes dedicou, Maria da Conceição Vilhena, refere-se-lhes assim:

"um toque especial de sabor mourisco, sem requintes de exibicionismos, só marcas de antiguidade. Sabores da tradição, de origem caseira, de confeção limitada, no tempo e no espaço: sazonal e regional. Um elemento histórico e cultural que encerra segredos da sabedoria feminina árabe e alentejana a não deixar morrer".¹⁸

Secundário será certamente o seu processo de confeção, fixado por Manuel Fialho¹⁹: um litro de mel levado ao lume com uma colher de chá de canela, mexendo-se sempre até levantar fervura. Acrescenta-se então um decilitro de água e um litro de pinhão torrado. Quando voltar a ferver juntam-se dois litros de rolão igualmente torrado e mexe-se até nova fervura. Retira-se do lume e tende-se numa tábua ou mesa, com farinha, cortando em losangos, não deixando arrefecer para os pinhões não caírem.

Todos os seus ingredientes chamam-nos a esta zona de densos pinhais e de algum trigo e mel. Doce de pobres, com as marcas que a natureza e a condição social dos homens e mulheres lhe conferem.

Se hoje, a forma em losango permanece, o açúcar tende a substituir o mel. De qualquer modo, com perspicácia, Conceição Vilhena rastreou os diferentes significados de alcomonia. Destaquemos este:

"Segundo Coromias, o vocábulo alcomonia já se encontra registado em documentos do século XV, para designar um bolo ou doce romboidal, composto por linhaça, cominho ou gergelim e mel, de origem judaico-espanhol-marroquina. Vem do árabe Kammunîya, com significado de parecido com o cominho, o qual em árabe se dizia Kammûn, termo derivado do grego.



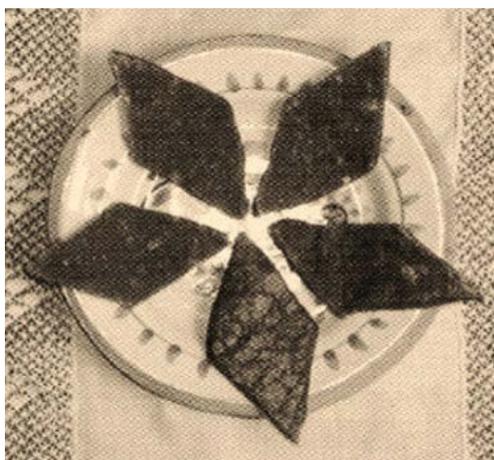
A sílaba al – é, obviamente o artigo árabe, que os povos da Península consideravam como fazendo parte do substantivo (...)

Temos pois a seguinte evolução:

Al + Kammuniya – alcominia, alcamonia, alcomenia...”.²⁰

Toda esta incursão filológica para chamar a atenção não só do uso do mel, como, em particular do cominho, hoje, ao que julgamos, completamente desaparecido da confeção das alcomonias, mas que nos volta a remeter para um excerto do *Mediterrâneo...*, de Orlando Ribeiro:

“Os cheiros da horta (...) misturam o seu aroma discreto aos fortes odores da especiaria oriental, que a cozinha muçulmana conheceu antes do descobrimento do caminho marítimo para a Índia a ter divulgado na Europa (...), donde resulta que os mercados populares, em lugares tão distantes, exalam, misturando com o suor dos pobres, o mesmo aroma”.²¹



Alcomonias. *Gentes e Culturas*, p. 37, edição CMSC, Freguesia de Santo André, CMSC.

E se não é seguramente de um contexto urbano que falamos, com o vozear próprio dos velhos mercados muçulmanos, é de um arrasto dessa cultura que por aqui parece ter permanecido, numa longa duração, que não podia ser, naturalmente, completamente imune à erosão do tempo e das mudanças que o tempo traz.

São, deste ponto de vista, efetivamente fascinantes alguns dos elementos aqui presentes – os cominhos chegaram e desapareceram antes da rota do cabo que os trouxe de novo e noutra contexto; o mel, o natural adoçante do pré-açúcar, cuja introdução e generalização apenas o século XVII proporcionaria em mais larga escala e, finalmente, a forma de losango a evocar a própria tendência anti-zoomórfica da arte árabe, transposta aqui nesta singular expressão doceira.



2.3. Pescas em Santo André – Entre a Lagoa e o Mar

A arrematação da lagoa de Santo André fazia-se na Câmara Municipal, na forma como uma velha postura o determinava desde pelo menos o início do século XVII.

Ser rendeiro da pesca na lagoa significava poder pescar ou permiti-lo, no quadro das restrições consignadas, que proporcionavam cerca de seis meses de pesca e outros tantos de defeso.

No entanto, postura bem mais recente, de 1859, mas apontando para uma prática mais antiga, um designado "*antigo costume*", considerava "*ser livre a pesca logo que a lagôa se lança ao mar, cuja faculdade não excederá dia e meio*".²²

O Padre Macedo e Silva considera ser a lagoa "*muito abundante de peixe, não só do que n'ella cria, mas do que lhe entra do mar no inverno*".²³

Os pescadores contavam treze espécies existentes – tagana, tainha, muge, garrento, negrão, robalo, linguado, dourada, patruça, sargo, eiró bicuda e eiró lambareira²⁴. A riqueza desta diversidade está diretamente relacionada com a abertura da lagoa ao mar e do seu posterior natural encerramento por reposição do cordão dunar, que permitia que o peixe crescesse no espaço lagunar.

O que está ausente ao longo de todo este período é a pesca no mar, realidade nova de gente, de culturas e de identidades que já com o século XIX bem entrando se estabelecerá na Costa de Santo André.

Pela metade do século XIX²⁵ chegam à Costa, vindos da zona da Murtoza, algumas famílias de pescadores, trazendo consigo a sua arte da pesca, a xávega. Ali constroem cabanas de colmo ao abrigo da duna que os protegia dos ventos dominantes de norte. Lançam ao mar as imensas redes que puxam depois à força de braços, trazendo emalhado o peixe das mais variadas espécies, mas principalmente, sardinha, carapau e cavala.

A Costa era particularmente rica e, por isso, ali se acabaram por instalar definitivamente, conquistando não só o seu espaço como a simpatia de muitos habitantes dispersos pelos montes das redondezas, que os ajudavam a puxar as redes, bem como de alguns lavradores que, com os mais audaciosos deles, constituíram sociedades de companhia e safra.



Esta chegada dos pescadores da zona da Murfosa para a Costa de Santo André, vai permitir o estabelecimento de relações de proximidade entre as duas comunidades, pescadores e agricultores. Se os pescadores procuram na Gandaia, como era designada a zona rural circundante da lagoa, os legumes e os frutos que lhes permitissem enriquecer a sua dieta alimentar, baseada quase exclusivamente no peixe, os lavradores dos montes vizinhos começam a poder comprar peixe fresco, principalmente sardinha e cavala que era vendida até montes e aldeias consideravelmente distantes, como Santa Cruz e São Francisco da Serra.



O puxar das redes, Lagoa de Santo André (fotógrafo desconhecido, meados do séc. XX. PT/AMSC/IMHIST/Col. AJJ).

Passado pouco mais de um século, e com a extinção da arte da xávega na Costa de Santo André, a pesca voltou a ser feita sobretudo na lagoa, de forma intensiva, com a colocação de uma enorme densidade de redes espalhadas praticamente por toda a sua área. Com início em outubro só termina com a abertura da lagoa ao mar.

Ainda hoje a pesca desempenha para muitos um complemento à sua atividade económica ou às fracas reformas que recebem. Em 1984 ainda pescavam na lagoa 46 pescadores.

Entre 1972 e 1982 a captura média de peixe na lagoa, fundamentalmente dedicada à venda, foi de 21,8 toneladas, com um pico máximo em 1972, de 46, 73 toneladas e um mínimo, em 1981, de 21,8, sendo as espécies mais pescadas a enguia, mas havendo igualmente bastantes referências à captura de tainhas, sargos, douradas, robalos e até linguados²⁶.

Os comeres na zona da Costa de Santo André refletem este contexto. Comia-se peixe, muito peixe, principalmente do que o mar proporcionava no verão. Como nos diz D. Mavilde, era massa ou arroz do caldo do peixe, sardinha assada, carapaus fritos ou assados, açorda de alho com peixe frito, papas de milho com peixe frito ou assado. Mas também os ensopados ou o arroz de enguias que a pesca na lagoa facultava.

Ainda hoje o ensopado de enguias representa uma espécie de símbolo gastronómico do local, em larga medida dependente do tipo de enguia utilizada e dos temperos a que recorrem - o azeite, o alho e a salsa, a folha de louro e por vezes, e de modo muito polémico na zona, um pouco de massa de pimentão.

Recorrendo primeiro à Gandaia, como referimos e começando, depois, a semear e dispor pequenos hortelhos, era donde, além dos legumes, se semeava e colhia a batata-doce que mantinha a população da Costa durante o inverno.

2.4. O Ciclo do Arroz e as Pluralidades Alimentares

A comunidade de pescadores instalada na Costa de Santo André tinha a sua atividade condicionada por um lado, pela invernia que os impossibilitava de ir ao mar e, por outro, pela postura municipal que vinha desde, pelo menos o século XVIII, que proibia a pesca na lagoa nos meses de maio a setembro.

A dureza da vida, assim condicionada, levava a que principalmente as famílias de pescadores, mulheres e mesmo crianças, se tornassem também ceifeiros e mondinas de arroz, como refere Antónia, mulher de um desses pescadores:

“Aos nove anos, já eu ia mais as minhas irmãs para a monda do arroz na Ribeira de Melides...”

Este entrosamento entre o mar e a terra, entre a pesca e o arroz, fazia-se também em sentido inverso. Luís Manafaia, oriundo de uma família de pescadores tornados pequenos agricultores nos limites da Gandaia com a Costa, a determinada altura, arrematou a renda da lagoa, distribuindo assim a sua atividade entre o hortelho, o arrozal e a pesca²⁷.



Nos arrozais de Santo André trabalhavam ceifeiros da zona, homens e mulheres sem terra, que se assalariavam nas campanhas do arroz. E aí chegam “ratinhos” do Norte, principalmente do distrito de Aveiro, desde pelo menos meados do século XIX²⁸, assim como, já no século seguinte, ranchos de “algarvias”²⁹.

Mas a área orizícola de Santo André era pequena e periférica em relação à grande mancha de arrozal do Vale do Sado, pelo que quando o trabalho aí terminava, ranchos da terra e ranchos de fora iam procurar trabalho a Melides, à Comporta, galgavam o Sado e chegavam aos arrozais de Palma ou da Herdade do Pinheiro.

No trabalho dos arrozais o contrato ou aquilo que era informalmente acordado entre o manajeiro e o agrário podia prever ou não o pagamento de parte do salário em géneros. E mesmo que isso se verificasse, a comida fornecida pelo agrário, muitas vezes não se encontrava nas melhores condições para consumo. Assim, esta modalidade acabava por agravar a situação dos assalariados e das suas famílias, particularmente das crianças, muitas de tenra idade.

O mesmo sucedia nos chamados ranchos de “caldeia aberta”, em que a alimentação era integralmente fornecida pelo patrão, embora nestes casos os ranchos fossem normalmente só constituídos por homens.

A sua alimentação baseia-se principalmente em farinha de milho, feijão frade, azeite e hortaliça, que é o que acaba por equilibrar relativamente a dieta destes ranchos designados de “galegos”³⁰.

A água fornecida também nem sempre era potável, especialmente no verão, o que originava situações de doença entre os assalariados.

No entanto, em muitas situações o salário era apenas em dinheiro, o que permitia que os trabalhadores fizessem o “avio”, normalmente na cantina da herdade ou da Casa Agrícola, ao fim de semana, tarefa a que procedia o fateiro, quando existia nos ranchos. Mas esse “avio” não incluía nem produtos frescos, nem pão, nem vinho, que ficava a cargo de cada um ou de sua família.



D. Mavilde, de 65 anos, natural e residente na lagoa de Santo André, descreve-nos a alimentação deficiente por altura destes trabalhos do arroz, baseada essencialmente em batatas de azeite e vinagre, sopas de batata, arroz com uma lasca de bacalhau, arroz com feijão. Peixe ou hortaliças não se comia porque era bastante caro, pois *"se ia (m) lá às vezes venderem hortaliça, vendiam muito caro, (e) a gente se fosse comprar (...) não trazia dinheiro nenhum (...) porque a gente ia p'ra lá mas (...) queria forrar alguma coisinha em dinheiro e não passávamos muito bem"*.

Sobre os produtos frescos, as limitações eram muitas, já que nunca, ou raramente, compravam ovos, frutas ou, mais excepcionalmente ainda, carne.

Assim, a dieta dos ranchos baseava-se no pão, no arroz, na batata, no feijão seco, no toucinho, em escassas quantidades de azeite e em poucas hortaliças.

Tratava-se, como é fácil de ver, de uma dieta não só monótona como desequilibrada, que de um ponto de vista meramente nutricionista evidencia fortes componentes calóricas, mas fracas componentes proteicas, para além de deficiências vitamínicas e de cálcio³¹, por exemplo.

Eram as necessidades económicas que assim o determinavam, pois a dieta alimentar acabava por se basear nos produtos e géneros mais baratos, de forma a poder amealhar o mais possível para levar de regresso para as terras de origem.

2.5. Casas e Cozinhas – Modos de Conservar e Modos de Cozinhar

A distinção entre as habitações da praia e os montes confinantes da lagoa são flagrantes. Às cabanas de pescadores dedicaram Ernesto Veiga de Oliveira, Fernando Galhano e Benjamim Pereira³² páginas fundamentais, descrevendo de forma detalhada não só a cultura material subjacente às técnicas e aos materiais empregues na sua construção, como no contexto social de que decorriam.

De planta retangular, com cobertura de duas águas, dispendo apenas de um ou dois pequenos postigos, assente sobre uma estrutura de prumos de pinho enterrados na areia e orientando-se a coberto dos ventos dominantes de norte, mesmo quando, em casos raros, se desenvolvem no sentido norte-sul, a porta rasga-se invariavelmente a nascente.



Os materiais utilizados provinham do local, das redondezas, no que teria sido uma primeira forma de aproximação aos lavradores da terra, a quem pediam para apanhar nas suas propriedades caniços e varas de pinho³³. Era o caniço, como também o junco ou o bracejo, que revestiam numa ou duas fiadas as paredes, preenchendo o espaço entre as ripas de cana, por sua vez amarradas primeiro e pregadas depois, aos prumos, de modo a vedá-las do exterior. Por vezes, e a partir de determinada altura, procedia-se ao revestimento interior apenas a barro ou associando-lhe camarinheiras que ligadas ao caniço e aos prumos formavam uma espécie de tabique interno protetor.



Palmira Augusta junto à sua cabana, habitação típica dos pescadores da Lagoa de Santo André (fotógrafo desconhecido, déc. 60, séc. XX, PT/AMSC/IMHIST/Col. MMV).

Com o tempo evoluiu-se tanto para a utilização do tabuado de pinho no revestimento das paredes das cabanas, como para a cobertura com telha mourisca, adquirida nos fornos existentes na zona adjacente, por onde corriam as ribeiras tributárias da lagoa – na Cascalheira, no Giz, na várzea da Cativa ou na várzea das Pontes³⁴.

No interior, a estrutura da cabana organizava-se em função da porta, em dois espaços básicos, a cozinha, simultaneamente sala, à entrada e, atrás, a zona do quarto, subdividido ou não em dois exíguos cubículos. A separação de zonas fazia-se com mato e, depois, a tabuado, acompanhando a tendência referida, enquanto o chão era ou de barro ou de pequenas pontas de tábua pregadas a toscos barrotes diretamente assentes no areal.



Sobre o aspeto cuidado e limpo do interior dizem os autores que vimos seguindo:

“As paredes quando rebocadas a barro ou forradas a tabuado, são sempre caiadas. O modesto mobiliário é animado por toalhas de renda ou tecidos estampados, jarras de flores, plantas, etc. A utensilagem de cozinha, impecavelmente limpa e reluzente é disposta com grande sentido de harmonia, nas prateleiras praticadas no forro ou noutras, suspensas nas paredes”¹³⁵.

De qualquer modo, a cozinha como grande sala comum, numa casa construída e estruturada com base em materiais não só precários, como inflamáveis, aliada ao tipo de alimentação dos pescadores da xávega, determinava o recurso ao exterior, quando o tempo o permitia, onde construíam improvisados fornos, como improvisados grelhadores, nos quais cozinhavam.

Já no que se refere aos montes circundantes da lagoa e das várzeas adjacentes, a situação era diferente. Casas térreas com chão de terra, mas que mantinham uma disposição interior semelhante às cabanas dos pescadores, isto é, uma ampla casa de entrada que servia de cozinha, onde se erguia a chaminé da casa e, nos fundos, a zona dos quartos separada por frágeis tabiques que, em muitos casos, não constituíam propriamente uma divisão no interior da casa, mas uma estrutura de separação de espaços no quadro de uma única divisão.

A zona da chaminé era a alma da casa, fonte de calor, pois aí se acendia o fogo no inverno, como era aí que se cozinhava, por vezes diretamente sobre as brasas, no chão, outras em panelas, geralmente de barro, sobre trempes.

Os materiais de construção é que variavam substancialmente, de taipa, no caso das habitações mais pobres, e mesmo na de muitos lavradores, ou de pedra e cal, no caso dos mais abastados.

Fora, localiza-se normalmente o forno do pão, onde se cozia semanalmente, tarefa feminina por excelência, segundo a divisão do trabalho no seio da família.



O sal era o elemento fundamental para a conservação dos alimentos. No caso do porco, salgava-se o toucinho, o chispe ou a cabeça; o presunto, em caso disso. Entre a comunidade de pescadores, no verão, era frequente fazerem uma espécie de rampa em madeira, onde colocavam, principalmente sardinhas e carapaus, cortados e salgados. Depois de seco desta maneira, o peixe era guardado para ser consumido durante o inverno, altura em que a pesca na lagoa, mais rentável, convidava à venda quase exclusiva do peixe capturado.

Como relata D. Mavilde:

"(O peixe) chegou a ficar ali a secar e secar que nem sequer apodrecia...é que naquele tempo o peixe secava (...) não cheirava mal, com tripas e tudo e não cheirava mal, por isso é que eu digo, está tudo poluído e naqueles tempos não, a gente o que comia era tudo bom"



Em frente à sua cabana a amanhar as enguias, Lagoa de Santo André (fotógrafo desconhecido, déc. 60, séc. XX, PT/AMSC/IMHIST/Col. MMV).

Mas também se conservava na gordura do porco, em banha. A carne magra, as papadas, a entremeada, os lombos, o entrecosto eram fritos e colocados na chamada manteiga que resultava da fritura das banhas do próprio animal que, em certos casos, como para conservar as linguças, podia ser de cor, porque se lhe acrescentava massa de pimentão e que servia para barrar o pão. Desta forma, a carne podia conservar-se largos meses, atravessando diferentes mudanças de estação, à medida que o tempo ia aquecendo. Ainda longe dos tempos das arcas frigoríficas que hoje substituem, de modo praticamente generalizado, esses processos tradicionais.



3. ALIMENTAÇÃO E NATUREZA – REEQUILIBRAR O DESEQUILÍBRIO

3.1. A Caça e a Pesca e as Posturas Municipais

O registo mais antigo que é conhecido das posturas municipais do concelho de Santiago do Cacém remonta a 1680, recolhendo naturalmente muitas posturas anteriores, que foram transcritas no século XIX por Macedo e Silva, com base num documento entretanto desaparecido. Prosseguindo esse trabalho, completa a transcrição de posturas publicadas até à altura em que editou a sua monografia, 1869.

Trata-se de um conjunto de leis municipais, que abarca diferentes aspetos da vida concelhia. Porém, o que aqui nos interessa é verificar se nesse acervo encontramos refletidas preocupações relacionadas com a preservação da Natureza, na área em estudo, no sentido de assegurar a qualidade dos alimentos então consumidos.

Há uma primeira postura de âmbito concelhio que interessa em particular à zona de várzeas onde as ribeiras desembocam na Lagoa, e onde se localizava um importante conjunto de moinhos de água. A partir da altura em que o cultivo do arroz foi introduzido, substituíram-se as mós, adequando-as ao descasque deste cereal. O que essa postura diz é que nenhum moleiro possa criar galinhas e outros animais (supondo-se que dentro ou nas imediações das instalações do moinho), de forma a não sujar farinhas nem o cereal descascado³⁶.

Mas particularmente importante era a que determinava que não era permitido pescar na lagoa durante os meses de maio a setembro “*por ser o tempo em que o peixe cria*”³⁷.

Da reforma das posturas realizadas em 1763, acrescenta-se às já existentes e mantidas, uma que estipula a proibição de existirem pocilgas no meio dos pomares³⁸, o que se revela particularmente importante numa freguesia como Santo André.

A caça foi praticada até 1998 na lagoa. Foi depois publicada a portaria n.º 128/2000, de 8 de março, criando por tempo indeterminado a reserva de caça da lagoa de Santo André, com uma área de 740 hectares e onde esta não é permitida³⁹.



De qualquer modo, desde 1986 que a lagoa de Santo André era considerada, segundo o despacho 69/86, de 1 de julho, uma "zona de caça condicionada", determinando que a caça fosse regulamentada designadamente, pela Câmara Municipal de Santiago do Cacém, pela Junta de Freguesia de Santo André e pela Direção Geral de Florestas, que a partir daí estipulou três caçadas anuais⁴⁰.

Quanto à pesca da xávega existem duas versões acerca do fim desta arte na Costa de Santo André. Para uns, o acidente decorrido em 1963, que vitimou 17 pessoas, está na origem do desinteresse da pesca neste local. O que sabemos de facto é que o acidente provocou danos irreparáveis e muitas famílias, desgostosas, acabaram por abandonar a Costa e ir viver para Sines.



Sobreviventes da tragédia da Lagoa de Santo André, ocorrida a 9 de Janeiro de 1963 (in Diário de Notícias, 11 de Janeiro de 1963, PT/AMSC/IMHIST/Col. MMV).

Em conversas com alguns pescadores e suas famílias a versão é diferente. Embora muitos tenham deixado a Costa em consequência do desastre, o principal motivo da decadência da pesca no mar deve-se ao facto de, a partir de finais da década de 80, a Câmara Municipal de Santiago do Cacém lhes ter deixado de passar as licenças necessárias à prática da sua atividade piscatória.

Havia, no entanto, até há poucos anos, pescadores a viver na Costa de Santo André, que guardavam as suas redes na esperança de que, mais dia menos dia, lhes voltassem a ser novamente renovadas as licenças.

É interessante verificar como uma remota tendência para compatibilizar a atividade económica com a preservação dos recursos e até com a saúde pública marca posturas municipais e enquadramentos jurídicos centrais, se bem que a sua eficácia global seja, ao mesmo tempo, objeto de múltiplas interrogações e perplexidades.



3.2. Polémicas à Volta do Arroz

No estudo a que Paulo Moraes procede em 1889 sobre a 7.^a região Agronómica, em que se insere a grande mancha orizícola do país, designadamente a pequena área de Santo André, considera a cultura do arroz “inconveniente” na vizinhança das povoações e advoga que nos trabalhos do arroz devia ser proibida a presença de mulheres e crianças, assim como os proprietários de terrenos de arroz deviam, entre a ceifa do cereal e o inverno, renovar sistematicamente as águas dos canteiros, de modo a que não se criassem bolsas de água estagnada favoráveis à proliferação de febres⁴¹.

Vinte anos antes, Macedo e Silva referindo-se aos habitantes da freguesia de Santo André, diz terem, na sua maioria “*cor pállida e lívida, pálpebras intumescidas, rugas numerosas e precoces, carnes molles, maus dentes, vísceras abdominais volumosas*”⁴², o que atribui ao facto de ser uma zona de águas frequentemente paradas e onde a mortalidade é dez vezes maior do que nas restantes freguesias do concelho.

Porém, curiosamente, sublinha não ser a cultura do arroz a grande causadora das várias moléstias que mais afetam as gentes destes lugares, pois, em sua opinião, “*O único alvitre que pode diminuir os males provenientes da influência pantanosa, é promover a cultura do arroz nos terrenos naturalmente inundados e proibi-la nos que artificialmente podem ser aptos para essa cultura*”⁴³.

Todavia, esta era uma época de intensa polémica em torno desta questão. Alguns anos antes, uma comissão analisara as áreas de arrozal por todo o país, ouvira médicos e autoridades administrativas. É aliás nesse contexto e nesse mesmo sentido que o administrador do concelho se pronunciara, considerando claramente que entre um pântano e um arrozal “*todas as probabilidades são a favor do último, encarado tanto pelo lado higyenico, como pelo económico*”⁴⁴.

No mesmo relatório, ouvido o cirurgião médico local, este defendera que o arroz se circunscreva aos locais onde já existe, isto é, às áreas alagadas em torno da lagoa de Santo André e que “*a cultura do arroz, longe de ser prejudicial á saúde, talvez se possa considerar útil*”⁴⁵.



Porém, o problema do sezonismo relacionado com a orizicultura tem tendência para se clarificar. Porfina das Neves, em 1947, aponta a cultura do arroz, pelas suas características, como influenciando diretamente no problema do sezonismo. A única vantagem liga-se com a utilização das terras pantanosas e, desta forma, a cultura implica um certo saneamento, o que, em certa medida retoma as opiniões oitocentistas.

Acrescenta ainda que se os campos permanecessem incultos de arroz provocariam inevitáveis problemas alimentares, privariam as populações de prosperidade material, e tornariam a alimentação mais deficiente e grosseira, tornando os homens e mulheres mais frágeis e por isso, mais expostos à doença.



O rosto de Palmira Augusta sulcado pelo tempo, pelo sol e pelo mar revela a dureza da vida das gentes da Costa de Santo André (fotógrafo desconhecido, déc. 60, séc. XX, PT/AMSC/IMHIST/Col. MMV).

Mas, não obstante, reconhece graves problemas ao processo da cultura orizícola. É que, em seu entender, a percentagem de doentes endémicos está diretamente relacionada com a área orizícola e a mortalidade é maior quanto mais próximos se encontram os arrozais.

Todavia, será no início dos anos setenta do século XX, como já referimos, que o Projeto Industrial de Sines, implicando a expropriação sistemática de terras acabará, até hoje, com a cultura de arroz em Santo André. O que desse longo ciclo resta são apenas vagos e imprecisos limites dos antigos canteiros que, em invernos relativamente pluviosos nos fazem imaginar os antigos arrozais.



3.3. Pomares e Ferrageais, Estrumes, Agro - Químicos e Poluição Industrial

Já lá vão os tempos em que os pomares e ferrageais, situados à volta da povoação ou na proximidade das habitações, eram fertilizados e adubados única e exclusivamente pela ação do estrume do curral. Nos montados era limpo o mato e queimado, permitindo que as suas cinzas também os fertilizassem. Até a produção de arroz, nas vastas várzeas da lagoa de Santo André, era conseguida sem a aplicação de quaisquer adubos ou estrumes e, após cinco anos de cultivo de arroz, cultivava-se milho ou feijão durante dois anos sucessivos, voltando-se novamente ao arroz.

Adubos artificiais ninguém os utilizava, embora a Estatística Agrícola do Concelho de Santiago do Cacém, em finais do século XIX, fizesse previsões acerca da entrada em vigor de decretos de fomento agrícola e adubos químicos, como forma eficaz de aumentar a média da produtividade agrícola.

Hoje, os problemas com a segurança dos alimentos que consumimos são graves. Numa zona como esta, de forte concentração industrial, de localização de indústrias cuja poluição atmosférica é intensa, colocam a grande distância, mas à distância relativa do curso do tempo, as velhas polémicas em torno do arroz.

As questões hoje prendem-se com os fatores que levam ao amadurecimento e queda precoce das laranjas, ao que os homens e mulheres, que no peso dos seus já longos anos, permanecem agarrados à terra, chamam os “maus ventos” que vêm de Sines e das suas altas chaminés.

De um ponto de vista estritamente alimentar, a padronização e o pensamento globalizante estão a levar à desagregação das culturas alimentares de raiz mediterrânica e ao predomínio das margarinas sobre o azeite, por exemplo.

Hoje são os engenheiros das grandes indústrias alimentares que fazem a cozinha, e nos descobrem novos produtos, novas embalagens, novas técnicas de cozinhar e de conservar, novos aromas e acabaram por abalar e querer desagregar o que resta da nossa cozinha tradicional⁴⁶.

A própria economia doméstica do porco, dos borregos e das galinhas alimentados cada vez mais a rações de origem obscura.



A terra e as suas culturas são encharcadas de modo tão extraordinário como irracional de agro-químicos, desde os pesticidas aos nitratos, que, por sua vez, contaminam solos e níveis freáticos. Do mesmo modo por ETARs obsoletas, por vezes sobredimensionadas, ou por escoamento e drenagem a partir de suiniculturas.

Efluentes domésticos drenam diretamente para o mar ou para zonas lagunares e, tal como sucede nesta costa, faz com que os sargos, por exemplo, pescados à linha, venham cegos ou sem pele, como se tivessem sido queimados.

Metais pesados, altamente tóxicos, como o cádmio, o chumbo ou o mercúrio, como refere a DECO, utilizados na indústria poluem o solo, a água e, por conseguinte, as cadeias alimentares terrestres e aquáticas.

No fundo, estamos perante a imposição de um capitalismo selvagem, que toma a alimentação com todas as suas componentes, a monte e a jusante, como um ramo industrial funcionando em função do fator lucro máximo, quando o que está em causa é a qualidade de vida, a nossa e das gerações que aí vêm.

4. LABORES, LAZERES E COMERES – CALENDÁRIO E ITINERÁRIOS NUMA PERSPETIVA DE DESENVOLVIMENTO LOCAL

As grandes mudanças por que passou a freguesia de Santo André, principalmente desde a segunda metade do século XX, foram contraindo tendencial e progressivamente a agricultura.

As indústrias localizadas no perímetro do polo de Sines, delimitando uma área de atração e de influência muito mais vasta, suscitando a criação de um centro urbano de raiz, polarizaram o afluxo de gente das mais variadas proveniências e portadora das mais diferentes matrizes culturais, refletindo-se, portanto, também nas práticas alimentares, tomadas como práticas sociais e culturais, tal como as vimos procurando contextualizar.

São essas práticas que constituem parcela indissociável de patrimónios herdados, recursos culturais de grandes possibilidades, configurando uma constelação de estilos e práticas do quotidiano e, por isso, nesse sentido, componentes incontornáveis das identidades locais.



Assim, a revalorização da identidade local pode passar pela revitalização de práticas alimentares, que associam o seu carácter tradicional a uma compatibilização com a sustentabilidade ambiental, que nos parece essencial numa perspetiva de desenvolvimento local.

Um interessante estudo sobre os níveis de envolvimento das ADL, por área de intervenção, revela como, no caso que nos interessa, a valorização e promoção de produtos locais, constitui um considerado nível de "envolvimento grande", por parte quer de pessoas singulares como entidades coletivas integrantes desse movimento⁴⁷.

E é do ponto de vista das metodologias que a questão nos parece encerrar maiores potencialidades, desde que implicando a participação ativa das organizações e dos atores locais, em processos de reconstituição, de continuidade, de devolução e de revalorização.

Deste ponto de vista, os participantes na recente Assembleia da Manifesta de Abril de 2001, em Tavira, proclamam um conjunto de princípios expressivos de preocupações que partilhamos e de que destacamos o lugar estratégico que ocupa "(...) a preservação (sustentável) da herança cultural dos territórios (artesanato, velhas manufaturas, tradições culturais...)"⁴⁸.

Nesse sentido, preservar significa revalorizar e revalorizar implica, ou pode implicar, revitalizar numa perspetiva mesmo que informalmente educativa, o que pressupõe necessariamente o envolvimento das pessoas e das gentes dos lugares que mantêm vivo e presente todo um saber cultural e socialmente adquirido e que pode, por isso mesmo, ser cultural e socialmente transmitido.

De que temos vindo a discorrer é das práticas alimentares que envolvem tanto o trabalho como o lazer, mudando mais ou menos no decorrer do fio do tempo, práticas de um quotidiano que importa tornar vivo no seu dinamismo, segundo múltiplas formas, que tanto podem passar pelos itinerários gastronómicos, sazonalmente diferenciados, como criação de locais de alimentação que associem tradição, carácter saudável e respeito pela preservação ambiental.



5. CONCLUSÃO

Procurámos neste percurso perceber como os hábitos alimentares de diferentes comunidades e grupos sociais se cruzam, evoluem no fio do tempo, na garupa de diferentes modos de relacionamento do homem com a natureza, como de diferentes ciclos económicos, mas nunca cristalizam, por maiores que possam ser as permanências que conseguem manter na longa duração temporal.

Como diz Levi- Strauss:

“a cozinha de uma região é uma linguagem na qual ela traduz inconscientemente as suas estruturas”.⁴⁹

Perante isto, os alimentos confeccionam-se e consomem-se de maneiras diferentes consoante os locais, grupos e tempos, com produtos e técnicas diferenciadas que as diferentes estruturas económicas, sociais e culturais são capazes de gerar.

Na alimentação se refletem as marés do quotidiano social, na sua maior ou menor complexidade.

Atualmente as tendências padronizantes e globalizantes, determinadas pela grande indústria alimentar internacional, estão a conduzir, a ritmo acelerado, à desestruturação das dietas alimentares tradicionais.

O desenvolvimento de um setor agro-alimentar apoiado por um marketing agressivo acabou por originar, numa nova geração de consumidores, mais acríficos, mais passivos e mais suscetíveis face a mecanismos e publicidade tão poderosos como inculcantes, jogando com os seus apetites, inibições, desejos e representações do seu próprio corpo, que assentam num surpreendente desequilíbrio entre prazer e angústia do apetite.

A revalorização das práticas alimentares tradicionais, diferenciadas pela posição que ocupam face aos grupos sociais que as produziram, às realidades económicas em que se enquadram, no respeito pela preservação e pela sustentabilidade ambiental constituem uma forma de afirmar como velhos e maiores equilíbrios entre o homem e a natureza, constituem não só perspetivas e modos de entendimento para os tempos que correm, mas também importantes fatores de qualidade de vida e de desenvolvimento para o nosso devir coletivo.



NOTAS

1. FONSECA, Manuel da – O fogo e as cinzas, p.15-16 [Prefácio].
2. MARCADÉ, Jaques - Une comarque portugaise: Ourique – entre 1750 et 1800, p. 129, quadro 3.
3. FALCÃO, Bernardo - Memórias sobre a antiga Miróbriga.
4. RIBEIRO, Manuel José [et al.] - Relatório sobre a cultura do arroz em Portugal e sua influência na saúde publica..., p. 123.
5. Estatística agrícola do Concelho de S. Thiago de Cacem, p. 652.
6. Estatística agrícola do Concelho de S. Thiago de Cacem, p. 658.
7. Estatística agrícola do Concelho de S. Thiago de Cacem, p. 637.
8. Estatística agrícola do Concelho de S. Thiago de Cacem, p. 662.
9. Estatísticas agrícolas.
10. FALCÃO, Bernardo - Memórias sobre a antiga Miróbriga.
11. SILVA, António de Macedo e – Annaes do Município de Sant'Iago de Cacem.
12. PALMA, Luís - Lagoa de Santo André: área ornitológica de primeira importância, p. 69.
13. DIAS, Veríssimo Neves - A propósito do ordenamento cinegético da lagoa de Santo André, p. 75-78.
14. RIBEIRO, Orlando, 1911-1997 - Mediterrâneo: ambiente e tradição, p. 146.
15. CARVALHO, Agostinho de ; GOMES, Maria Leonor – A alimentação e condições de vida de famílias de trabalhadores rurais do Baixo Alentejo, p. 35.
16. FONSECA, Manuel da – Seara de vento, p. 62.
17. FONSECA, Manuel da – Seara de vento, p. 61-62.
18. VILHENA, Maria da Conceição - Reminiscências árabes na doçaria portuguesa: as alcomonias, p. 625.
19. FIALHO, Manuel - Cozinha regional do Alentejo.
20. VILHENA, Maria da Conceição - Reminiscências árabes na doçaria portuguesa: as alcomonias, p. 627-628.
21. RIBEIRO, Orlando - Mediterrâneo: ambiente e tradição, p. 146-147.
22. RIBEIRO, Orlando - Mediterrâneo: ambiente e tradição, p. 146-147.
23. SILVA, António de Macedo e – Annaes do Município de Sant'Iago de Cacem, p. 136.
24. SILVA, António de Macedo e – Annaes do Município de Sant'Iago de Cacem, p. 73.
25. MADEIRA, João - Santo André no século XIX: o homem e a lagoa, p. 47.
26. AGROPROMOTORA – Estudo prévio do fomento da actividade aquacultura na Lagoa de Santo André, p. 54-66.
27. Entrevista a António Luís Manafaia, Costa de Santo André, 15 de fevereiro de 2001.
28. Relatório sobre a Cultura do arroz em Portugal, p. 248.
29. MAGALHÃES, Miranda de – Dos ranchos migratórios em Portugal, p. 54-55.



NOTAS

30. NEVES, Maria Porfina Fernandes das – Subsídios para o estudo da mão de obra na orizicultura: níveis de vida: região do Vale do Sado, p. 59.
31. NEVES, Maria Porfina Fernandes das – Subsídios para o estudo da mão de obra na orizicultura: níveis de vida: região do Vale do Sado, p. 59.
32. OLIVEIRA, Ernesto Veiga de ; GALHANO, Fernando ; PEREIRA, Benjamim - Construções primitivas em Portugal, p. 215-222.
33. Informação de António Luís Manafaia (não gravada), Costa de Santo André, 15 de fevereiro de 2001.
34. Entrevista a António Luís Manafaia, Costa de Santo André, 15 de fevereiro de 2001.
35. OLIVEIRA, Ernesto Veiga de ; GALHANO, Fernando ; PEREIRA, Benjamim - Construções primitivas em Portugal, p. 222.
36. SILVA, António de Macedo e – Annaes do Município de Sant'Iago de Cacem, p. 42.
37. SILVA, António de Macedo e – Annaes do Município de Sant'Iago de Cacem, p. 44.
38. SILVA, António de Macedo e – Annaes do Município de Sant'Iago de Cacem, p. 47.
39. PORTUGAL. Instituto de Conservação da Natureza – Lagoas de Santo André e Sancha: plano de gestão: documento preliminar.
40. DIAS, Veríssimo Neves - A propósito do ordenamento cinegético da lagoa de Santo André, p. 76.
41. MORAES, Paulo de - Estudo geral da economia rural da sétima região agrónomica, p. 93.
42. SILVA, António de Macedo e – Annaes do Município de Sant'Iago de Cacem, p. 113.
43. SILVA, António de Macedo e – Annaes do Município de Sant'Iago de Cacem, p. 113.
44. RIBEIRO, Manuel José [et al.] - Relatório sobre a cultura do arroz em Portugal e sua influencia na saude publica..., p. 124.
45. RIBEIRO, Manuel José [et al.] - Relatório sobre a cultura do arroz em Portugal e sua influencia na saude publica..., p. 253.
46. SARAMAGO, Alfredo - Para uma história da alimentação no Alentejo.
47. ALBINO, José Carlos - Desenvolver (des)envolvendo: reflexões e pistas para o desenvolvimento local, p. 86, quadro 1.
48. Assembleia de Tavira: caminhos novos de desenvolvimento local: avaliar – afirmar – reforçar – desafiar, p. 8.
49. SARAMAGO, Alfredo - Para uma história da alimentação no Alentejo.



BIBLIOGRAFIA

AGROPROMOTORA – **Estudo prévio do fomento da actividade aquacultura na Lagoa de Santo André.** 1984.

ALBINO, José Carlos - **Desenvolver (des)envolvendo: reflexões e pistas para o desenvolvimento local.** Messejana : ESDIME, D.L. 2001. 241, [2] p. ISBN 972-97403-2-1.

Assembleia de Tavira: caminhos novos de desenvolvimento local: avaliar – afirmar – reforçar – desafiar [Em linha]. Lisboa : Animar – Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Local, 2011. Disponível em WWW: https://www.animar-dl.pt/site/assets/files/3984/assembleia_tavira.pdf.

CAMBOURNAC, Francisco José [et al.] – Sobre a alimentação dos “ranchos migratórios” na região de Águas de Moura. Lisboa Médica: jornal mensal de medicina e cirurgia. Lisboa : Hospital Escolar de Santa Marta, 1924-1946. Ano XXI, n.º 4 (1944). Separata da publicação.

CARVALHO, Agostinho de ; GOMES, Maria Leonor – **A alimentação e condições de vida de famílias de trabalhadores rurais do Baixo Alentejo.** Lisboa : Fundação Calouste Gulbenkian, 1973. 139 p.

CORRÊIA, António Mendes – **A alimentação do povo português.** Lisboa : Centro de Estudos Demográficos, 1949. p. 95-111. Separata da revista Centro de Estudos Demográficos, n.º 6.

DIAS, Veríssimo Neves - A propósito do ordenamento cinegético da Lagoa de Santo André. In **Encontro sobre a Lagoa de Santo André.** Santiago do Cacém : Associação Cultural de Santiago do Cacém, 1993. p. 75-78.

DIAS, Veríssimo Neves - **Subsídios para o estudo da mão de obra na orizicultura: níveis de vida: região do Vale do Sado.** Lisboa : Instituto Superior de Agronomia, 1947. Relatório final do curso de Engenheiro Agrónomo

Estatística agrícola do Concelho de S. Thiago de Cacem. Boletim da Direção Geral da Agricultura. Lisboa : Imprensa Nacional. (1894?).

Estatísticas agrícolas. Lisboa : Instituto Nacional de Estatística, 1943-1973.

FALCÃO, Bernardo – Memórias sobre a antiga Miróbriga. Nossa Terra. N.º 28 (31 jul. 1932).

FIALHO, Manuel - **Cozinha regional do Alentejo.** Mem Martins : Europa-América, D.L. 1992. 146, [1] p. (Cozinha regional). ISBN 972-1-03447-9.

FONSECA, Manuel da – **O fogo e as cinzas.** 15ª ed. rev. Lisboa : Caminho, 1981. 172 p. (Obras completas de Manuel da Fonseca).

FONSECA, Manuel da – **Seara de vento.** 10ª ed. Lisboa : Forja, 1979. 253, [2] p.

MADEIRA, João - Santo André no século XIX: o homem e a lagoa. In **Encontro sobre a Lagoa de Santo André.** Santiago do Cacém : Associação Cultural de Santiago do Cacém, 1993. p. 45-64.

MAGALHÃES, Miranda de – **Dos ranchos migratórios em Portugal.** Lisboa : Instituto Superior de Agronomia, 1956. Relatório final do curso de Engenheiro Agrónomo.



BIBLIOGRAFIA

MARCADÉ, Jacques - **Une comarque portugaise: Ourique – entre 1750 et 1800**. Paris : Fundação Calouste Gulbenkian - Centro Cultural Português, 1971. 202 p. (Série histórica & literária; 6).

MORAES, Paulo de - **Estudo geral da economia rural da sétima região agrónómica**. Lisboa : Imprensa Nacional, 1989.

NEVES, Maria Porfina Fernandes das - **Subsídios para o estudo da mão de obra na orizicultura: níveis de vida: região do Vale do Sado**. Lisboa : Instituto Superior de Agronomia, 1947. Relatório final do curso de Engenheiro Agrónomo.

OLIVEIRA, Ernesto Veiga de ; GALHANO, Fernando ; PEREIRA, Benjamim - **Construções primitivas em Portugal**. 3ª ed. Lisboa : Dom Quixote, 1994. 363, [84] p. (Portugal de Perto. Biblioteca de Etnografia e Antropologia; 17). ISBN 972-20-0196-5.

PALMA, Luís - Lagoa de Santo André : área ornitológica de primeira importância. In **Encontro sobre a Lagoa de Santo André**. Santiago do Cacém : Associação Cultural de Santiago do Cacém, 1993. – p. 65-73.

PORTUGAL. Instituto de Conservação da Natureza – **Lagoas de Santo André e Sancha: plano de gestão: documento preliminar**. 2000.

PORTUGAL. Instituto Nacional de Estatística – **A alimentação do povo português**. Lisboa : Centro de Estudos Demográficos, 1951. 251 p.

RIBEIRO, Manuel José [et al.] - **Relatório sobre a cultura do arroz em Portugal e sua influencia na saúde pública, apresentado a sua excelencia o Sr. Ministro dos Negocios do Reino pela comissão creada por portaria de 16 de maio de 1859**. Lisboa : Imprensa Nacional, 1860.

RIBEIRO, Orlando - **Mediterrâneo: ambiente e tradição**. 2ª ed. Lisboa : Fundação Calouste Gulbenkian, 1987. 323 p.

SARAMAGO, Alfredo - **A caça : perspectiva histórica e receitas tradicionais**. Sintra : Colares, D.L. 1994. 176, [4] p. ISBN 972-8099-33-9.

SARAMAGO, Alfredo - **Para uma história da alimentação no Alentejo**. Lisboa : Assírio & Alvim, 1997. 317 p. (Coração, cabeça e estômago; 4). ISBN 972-37-0413-7.

SILVA, António de Macedo e - **Annaes do Município de Sant'Iago de Cacem**. 2ª ed. Lisboa : Imprensa Nacional, 1869.

VALAGÃO, Maria Manuel – A problemática do estudo das práticas alimentares: o caso das ciências sociais. In GOUVEIA, Adelino [et al.] – **Temas de economia e sociologia agrárias**. Lisboa : Departamento de Estudos de Economia e Sociologia do Instituto Nacional de Investigação Agrária Agrárias, 1992. ISBN 972-9379-07-6.

VILHENA, Maria da Conceição - **Reminiscências árabes na doçaria portuguesa: as alcomonias**. Ponta Delgada : Universidade dos Açores, 2000. 8 p. Separata de Arquipélago : *revista da Universidade dos Açores, História*. 2ª série IV, n.º 2 (2000).





Jorge Feio

jorge.feio@cm-beja.pt

**MARCAS DE UM CRISTIANISMO PRECOCE NA ÁREA DE ALVALADE SADO:
MONTE DO ROXO E (POSSIVELMENTE) MONTE DA AMEIRA**

RESUMO

Neste texto, o autor apresenta os resultados das suas mais recentes investigações sobre os testemunhos mais antigos da cristianização do território correspondente à actual freguesia de Alvalade do Sado.

ABSTRACT

In this text, the author presents the results of his most recent investigations into the oldest testimonies of the Christianization of the territory corresponding to the current parish of Alvalade do Sado.

PALAVRAS-CHAVE

Arte Cristã | Alvalade | Cristianização

KEYWORDS

Early christian Art | Alvalade | Christianization

O Autor não segue o acordo ortográfico de 1990



INTRODUÇÃO

“Um escândalo para os Judeus, uma festa para os Gregos”, como definiram ‘Eric Deschavanne e Pierre-Henri Tavoillot no prefácio do livro *La Tentation du Christianisme* (FERRY e JERPHAGNON, 2009), tendo por base as palavras escritas por São Paulo na sua Epístola aos Gálatas, quando define o que é o cristianismo. Algumas propostas de interpretação que iremos apresentar poderão parecer escandalosas para alguns de pensamento mais ortodoxo, mas serão uma festa para os leitores de mente mais aberta e que querem abrir novos horizontes.

No decorrer dos últimos anos encontrei no estudo da cristianização do território do antigo *Conuentus Pacensis*, no qual se integrava a actual vila de Alvalade do Sado, uma fonte inesgotável de informação para a compreensão de uma parte da história cultural religiosa e artística das pessoas que por aqui viveram ou deambularam entre os séculos I e XII, sobretudo a partir do século IV.

No que respeita ao estudo da cristianização em torno do rio Sado (na sua zona “mais litoral” e seus afluentes), para além de Tróia, são poucos os sítios arqueológicos investigados até ao momento. Conhecem-se os casos de São João dos Azinhais, no concelho de Alcácer do Sal, de São Romão (Ourique) e Monte do Roxo, na freguesia de Alvalade do Sado, concelho de Santiago do Cacém, em ambiente rural, e Alcácer do Sal, Sines e Setúbal, em ambiente urbano. Destacam-se, escreva-se de passagem, os capiteis de influência bizantina encontrados em Alcácer e em Setúbal, cuja tipologia é, por enquanto, rara no território português.

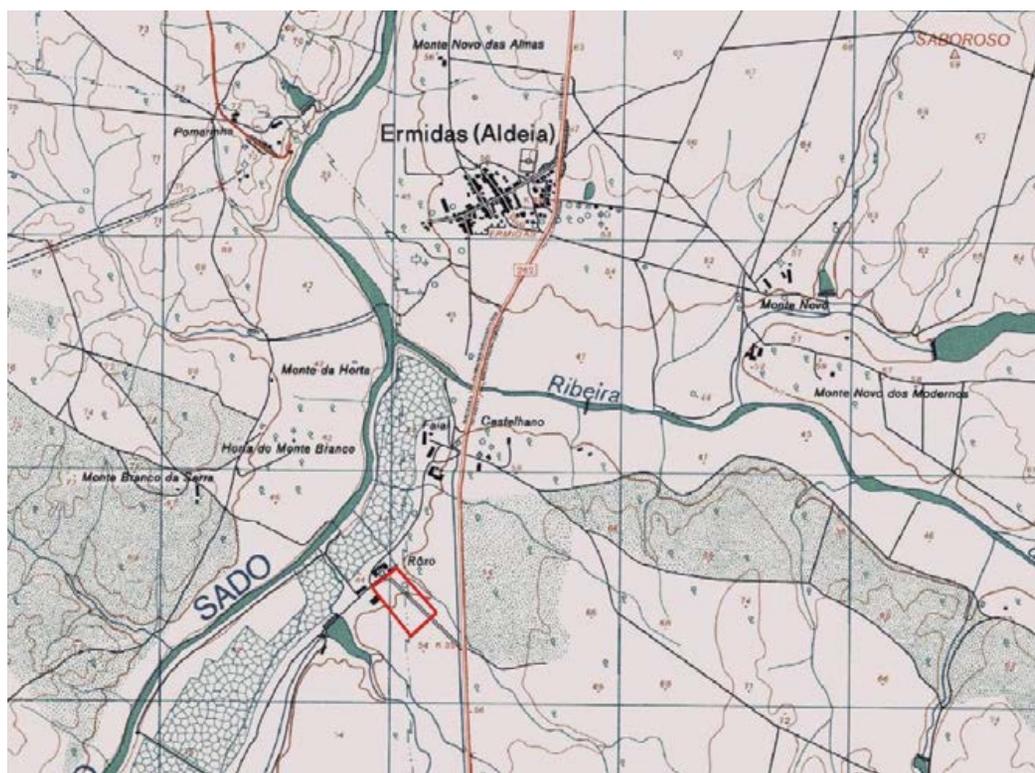
Em ambiente rural, um dos sítios mais interessantes é precisamente o Monte do Roxo. Trata-se de uma antiga *villa* que, a partir de um determinado momento, no decorrer da antiguidade tardia, poderá ter sido alvo de algumas transformações para instalação de um edifício de culto cristão. Neste momento, não nos é ainda possível determinar com exactidão quais foram as transformações operadas e o momento em que estas se processaram, pois ainda não foram efectuadas escavações arqueológicas no local. No entanto, uma das peças recolhidas no local permite suspeitar que no século VI já existiria uma basílica com abside, mas não muito mais do que isso. Neste campo, não podemos olvidar a



importância das absides nos edifícios de culto cristão no que concerne à eucaristia, bem patente nas basílicas mais antigas, como por exemplo a basílica de dupla abside do Largo do Rossio do Carmo, em Mértola, que poderá datar de meados do século V, tendo em consideração o epitáfio mais antigo identificado no seu interior, que data de 462.

Outro dos locais que pode vir a manifestar-se muito interessante é o Monte da Ameira, situado a curta distância do primeiro, que já tivemos oportunidade de estudar no passado (FEIO, 2008). A descoberta de novos dados na região, nomeadamente no Cerro do Favai (Ourique) permite-nos agora colocar em dúvida algumas das ideias que tivemos, pelo que propomos a sua reformulação.

Desta forma, com o presente texto, propomo-nos a criar uma base que permita, num futuro próximo, criar uma base para uma melhor compreensão do fenómeno da cristianização do espaço envolvente do Rio Sado.



Planta de localização (Escala: 1/25000) da Estação Arqueológica do Monte do Roxo e área de maior concentração de materiais à superfície (rectângulo vermelho), a partir de FEIO, 2008.



A UILLA DO MONTE DO ROXO

Sob o actual Monte do Roxo, Alvalade, Santiago do Cacém, é possível observar vestígios muito importantes de uma antiga *uilla* romana. Existem notícias da existência de estruturas (incluindo tanques forrados com *opus Signinum* em cujo interior foram recolhidas grainhas ressequidas de uvas), *cuppae*, lucernas e outros materiais no século XVIII, data em que algumas peças foram enviadas para o Frei Manuel do Cenáculo, em Beja¹.

O local tem as seguintes coordenadas: 37°57'17", 02 latitude norte, 08°24'24",40 longitude oeste e 56m de altitude. O acesso faz-se pelo IC1, virando-se à esquerda na primeira estrada de terra batida com palmeiras à entrada, a norte da Mimosa (sentido sul/norte) (FEIO, 2008: 484 a 489).

À superfície, destaca-se a grande concentração de materiais de construção de época romana, sigillatas galoromanas, hispânicas e norte-africanas, ânforas lusitanas (Dressel14/Lusitana 2 e Almagro 51c/Lusitana 4), cerâmicas comuns islâmicas, medievais cristãs e modernas e faianças portuguesas, que se espalham por uma zona equivalente a cerca de 2ha (materiais que observámos no local e não recolhemos) (Idem, ibidem).

Nas cofragens das paredes de taipa da casa principal do "Monte", observa-se uma grande quantidade de materiais romanos reutilizados, destacando-se os materiais de construção (*tegullae*, *imbrices* e láteres). Para além destes pode verificar-se a presença de *sigillatas* (onde se inclui um fragmento de bordo de Dragendorf 27), de fragmentos de bojos de ânforas e de fragmentos de cerâmica comum. A presença de uma grande quantidade de materiais de época romana nas paredes em taipa indicia que o actual "Monte" foi construído sobre as estruturas da antiga *uilla*, verificando-se que as áreas de maior concentração de materiais se situam numa área de cerca de 2ha envolvente da construção actual, como já foi indicado anteriormente, e ainda que alguns níveis arqueológicos poderão ter sido simplesmente "rapados", motivo por que podemos observar elementos arquitectónicos reaproveitados, bem como inscrições de época moderna.



Entre o espólio recolhido neste local ao longo dos anos destacam-se ainda os vários elementos arquitectónicos eventualmente datáveis da Antiguidade Tardia, que poderão ter pertencido a um edifício religioso. Pelas informações que obtive junto do proprietário e de alguns trabalhadores mais antigos, estes são provenientes de uma antiga igreja que se situava em frente do "Monte", no local onde foi plantada uma palmeira após o incêndio que destruiu completamente o edifício religioso nos inícios do século XX, a que se sucedeu a sua completa demolição, acabando algumas peças de maior valor arquitectónico e artístico por serem reutilizadas nas estruturas do "Monte", servindo, por exemplo, de poiais.



Vista Sudeste do Monte do Roxo, Alvalade.

Este local teve uma ocupação contínua, devidamente comprovada pela presença de materiais de época islâmica e pela reocupação efectuada depois da reconquista deste território pelos membros da Ordem de Santiago de Espada, que aí construíram uma igreja, a qual foi sede de paróquia até ao século XX, posteriormente substituída pela capela actualmente consagrada a Nossa Senhora do Roxo. Esta última consagração surge na cartografia antiga sob a designação de Sant'Ana ou Santa Anna (sic) do Roxo².



Trata-se, portanto, de mais uma *villa* romana cristianizada e ocupada em época de dominação suevo-visigótica, que vem engrossar o grupo de *villa* e que continuaram ocupadas para além do século V. A tradição religiosa foi perpetuada após a reconquista cristã, aparecendo associada, juntamente com a ermida de São Roque, situada na Herdade do Faial, freguesia de Alvalade, aos topónimos de Ermidas-Aldeia e, posteriormente, Ermidas-Sado.

Elementos Arquitectónicos Paleocristãos Identificados até ao Momento

Até ao momento não são muito abundantes os elementos arquitectónicos identificados neste sítio arqueológico. No entanto, o seu estudo permite retirar algumas conclusões, com base na análise dos seus elementos decorativos, por comparação com peças equivalentes do ponto de vista tipológico. No Monte do Roxo foram identificados, até à actualidade, momento, dois fragmentos de cancela, uma imposta que servia de base ao arranque do arco da abside e um colunelo que, mais do que um simples mainel, como têm vindo a ser classificadas estas formas arquitectónicas, pode ser um pé-de-altar ou de uma *mensa* eucarística.

Fragmentos de Possível *Transenna de Iconostase* com Representação de Estrelas

No Monte do Roxo foram identificados dois fragmentos que podem corresponder a uma só *transenna* (cancela) da *iconóstase*, ou a duas *transennae* distintas com a mesma temática decorativa. As *transennae* tinham como principal funcionalidade dividir o espaço destinado aos crentes do *sanctus sanctorum*, ou seja, do espaço sagrado a que só podiam aceder os membros do clero.

A decoração apresentada nos dois fragmentos é composta exclusivamente por *stellae* (estrelas) insertas em quadrados, uma temática relativamente comum em mosaicos e que começa a ser utilizada na decoração arquitectónica (na pedra) a partir de finais do século VI, sendo relativamente comum no território correspondente ao antigo *Conuentus Pacensis*, onde a actual freguesia de Alvalade do Sado estaria integrada.



Atendendo à análise feita ao padrão decorativo, não se utilizou aqui, portanto, a normal descrição de “octofólios” pois entendemos que deveremos simplificar as coisas. No passado, quem concebia esta decoração não pensava em “octofólios”, mas sim na mensagem que se pretendia com a utilização de um determinado signo, pois toda a arte de cariz religioso transmite uma mensagem que está subjacente aos signos representados. Atendendo à semelhança da representação destes “octofólios”, com a decoração de estrelas em mosaicos e de frescos mais antigos (como podemos observar, por exemplo em Ravena e em alguns mosaicos do Norte-de-África), que poderão servir de base à interpretação que propomos, pensamos que podemos considerar, na realidade, que estes “octofólios” representam estrelas, ou a ideia de céu estrelado, como que aludindo ao paraíso celeste, definição que podemos observar em várias passagens da Bíblia, onde podemos ler reino dos céus como indicação do local onde se encontra Deus e para onde irão todos aqueles que sejam merecedores de um paraíso após a ressurreição.

Nas várias representações de estrelas na arte musiva podemos constatar que estas surgem muitas vezes associadas à representação de Cristo sob a forma de cruz ou cordeiro e em posição elevada (normalmente nas abóbadas). Na pedra seria muito mais difícil esse tipo de representação, pelo que, normalmente, as estrelas surgem representadas em quadrados (que facilitariam o trabalho do escultor no que concerne à manutenção de dimensões semelhantes entres as várias estrelas e o seu alinhamento).

Não podemos também deixar de atentar no círculo com espiral que normalmente surge representado na forma de “botão central, de união dos 8 “braços”, pois parecem representar corpos celestes em rotação de onde partem raios de luz.

Não deixa de ser interessante, como iremos ver adiante, a junção, no edifício religioso de Monte do Roxo, de temáticas relativas aos dois *paradeisos*: o celeste e o terrestre.

O fragmento de transenna de iconostase de maiores dimensões, a que foi atribuído o número 1, preserva, em bom estado de conservação, a sua decoração, possuindo 0,85m de altura e 0,67m de comprimento, medidas máximas, não tendo sido possível determinar a sua espessura (FEIO, 2008: 484 a 489). Neste momento, serve de “tapete” junto à entrada da capela de Nossa Senhora do Roxo.



O segundo fragmento de cancela de iconostase, encontrava-se depositado na sede da Casa do Povo de Alvalade e apresenta uma decoração composta por estrelas insertas em quadrados (Idem, ibidem). Preserva 0,46m de comprimento, 0,34m de altura e 0,08m de espessura. No topo a peça está decorada com trifólios ou folhas de acanto estilizadas (Idem, ibidem).

Em média, os quadrados onde estão encaixadas as estrelas que compõem a decoração principal destes elementos arquitectónicos têm 0,38m de lado. Os rectângulos têm 0,38m de comprimento e 0,24m de largura. As cartelas que separam os campos têm 0,02m de espessura, no fragmento que ainda se encontra no Monte do Roxo.

No que se encontra depositado na Casa do Povo de Alvalade, os quadrados têm 0,30m de lado.

O suporte dos três fragmentos é o calcário de veios cinzentos e grão médio do tipo de São Brissos.

Os dois possíveis fragmentos da *transenna*, apresentam, como já foi indicado, uma decoração composta por estrelas, definidas por outros autores, ou “roseta de oito pétalas”, assim designada por Cruz Villalón (1985: 320 a 321). Tem por base quatro folhas muito estilizadas dispostas nas diagonais e sobrepostas a quatro nas medianas, irradiando a partir de um botão central (WRENCH, 2006: 646). Estas apresentam-se inscritas em quadrados e rectângulos. Trata-se de uma decoração semelhante à de um pilar recolhido em Corte Piorno, Quintos, concelho de Beja, a pilares identificados em Marmelar e de um pilastrim recolhido junto da Igreja de Santa Maria, em Beja (FEIO, 2010). Observa-se ainda numa aduela, numa pia, numa imposta e numa pilastra encontradas em Beja, depositadas no Museu Regional Rainha Dona Leonor, mais exactamente no Núcleo Visigótico localizado na igreja de Santo Amaro, todas elas datadas do século VII pelos autores que as estudaram (TORRES *et alii*: 1993). É ainda de salientar a semelhança da decoração destas peças com algumas que podem observar-se em Vera Cruz de Marmelar e numa “placa” exposta no museu de Serpa (originária de Marmelar) e ainda num pilar (ou pilastra) de Marmelar (FEIO: 2010). Aliás, é com esta última que os fragmentos de *transennae* do Monte do Roxo mais se assemelham, não só na forma decorativa, mas também nas dimensões passíveis de comparação.

Feita a análise, pensamos poder situar a cronologia destas peças em finais do século VI e todo o século VII.



“Céu estrelado” em torno da cruz, cúpula do mausoléu de Galla Placídia, Ravena, século V (Cf. BAUDRY, 2009: 36).



Fragmento de transenna de iconostase n.º1, localizado em frente da porta de entrada da Capela de Nossa Senhora do Roxo, Alvalade.



O Friso

Uma terceira peça servia de soleira de porta numa das entradas do "Monte", apresentando a face voltada para cima completamente desgastada. Noutra trabalho, propusemos tratar-se de um fragmento de *transenna* de *iconostase*, atribuição que nos foi possível rever quando nos deparámos com a ocorrência de obras no Monte do Roxo e solicitámos ao encarregado do "Monte" a recolha desta peça e a sua deposição em lugar seguro, até que existisse consentimento do proprietário na sua entrega para o futuro núcleo museológico de arqueologia de Alvalade (FEIO, 2008: 484 a 489). A peça foi retirada do local onde se encontrava no dia 09 de Fevereiro de 2008, face ao perigo de ruína do "Monte" e tendo em consideração que poderia facilmente ser roubada por um qualquer caçador de tesouros. Observou-se então a decoração e o tipo de peça em causa, constatando-se que o elemento arquitectónico possui uma importância significativa para uma melhor compreensão do edifício religioso que existiu neste local. Este elemento arquitectónico resulta do reaproveitamento de um possível elemento de um banco, cuja cronologia podemos situar no século II. Tem 1,01m de comprimento máximo preservado, 0,615m de largura máxima preservada, 0,12m espessura máxima na face decorada com peltas e bifólios, 0,08m de espessura máxima na face decorada com trifólios, devendo-se esta pequena diferença ao desgaste decorrente da passagem de pessoas durante o período em que serviu de poial.

Da decoração de época romana podemos ainda distinguir uma ornamentação vegetalista, ondulada e lisa que termina numa voluta característica dos elementos decorativos jónicos ou lébicos, inseridos numa espécie de cimácio semicircular. No canto esquerdo do banco observam-se semi-palmetas de canto, ou grinaldas, e rosáceas com botão central.

De interesse para a arte paleocristã, pode observar-se no lado esquerdo, quando observada a peça de frente, uma decoração composta por trifólios, possuindo no topo uma decoração cuja tipologia não foi possível determinar face ao seu desgaste. Do lado oposto, existe em toda a extensão um conjunto de sete flores, com a representação bem definida do pedúnculo (ou caule); das folhas e da coroa em forma de pérola, com uma esfera ao centro. Entre as quarta e quinta flores observa-se um cesto e entre esta última e a sexta foram gravadas duas folhas.



Parte frontal do banco de mármore da época romana, Monte do Roxo, Alvalade.



A utilização de flores na decoração desta peça apresenta a intenção de representação do paraíso e não é tão incomum como aparenta, até porque se trata de uma temática muito importante para os primeiros cristãos, importância essa que foi acentuada na literatura cristã dos séculos VI e VII.

Notemos que o apelativo *Paradeisos* foi utilizado pelos cristãos para designar o local de destino dos bem-aventurados. Deriva do grego *Paradeisos*, palavra que foi muitas vezes aplicada para classificar o Jardim do Éden. A palavra grega significa então um grande jardim, com muitas árvores e flores maravilhosas. A sua transformação em paraíso terrestre ocorreu num período designado por judaísmo tardio, como se pode comprovar nos textos inter-testamentários, com base em transformações de carácter antropológico e cosmológico. Um bom testemunho desta mudança encontramos no escrito apócrifo denominado Livro dos Segredos de Henoch, ou Segundo Livro de Henoch, que transmite a ascensão do Patriarca ao Céu. Nesta ascensão o próprio patriarca refere o seguinte: «(...) *Eu estive no Paraíso dos justos e lá eu vi um lugar benigno, onde todas as criaturas são benignas e todos vivem em felicidade e alegria, dentro uma luminosidade desmedida, na vida eterna (...)*» (BAUDRY, 2009, 220).

Para os cristãos, no paraíso existem muitas árvores, de onde se destaca a Árvore da Vida, e ainda quatro rios: um rio parte do Jardim do Éden, regando-o e dividindo-se depois em quatro braços (GÉNESIS 2, 10). Numa fase mais tardia, nomeadamente no Livro do Apocalipse, fez-se a reatualização celeste do Éden, quando lemos que «(...) *O Anjo mostra-me o rio de vida, límpido como o cristal que jorra do trono de Deus e do Cordeiro... De ambos os lados existem árvores*» (APOCALIPSE 22, 1-2).

Lembremos o capítulo do falecimento do jovem chamado Augusto, no livro *Vitae Patrum Sanctorum Emeritensis* (VPSE). No seu leito de morte transmitiu ao autor das VPSE, e a outros monges, a visão que tivera do paraíso: «(...) *Estive num lugar muito agradável, onde havia **muitas flores odoríferas, plantas muito verdes, rosas e lírios** e muitas coroas de pedras e ouro, inumeráveis panos de seda pura e uma brisa suave de aromática frescura que refrescava tudo com o seu sopro. Também vi ali inumeráveis assentos dispostos à esquerda e à direita. Mas, colocado ao centro, sobressaía um trono muito mais elevado.*



Friso na sua posição original no edifício cristão, Monte do Roxo, Alvalade.



Interpretação da iconografia utilizada na decoração do friso, com recurso à pintura (desenhado em programa autocad, sobre a fotografia). Não se observam vestígios de pintura na peça original, servindo este exemplo apenas para facilitar a identificação e interpretação dos signos utilizados na peça.



Imposta de Alvíto.



*E ali havia um incontável número de meninos, todos engalanados e formosos, preparando mesas e um banquete extraordinário. Toda esta abundância de pratos se preparava sem recurso a qualquer animal, senão apenas com aves engordadas e tudo o que se preparava era branco como a neve (...) de tal natureza que nunca tinha comido nada assim, pelo que degustei, tomando-a com prazer. E na verdade te asseguro que o sabor daquele alimento me reconfortou de tal maneira que não desejava nada senão aquilo que havia comido. (...) Depois de ter afastado aqueles homens, o Senhor mais formoso que os demais (Jesus Cristo) levantou-se do trono e, tomando a minha mão, conduziu-me a um jardim extremamente agradável, **onde havia um ribeiro de água cristalina e, junto a este ribeiro, muitas flores e plantas de aromas perfumados, que produziam odores suaves.** (...)» (VELÁZQUEZ, 2008, 52-54).*

Estas imagens que nos são transmitidas pela literatura, quer pela Bíblia, quer por outras obras de cariz religioso, como as *uitae*, ou as *passiones* encontram-se repercutidas também na arte que decora os elementos arquitectónicos dos edifícios cristãos, as *laudae* funerárias, os mosaicos ou a pintura mural. O friso de Alvalade do Sado encontra paralelos directos no território do antigo *conuentus* Pacensis. Pode observar-se a utilização de flores idênticas num pilar/pilastra de Alfundão, numa imposta de Alvito e numa imposta de Moura (FEIO, 2012). Este tema surge também numa imposta de San Juan de Baños de Cerrato e foi recentemente identificado em vários elementos arquitectónicos em Talavera del Jarama. Podemos ainda encontrar a representação de flores no sarcófago da Sé de Braga; nas pinturas de Tróia; numa lauda funerária de Mértola (TORRES *et alii*: 1993) e em vários mosaicos funerários do Norte de África.

Do ponto de vista cronológico, considerando que a peça de Alvito poderá datar do primeiro quartel do século VI e que o pilar de Alfundão foi por nós balizado entre finais da primeira década do século VI e inícios do século VII (FEIO, 2012: 273), poderíamos sentir-nos tentados a datar esta peça d século VI. Contudo, desconhecendo a evolução histórica do edifício que incorporaria, ou se este espaço religioso passou por várias fases de construção, em virtude deste sítio arqueológico nunca ter sido alvo de escavações arqueológicas, temos de ter em linha de conta a cronologia de outros elementos arquitectónicos. A presença de transennae de iconostase decoradas com octofólios permite-nos propor que a cronologia desta peça se situe na segunda metade do século VI, ou inícios do século VII.



Decoração da outra face do friso, com trifólios, Monte do Roxo, Alvalade.



Fragmento de Colunelo ou Pé-de-Altar

Com o mesmo tipo de suporte dos fragmentos de cancela de iconostase e da imposta, foi concebido o colunelo (pé-de-altar?) que preserva 0,39m da sua altura, com o capitel e parte do fuste cilíndrico em bom estado de conservação e bem diferenciados entre si por uma espécie de "gola". O capitel apresenta como decoração pequenos elementos florais (folha de acanto estilizada ou trifólio), tendo 9cm de altura e 8cm de largura, percebendo-se uma certa tentativa de elaboração de um cubo. A "gola" não apresenta decoração, tem 4,5cm de altura e 7,5cm de diâmetro. O fuste é cilíndrico, sem decoração, com 25,5cm de altura e 8,5cm de diâmetro. Poderá tratar-se de um pé-de-altar ou de uma *mensa* ou mensula com funções eucarísticas.

Apenas conheço dois exemplares idênticos a este: um foi encontrado em Santa Lúcia del Trampal, Alcuéscar, Cáceres, cuja cronologia da construção da igreja se situa, muito provavelmente, apesar da controvérsia existente, em época moçárabe (CABALLERO ZOREDA e ARCE, 1995: 198-199 e 215, fig. 5, nº18). O outro foi encontrado no território da antiga *ciuitas* de *Pax Iulia*, em Vilares de Alfundão, freguesia de Alfundão, concelho de Ferreira do Alentejo, tendo sido datado do século VII (TORRES *et alii*, 1993, p.41m nº 11). A representação de trifólios é também observada numa peça deste género, mas designada como mainel, mais elaborada do que a identificada em Alvalade, recolhida em Santa Maria de Melque, datada do século VII ou do século VIII (CABALLERO ZOREDA e ARCE, 1995: 199-200).

Para além dos exemplos supramencionados, é idêntico a outros identificados na zona. Em São João dos Azinhais, próximo do Torrão, foi identificada uma peça idêntica, mas em forma de pilastrim (com fuste paralelepípedo). Outros fragmentos de capiteis de colunelos com decoração idêntica à observada, foram identificados em Nossa Senhora d'Aires, Viana do Alentejo, e Mértola (FEIO: 2012) e Egitânia (ALMEIDA, 1962: 203, figura 117 e MACIEL, 2008: 373). Estes poderão ter servido de pés-de-altar de uma *mensa* que, se não funcionou como mesa de altar, esteve associada certamente aos cerimoniais eucarísticos como *mensula* ou credencia, com uma cronologia próxima da de Salpensa (Sevilha), datada de 642 (MACIEL, 2008: 373).



Colunelo do Monte do Roxo depositado na sede da Casa do Povo de Alvalade.



Proposta de Cronologia

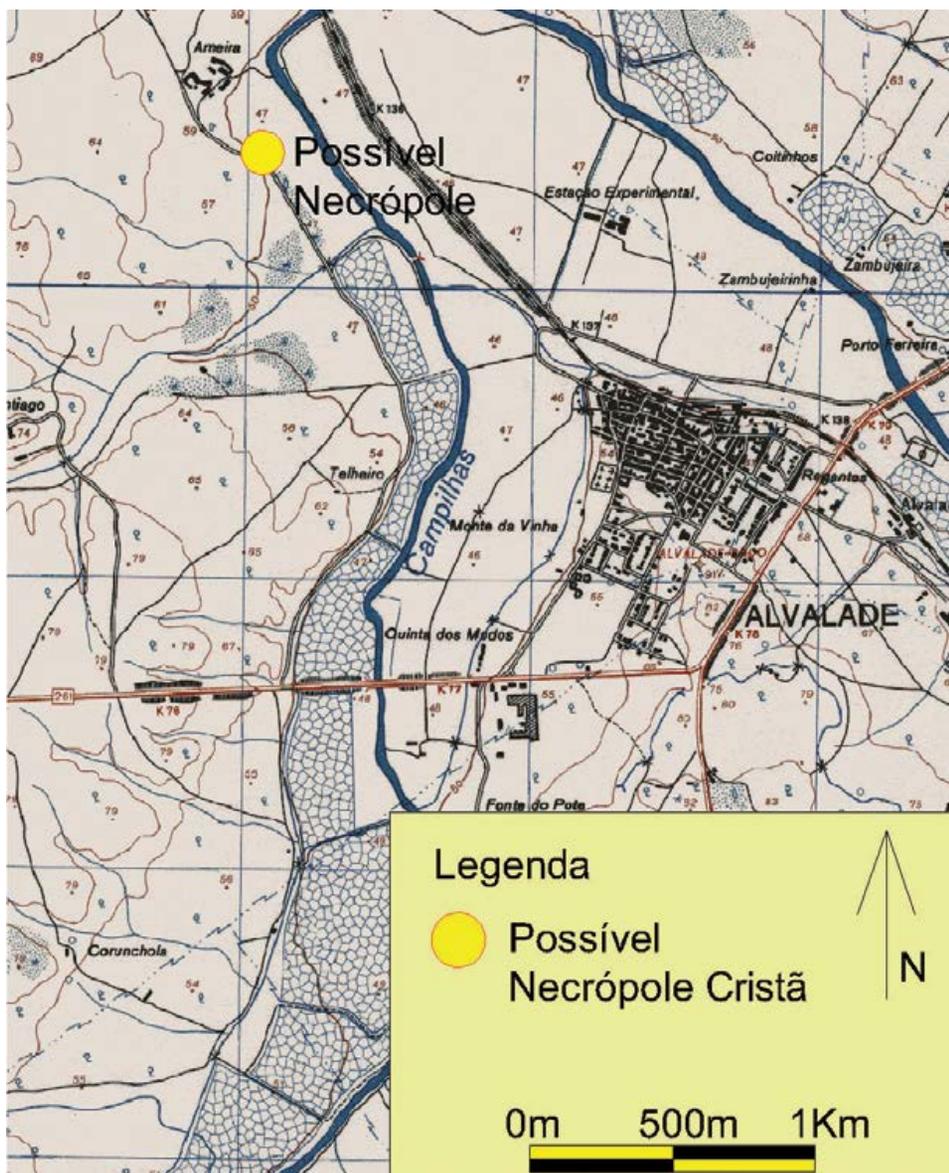
Em publicação anterior propus que este edifício de culto cristão tivesse sido fundado entre finais do século VI e finais do século VII, com continuidade sob o domínio islâmico. Os novos dados obtidos a partir da identificação do friso e a comparação com iconografia idêntica de outros edifícios da época de transição entre a Antiguidade Tardia e a Alta Idade Média, poderão permitir afinar uma pouco mais a cronologia de construção ou adaptação do edifício religioso cristão.

Mais uma vez, destacamos a temática decorativa escolhida para representação nos elementos de cariz arquitectónico: o *paradeisos* (Paraíso), quer na sua versão celeste, quer na sua versão terrestre. Estaremos aqui perante algum vestígio de ascetismo? Ou seja, poderia este edifício corresponder à *basilica* (igreja, no sentido actual do termo) de um *monasterium* (mosteiro)? Deixamos aqui a questão na esperança que se consiga a resposta num futuro próximo.

Vestígios de Cristianismo Precoce no Monte da Ameira?

Em 1929 o Padre Jorge de Oliveira, figura maior da cultura Alvaladense, foi chamado à Várzea do Brejo, onde o proprietário, Dr. Manuel Mateus, tinha mandado desmantelar algumas estruturas antigas, situadas na margem esquerda da Ribeira de Campilhas. Entre os vários vestígios que então identificou, destaca-se a necrópole de uma *villa*, onde Jorge de Oliveira identificou mós, ferros, cobres e fragmentos de peças de chumbo próximo de uma sepultura forrada com folhas de mármore azulado e cobertas com *tegullae*. Numa primeira análise, tendo em consideração os dados disponíveis, pensei que poderia tratar-se de uma necrópole de incineração (FEIO, 2008). No entanto, em lugar algum vem indicada a presença de cinzas resultantes de incinerações.

Perante as evidências de sepulturas com sarcófagos de mármore identificadas em Nossa Senhora d'Aires, Viana do Alentejo (FEIO, 2012), Monte da Robala, Beja (ENCARNAÇÃO e FEIO, 2014), Cerro do Faval, Ourique (DEUS *et alii*, 2004), Monte da Ortiga do Meio, Santiago do Cacém e, eventualmente em São Romão, Alvito, poderemos pensar na eventualidade da existência de uma necrópole cristã, datável da Antiguidade Tardia.



Planta com a localização aproximada da possível necrópole cristã do Monte da Ameira, Alvalade.



CONCLUSÃO

A falta de escavações arqueológicas no local tem impedido uma melhor definição do tipo de edifício religioso localizado sob o actual Monte do Roxo, não sendo possível determinar se se tratava de uma basílica que evoluiu a partir de um oratorium de uma antiga *villa*, se foi uma basílica construída *ex novo* junto de uma *villa* ou integrada num povoado secundário, tipo *vicus* ou se nos encontramos perante um antigo *monasterium*.

Neste momento, podemos suspeitar que se trata de um edifício de culto cristão muito antigo, enquadrado na fase inicial da cristianização do território, que sobreviveu com finalidades religiosas até uma fase avançada no período de ocupação islâmica. Neste caso, teríamos uma continuidade de culto na fase de transição entre a época de dominação visigótica e o período de domínio islâmico. A religiosidade neste local viria a manter-se nos períodos baixo-medieval, moderno e contemporâneo, sob as invocações de Santa Maria do Roxo e de Santana do Roxo.

Enquanto não se efectuarem escavações arqueológicas neste local não é possível determinar com maior exactidão a cronologia da construção do edifício religioso. Dessa forma, deixa-se, prudentemente, esta questão em aberto.

Outros sítios da freguesia de Alvalade do Sado poderão vir a fornecer informações muito importantes no que concerne à cristianização do território, assim venham a realizar-se novos trabalhos de cariz arqueológico, sobretudo agora que está inaugurado o Museu de Alvalade.

NOTAS

1. Agradeço a Luís Pedro Ramos as informações que me forneceu.
2. Cf. Carta Agrícola, folha nº 188, escala 1/50 000, levantada e construída pela Direcção dos Trabalhos Agrícolas em 1888 e 1890, sob direcção de Gerardo Augusto Pery e publicada em Lisboa em 1893. É favor ver ainda a Carta Corográfica de Portugal, folha nº 31, escala 1/ 100 000, construída e gravada pela Direcção de Filipe Folque, publicada em Lisboa em 1877. Excertos destas Cartas foram publicados por Fonseca Santos no articulado "Ermidas Aldeia", in Gentes e Culturas, Freguesia de Ermidas-Sado, p. 6.



BIBLIOGRAFIA

Romanité et cité chrétienne: permanences et mutations, integration et exclusion du Ier au VI^{ème} siècle: mélanges en l'honneur d' Yvette Duval. Paris : De Boccard, 2000. 445 p. (De l'archéologie à l'histoire).

ALARCÃO, Jorge de - **O domínio romano em Portugal.** 3ª ed. Mem Martins : Europa-América, D.L. 1988. 244 p. ISBN 972-1-02627-1.

ALARCÃO, Jorge de - **Roman Portugal.** Warminster, [s.n.], 1988.

ALARCÃO, Jorge de (Coord.) - Portugal das origens à romanização. Nova História de Portugal. Lisboa : Presença. N.º 1 (1990).

ALARCÃO, Jorge de - Paisagem rural romana e alto-medieval. Conimbriga. Coimbra : Instituto de Arqueologia da Universidade de Coimbra. ISSN 0084-9189. Vol. XXXVII (1998) p. 89-119.

ALARCÃO, Jorge de ; ÉTIENE, Robert ; MAYET, Françoise – **Les villas romaines de S. Cucufate.** Paris : [s.n.], 1990.

ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de – **História da arte em Portugal: arte da alta Idade Média.** 2ª ed. Lisboa : [s.n.], 1993.

ALMEIDA, D. Fernando de – **Egitânia: história e arqueologia.** Lisboa : Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1956. 452 p. (Publicações da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa; 2).

ALMEIDA, D. Fernando de – Arte visigótica em Portugal. O arqueólogo português. Lisboa : Imprensa Nacional. ISSN 0870-094X. Série II, n.º 4 (1962), p. 5-256.

ALMEIDA, D. Fernando de – **Ruínas de Miróbriga dos célticos (Santiago do Cacém).** Setúbal : Junta Distrital, 1964. 92, XXIX p.

AMARO, Clementino – Santiago do Cacém. Informação Arqueológica. Lisboa. N.º 2 (1979), p. 79-82.

ARCE, Javier – **Bárbaros y romanos en Hispânia (400 – 507 A.D).** Madrid : Marcial Pons Historia, 2005. 326 p. [24] p.

BAUDRY, Gérard-Henry – **Les symboles du christianisme ancien, Ier-VIIe Siècle.** Milão : Jaca Book SPA, 2009.

BISCONTI, Fabrizio – **Temí di iconografia paleocristiana.** Vaticano : [s.n.], 2000.

CABALLERO ZOREDA, Luis ; ARCE, Fernando – El ultimo influjo, clasico en la Lusitânia extremeña: pervivencia visigoda e innovacion musulmana. Los ultimos romanos en Lusitania: cuadernos emeritenses. Mérida. N.º10 (1995), p. 198-199, 215, fig. 5, n.º18

CARVALHO, António – Evidências arqueológicas da produção de vinho nas *villae* romanas do território português: grainhas de uva, alfaias vitícolas e lagares de vinho. In GORGES, Jean-Gérard ; RODRIGUEZ MARTÍN F. Germán – **Économie et territoire en Lusitanie romaine.** Madrid ; Casa de Velázquez, 1999. p. 361-390.



BIBLIOGRAFIA

CHAVARRÍA ARNAU, Alexandra ; ARCE, Javier ; BROGIOLO, Gian Pietro – **Villas tardoantiguas en el mediterráneo occidental**. Madrid : Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 2006. 273 p. (Anejos de Archivo Español de Arqueología; 39).

CHAVARRÍA ARNAU, Alexandra – **El final de las villae en Hispânia (siglos IV-VII)**. Paris : Brepols, 2007.

CRUZ VILLALÓN, M. – **Mérida visigoda: la escultura arquitectónica y litúrgica**, Badajoz : Diputación Provincial de Badajoz, 1985.

DIOGO, A. M. Dias – Quadro tipológico das ânforas lusitanas. *O Arqueólogo Português*. Lisboa : Museu Nacional de Arqueologia. 4ª série, n.º 5 (1987), p. 179-191.

ENCARNAÇÃO, José D' – **Inscrições romanas do Conventus Pacensis: subsídios para o estudo da romanização**. Coimbra : Instituto Arqueológico de Coimbra, 1984. 2 vol.

ENCARNAÇÃO, José D' – Problemas em aberto na epigrafia Mirobrigense. *Conimbriga*. Coimbra : Instituto de Arqueologia da Universidade de Coimbra. ISSN 0084-9189. Vol. XXXV (1996), p. 129-146.

ENCARNAÇÃO, José D' ; FEIO, Jorge – Duas inscrições funerárias paleocristãs (Nossa Senhora das Neves, Beja). *Ficheiro Epigráfico* [suplemento de revista Conimbriga]. Coimbra : Instituto de Arqueologia da Universidade de Coimbra. (2014), inscrições número 560 e 561.

ESCRIBANO PAÑO, Maria Victoria – Cristianización y liderazgo en la Lusitania tardía. In PALOL, Pere de ; GUSMÃO ; Artur Nobre de – **IV Reunião de Arqueologia Cristã Hispânica (actas)**. Barcelona : Instituto de Estudos Catalães Universidade de Barcelona e Universidade Nova de Lisboa, 1995. p. 267-276.

FEIO, Jorge - A romanização em torno de Alvalade, algumas descobertas arqueológicas. In **Gentes e culturas : freguesia de Alvalade**. Vila Nova de Santo André : LASA-Liga dos Amigos de Vila Nova de Santo André, 2004. (Caderno temático ; 9). - p. 2-5

FEIO, Jorge – Vestígios da cristianização do Conventus Pacensis: as basílicas de São Bartolomeu (Alvito) e Monte do Roxo (Alvalade). *Vipasca*. Aljustrel : Câmara Municipal de Aljustrel. ISSN 0872-1653. Série 2, nº 2 (2008) “Actas do III Encontro de Arqueologia do Sudoeste Peninsular”, p. 477 a 489.

FEIO, Jorge – **Marcas arquitectónico-artísticas da cristianização do território entre Évora e Beja**. [Lisboa] : [Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa], 2012. Dissertação de Mestrado em História da Arte, Especialização em História da Arte da Antiguidade.

FERRY, Luc ; JERPHAGNON – **Lucien, la tentation du christianisme**. Paris : Grasset, 2009.



BIBLIOGRAFIA

GARCIA MORENO, Luís A. – El cristianismo en las Españas: los orígenes. In SOTOMAYOR, Manuel ; FERNÁNDEZ UBIÑA, José (Coords.) – **El concilio de Elvira y su tiempo**. Granada : Universidad de Granada, 2005. p. 169-193.

HAUSCHILD, Theodor – Transformação no campo na baixa romanidade em Portugal. In PALOL, Pere de ; GUSMÃO ; Artur Nobre de – **IV Reunião de arqueologia cristã hispânica (actas)**. Barcelona : Instituto de Estudos Catalães, Universidade de Barcelona e Universidade Nova de Lisboa, 1995. p. 377-382.

JORGE, Ana Maria C. M. – **L'épiscopat de Lusitanie pendant l'antiquité tardive (IIIe-VIIe siècles)**. Lisboa : Instituto Português de Arqueologia, 2002. 198 p. (Trabalhos de arqueologia; nº 21). ISBN 972-8662-04-1.

KHATCHATRIAN, A. – **Les baptistères paléochrétiens: plans, notices et bibliographie**. Paris : École Pratique des Hautes Études, 1962.

LOPES, Maria da Conceição - O território de Pax Iulia, limites e caracterização. Arquivo de Beja. Beja : Câmara Municipal de Beja. ISSN 0873-3422. Série 3, vol. II/III, p.63-74, 1996.

LOPES, Maria da Conceição – **A cidade romana de Beja: percursos e debates acerca da civitas de Pax Iulia**. Coimbra : Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2003. 2 vol. (Conímbriga. Anexos; 3). USBN 972-9004-16-1.

LOPES, Virgílio [et al.] – Intervenções arqueológicas de emergência no eixo comercial de Mértola. In **Actas do IV Encontro de Arqueologia do Sudoeste Peninsular**. Aracena : [s.n.], no prelo.

MACIEL, Manuel Justino – **Arquitectura paleocristã em contexto suévico**. Viana do Castelo : Câmara Municipal, 1991. 11 p.

MACIEL, Manuel Justino – Vectores da arte paleocristã em Portugal nos contextos suévico e visigótico. In **XXXIX Corso di Cultura sull'Arte Ravennate e Bizantina**. Ravenna : Edizioni del Girasole, 1992. p. 435-495.

MACIEL, Manuel Justino – A arte da antiguidade tardia (sécs. III-VIII – ano de 711). In PEREIRA, Paulo (dir.) – **História da Arte Portuguesa**. Lisboa : Círculo de Leitores, 1995. vol. 1, p. 102-149.

MACIEL, Manuel Justino – **Antiguidade tardia e paleocristianismo em Portugal**. Lisboa : M. J. Maciel, 1996. 347 p. ISBN 972-96934-0-4.

MACIEL, Manuel Justino – **As “Regulae Monachorum” e a arquitectura dos mosteiros na antiguidade tardia**. Porto : Centro de Estudos das Ciências Humanas, 1998. 29, [2] p. ISBN 972-9015-21-X.

MACIEL, Manuel Justino – Trois églises de plan cruciforme au Portugal et les trajets méditerranéens des VIe et VIIe siècles. In **Acta XIII Congressus Internationalis Aethaeologiae Christianae: Split/Porec**. Città del Vaticano : Pontificio Istituto di Archeologia Cristiana, 1998. Vol. II, p. 745-756.



BIBLIOGRAFIA

MACIEL, Manuel Justino – **Vitrúvio, tratado de arquitectura, tradução do latim, introdução e notas.** Lisboa : IST Press, 2007.

MACIEL, Manuel Justino – Reflexões em torno da Egitânia da antiguidade tardia. Estudos Arqueológicos de Oeiras. Oeiras : Câmara Municipal. Nº16 (2008), p. 363-375.

MAN, Adriaan de – **Conimbriga, do baixo Império à Idade Média.** Lisboa : Edições Sílabo, 2006.

MANTAS, Vasco Gil – Colonização e aculturação do Alentejo romano. Arquivo de Beja, Beja : Câmara Municipal de Beja. ISSN 0873-3422. Série 3, vol. VII/VIII (1998), p. 33-62.

MARTIN DE CÁCERES, Enrique Cerrillo – Cristianización y arqueología cristiana primitiva de la Lusitania: las áreas rurales. In PALOL, Pere de ; GUSMÃO, Artur Nobre de – **IV Reunião de Arqueologia Cristã Hispânica (Actas)**. Barcelona : Instituto de Estudos Catalães, Universidade de Barcelona e Universidade Nova de Lisboa, 1995. p. 359-376.

MARTINEZ MELÓN, José Ignacio – El vocabulario de los asentamientos rurales (siglos I-IX d.C.): evolución de la terminología. In CHAVARRÍA ARNAU, Alexandra ; ARCE, Javier ; BROGIOLO, Gian Pietro – **Villas tardoantiguas en el mediterráneo occidental**. Madrid : Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 2006. (Anejos de Archivo Español de Arqueología; 39).

MATTOSO, José (dir.) – **O reino dos mortos na Idade Média peninsular**. Lisboa : Edições Sá da Costa, 1996.

PALOL, Pere de ; GUSMÃO, Artur Nobre de – **Actas da IV Reunião de Arqueologia Cristã Hispânica**. Barcelona : Instituto de Estudos Catalães, Universidade de Barcelona e Universidade Nova de Lisboa, 1995.

PIMENTA, Frederico – **Bíblia**. 2ª ed. Lisboa : Quetzal, 2020. Vol. I a IV.

QUARESMA, José Carlos da Costa. – **Terra Sigillata sud-gálica num centro de consumo: Chãos Salgados, Santiago do Cacém (Miróbriga?)**. Lisboa : Instituto Português de Arqueologia, 2003.

RIBEIRO, José Cardim (Coord.) – **Religiões da Lusitânia: Loquuntur Saxa**. Lisboa, Museu Nacional de Arqueologia, 2002. 578 p. ISBN 972-776-147-X.

RIBEIRO, Maria Antonieta Brandão S. – **Capitéis romanos de Beja**. Beja : Câmara Municipal de Beja, 1999. 302 p. ISBN 972-96795-8-4.

RIPOLL, Gisela e ARCE, Javier – Transformación y final de las *villae* en occidente (siglos IV-VIII): problemas y perspectivas. Arqueologia y Territorio Medieval. Jáen : Universidad de Jáen. N.º 8 (2001), p. 21-54.



BIBLIOGRAFIA

SILLIÉRES, Pierre – Les premiers établissements romans de la région de Vila de Frades (Vidigueira, Portugal). In GORGES J.-G. ; FRIAS, M. Salinas de (eds.) – **Les campagnes de Lusitanie Romaine: occupation du sol et habitats**. Madrid : Casa de Velásquez ; Salamanca : Universidad de Salamanca, 1994. p. 89-99.

SOTOMAYOR, Manuel ; FERNÁNDEZ UBIÑA, José (Coords.) – **El concilio de Elvira y su tiempo**. Granada : Universidad de Granada, 2005.

TORRES, Cláudio [et al.] (coord.) – **Núcleo visigótico do Museu Regional de Beja**. Beja : Museu Regional de Beja, 1993.

TORRES, Cláudio – A cidade paleocristã de Mértola. In PALOL, Pere de ; GUSMÃO, Artur Nobre de – a **IV Reunião de Arqueologia Cristã Hispânica (Actas)**. Barcelona : Instituto de Estudos Catalães, Universidade de Barcelona e Universidade Nova de Lisboa, 1995. p. 263 a 267.

TORRES, Cláudio ; MACIAS, Santiago, (Coords.) – **Basilica paleocristã: Museu de Mértola**. Mértola : Campo Arqueológico de Mértola, 1993.

TORRES, Cláudio ; MACIAS, Santiago – Rituais funerários paleocristãos e islâmicos nas necrópoles de Mértola. In Matoso, José (dir.) **O Reino dos mortos na Idade Média peninsular**. Lisboa : Edições Sá da Costa, 1996. p. 11-44.

TORRES, Cláudio [et al.] – Eixo comercial de Mértola: arqueologia de emergência. In **Mértola arqueológica : 2003-2008**. Mértola : Câmara Municipal de Mértola, 2008. ISBN 978-972-9375-30-9. p. 49-56.

VALÉRIO, António João Feio – **Alvito: o espaço e os homens: subsídio para o estudo de uma vila alentejana**. Lisboa : [Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa], 1992. 2 vol. Tese de mestrado.

VELAZQUEZ, Isabel (ed.) – **Vidas de los Santos Padres de Mérida**. Mérida : Trota, 2008.

VELAZQUEZ, A.; CERRILLO, E. ; MATEOS, P, (eds.) – **Los últimos romanos en Lusitania**. Mérida : Museu Nacional de Arte Romano, 1995. 229 p. (Cuadernos Emeritenses; 10).

VILAR, Hermínia Vasconcelos – **As dimensões de um poder: a Diocese de Évora na Idade Média**. 1ª ed. Lisboa, Editorial Estampa, 1999. 437 p. (Histórias de Portugal; 44). ISBN 972-33-1490-8.

WRENCH, Lúcia Nunes Correia – Decoração arquitectónica litúrgica da antiguidade tardia nos grupos pacense e eborense. In **Arqueologia da antiguidade na Península Ibérica: actas do 3º Congresso de Arqueologia Peninsular**. Porto : ADECAP, 2000. vol. VI, p. 645-656.

WRENCH, Lúcia Nunes Correia – **Decoração Arquitectónica na Antiguidade Tardia. Contributo para um corpus dos elementos arquitectónicos e de mobiliário litúrgico provenientes de território português**. Lisboa : [Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa], 2008. *Dissertação de Doutoramento*.





Lidia Virseda, Patrícia Simão e Filipa Santos

ARQUEOHOJE, Lda.

**NOVOS ACHADOS ARQUEOLÓGICOS NO CENTRO
HISTÓRICO DA VILA DE ALVALADE DO SADO**

RESUMO

Durante as obras de requalificação do Centro Histórico de Alvalade (Santiago de Cacém), realizou-se o acompanhamento arqueológico das movimentações de terras do subsolo. Nestes trabalhos documentaram-se um total de 77 achados que evidenciam o rico Património Arqueológico existente, expondo, através de restos arqueológicos, a evolução histórica da Vila.

ABSTRACT

During the rezoning works in the Historic Centre of Alvalade (Santiago de Cacém), the earthworks on the subsoil were monitored from an archaeological perspective. During these works, a total of 77 findings were documented, reflecting the rich Archaeological Heritage and demonstrating, through archaeological remains, the historical evolution of the town.

PALAVRAS-CHAVE

Centro Histórico de Alvalade Sado | Armazenagem | Urbanismo | Necrópole

KEYWORDS

Historical Centre of Alvalade Sado | Storage | Urban Planning | Necropolis



No ano de 2020 foram executadas obras de requalificação da Praça D. Manuel I e zonas envolventes (Centro Histórico de Alvalade / Servidão Administrativa da Igreja da Misericórdia / Zona Especial de Proteção do Pelourinho), que foram promovidas pelo Município de Santiago de Cacém. Em conformidade com o preconizado pela tutela¹, foi necessário proceder à realização do acompanhamento arqueológico de todas as intervenções que implicassem remoções ou escavações ao nível do solo e/ou subsolo.

Definiram-se três zonas de intervenção: a Zona A compreendendo a Rua Duque da Terceira e a Rua 31 de Maio de 1834; a Zona B abrangia a Praça D. Manuel I e a Rua de São Pedro; já a Zona C correspondia ao Largo e à Rua 25 de Abril.

Atendendo à antiguidade da localidade e à presença de um conjunto de edifícios de relevância histórica e patrimonial, dava, *a priori*, para supor a existência de vestígios arqueológicos. A este propósito, refira-se o Pelourinho de Alvalade, a Igreja Matriz cujo edifício e envolvente foram utilizados como necrópole, a Igreja da Misericórdia que tinha enterramentos no seu interior² e onde existia a possibilidade de também existirem no seu exterior (Praça D. Manuel I), e ainda o edifício do antigo Hospital do Espírito Santo, situado a poucos metros da praça.

As intervenções realizadas no decurso da obra tiveram um impacto ao nível do solo, na medida em que contemplaram, por exemplo, a remoção de pavimentos, a abertura de valas para construção de nova rede pública de abastecimento de água, para plantação de árvores e instalação de infraestruturas e a reconfiguração da rede de drenagem pluvial.

Quanto aos vestígios arqueológicos, documentaram-se um total de 77 achados de diferentes tipologias, dos quais 50 foram escavados integralmente. Estes identificaram-se em todas as áreas de proteção patrimonial e inclusive fora das mesmas, como na Rua Almirante Reis ou na Rua de São Pedro, numa área na qual não estava previsto *a priori* o acompanhamento arqueológico.

Os vestígios arqueológicos encontravam-se bastante afetados por intervenções de época contemporânea realizadas previamente a esta requalificação, como esgotos, tubagens, e pavimentação de ruas com asfalto. Ainda assim, pôde fazer-se uma boa leitura dos mesmos e inclusive salvaguardar muitas das estruturas encontradas, evitando que fossem afetadas pela obra atual.



Com estes novos achados podemos redesenhar novos apontamentos para a compreensão planimétrica e funcional da vila de Alvalade do Sado desde o final da Idade Média até aos nossos dias, e expor através dos achados arqueológicos a evolução histórica desta vila.

NECRÓPOLE EM REDOR DA IGREJA MATRIZ

As estruturas mais antigas poderão encontrar-se entre as sepulturas escavadas na necrópole situada junto à Igreja Matriz. Não é possível, no entanto, apontar cronologias exatas dada a ausência de espólio arqueológico associado às estruturas funerárias e à ausência de datações por radiocarbono.

De acordo com as fontes históricas, este edifício religioso data de finais do século XV ou inícios do século XVI, sendo fruto da ampliação de uma capela pré-existente, cuja fundação poderá remontar ao 1.º quartel do século XIV³.

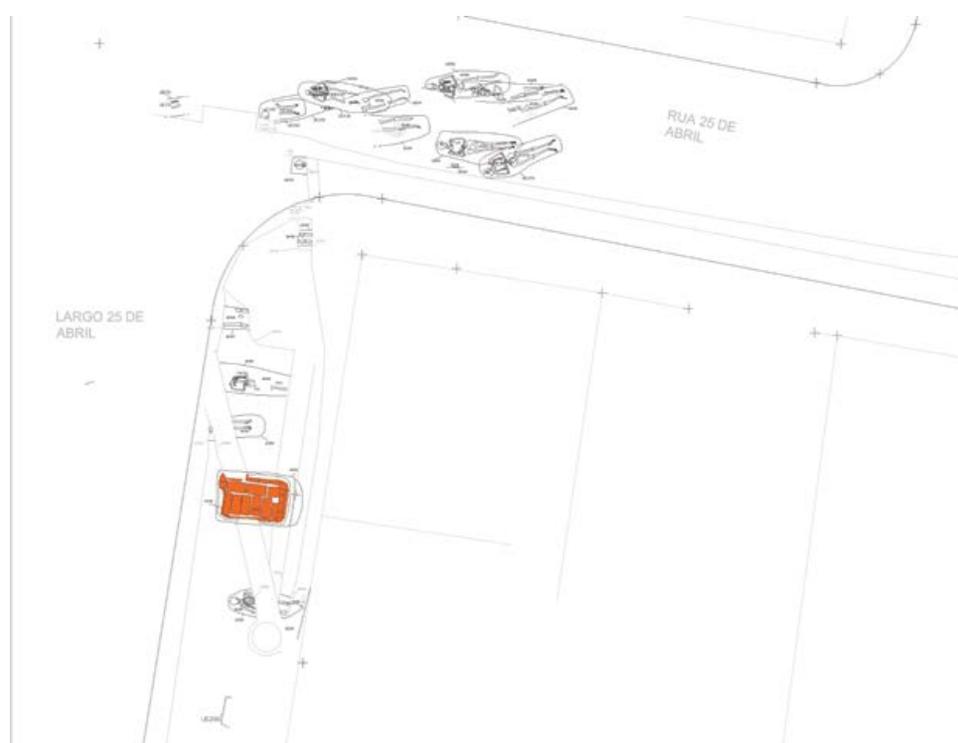
Possivelmente, será nesta época que se realizam os primeiros enterramentos em seu redor. A necrópole é utilizada até meados do século XIX⁴, altura em que os rituais fúnebres são transferidos para o exterior das povoações. Pelo que sabemos através dos vestígios arqueológicos documentados, a necrópole estende-se entre a Rua e o Largo 25 de Abril.

Na zona noroeste do Largo 25 de Abril e na metade oeste da Rua 25 de Abril, identificaram-se 26 sepulturas, das quais se escavaram 21, tendo-se exumado um total de 22 inumações primárias e quatro deposições secundárias. Algumas das estruturas funerárias documentadas encontravam-se parcialmente debaixo das casas atuais, pelo que não foram intervencionadas, mas deixando em testemunho o antigo planeamento da área funerária no interior da povoação.

Todas as sepulturas têm uma orientação similar ao corpo da Igreja, sendo que, com ligeiras variações, as inumações orientam-se oeste-este, em concordância com o ritual canónico cristão. As estruturas funerárias foram abertas no substrato rochoso, observando-se alguns casos nos quais há uma sobreposição estratigráfica dos próprios enterramentos e também das valas. As fossas apresentam uma planta retangular ou sub-retangular, estando os indivíduos encaixados nas mesmas sem evidências de caixa fúnebre (caixão).



Todos os indivíduos estavam colocados em decúbito dorsal, não sendo acompanhados por espólio votivo. As estruturas funerárias continham apenas um enterramento, à exceção da Sepultura 10. Trata-se de uma estrutura dupla que encerrava um esqueleto infantil, sob o qual permanecia um esqueleto maturo. Em quatro dos túmulos identificaram-se também deposições secundárias (vulgo reduções), as quais atestam a reutilização do espaço funerário, prática recorrente nas grandes necrópoles modernas.



Planta da área da necrópole, no cruzamento da Rua e Largo 25 de Abril, Alvalade.

A maioria das inumações recuperadas estava incompleta devido às afetações de valas de saneamento e abastecimento de água, à colocação de postes de eletricidade e aos trabalhos de rebaixamento para o pavimento da estrada. Este rebaixamento do nível de circulação fica claro pela profundidade preservada dos enterramentos, que nalguns casos estavam a escassos 3 cm da base do asfalto. É possível que este grande rebaixamento resulte do desenvolvimento urbanístico das casas em redor da Igreja.



A amostra osteológica recuperada é constituída por 26 indivíduos, 23 adultos e três subadultos⁵. Foi possível verificar a presença de, pelo menos, oito homens e quatro mulheres⁶, não tendo sido possível determinar o sexo para 11 dos adultos devido à fraca preservação dos vestígios ósseos. Os dados aferidos permitem afirmar, ainda que com algumas reservas, o predomínio dos indivíduos masculinos, numa proporção de dois para um (2>1).

A estimativa da idade da morte foi severamente prejudicada pela fraca preservação dos vestígios ósseos, não tendo sido possível atribuir uma faixa etária para 22 indivíduos. Desta forma, somente se confirmou a presença de duas crianças com idades distintas, uma entre os 6 e os 10 anos e outra com cerca de 11 a 15 anos⁷. No caso dos adultos confirmou-se a presença de um adulto jovem com 21-29 anos⁸ e de um adulto de meia-idade com 30-60 anos⁹.

No que respeita à estatura, o cálculo pôde efetuar-se para sete indivíduos adultos, três mulheres e quatro homens¹⁰. Obtiveram-se resultados medianos tanto para a estatura masculina (160 cm) como para a estatura feminina (154 cm), sendo os homens, em média, cerca de 6 cm mais altos do que as mulheres.

No âmbito das enfermidades, ao nível da cavidade oral registou-se um padrão de desgaste dentário baixo a moderado¹¹. A presença de cáries¹² e de depósitos de tártaro são pouco frequentes, tendo-se verificado ainda um possível caso de doença periodontal¹³ num indivíduo adulto do sexo masculino. Quanto à patologia degenerativa, constatou-se um baixo índice de osteoartrose e de alterações da entese nesta amostra, registando-se unicamente lesões pouco severas¹⁴.

Observou-se ainda a presença de vestígios de infeção não específica¹⁵ numa tibia imatura pertencente a uma deposição secundária, bem como um possível caso de Osteomielite¹⁶ no fémur direito de um adulto, diagnóstico que carece de confirmação através de raio-x. Devem ainda mencionar-se os casos de alterações congénitas observados em dois adultos, que correspondem à agenesia do 3.º molar¹⁷ e à fusão da articulação manúbrio-esternal¹⁸.



Finalmente, na zona da necrópole encontrou-se uma estrutura interpretada como um tanque de água associado à necrópole. Trata-se de uma estrutura de planta retangular, orientada este-oeste e alinhada com as sepulturas. Tem paredes retas e base plana. As paredes apresentam um revestimento composto por alinhamentos de tijolos inteiros (0,29 x 0,15 x 0,07m; 0,21 x 0,15 x 0,09 m.), ligados por argamassa de cal. As quatro faces imbricam entre si. A face sul apresenta um degrau que não é possível saber se é de origem ou se se deve à queda de tijolos. A base trata-se de um pavimento composto por dois níveis de tijolos completos dispostos na horizontal (0,40 x 0,20 x 0,05 m; 0,50 x 0,20 x 0,05 m). A grande maioria dos tijolos tinha uma marca pré-cozedura tipo cruz na face voltada para cima e estavam ligados com argamassa. O interior da estrutura conserva toda ela restos de um revestimento de cal, o que converte esta estrutura num espaço totalmente estanque. Na base da estrutura escavou-se um sedimento argiloso castanho, com pequenos seixos muito frequentes de grão médio, pouco compacto. A colmatação da estrutura é feita por areias cinzeno-escuras, pouco compactas, de grão médio fino, com frequentes carvões e nódulos de cal da decomposição.

Os depósitos do interior da estrutura apresentavam abundantes materiais arqueológicos que datam a estrutura do século XVI. Trata-se de cerâmica comum, como uma asa de cântaro, faianças sem decoração, vidros verdes e melados, havendo deste último uma tigela completa, além de restos de fauna e uma moeda não legível.

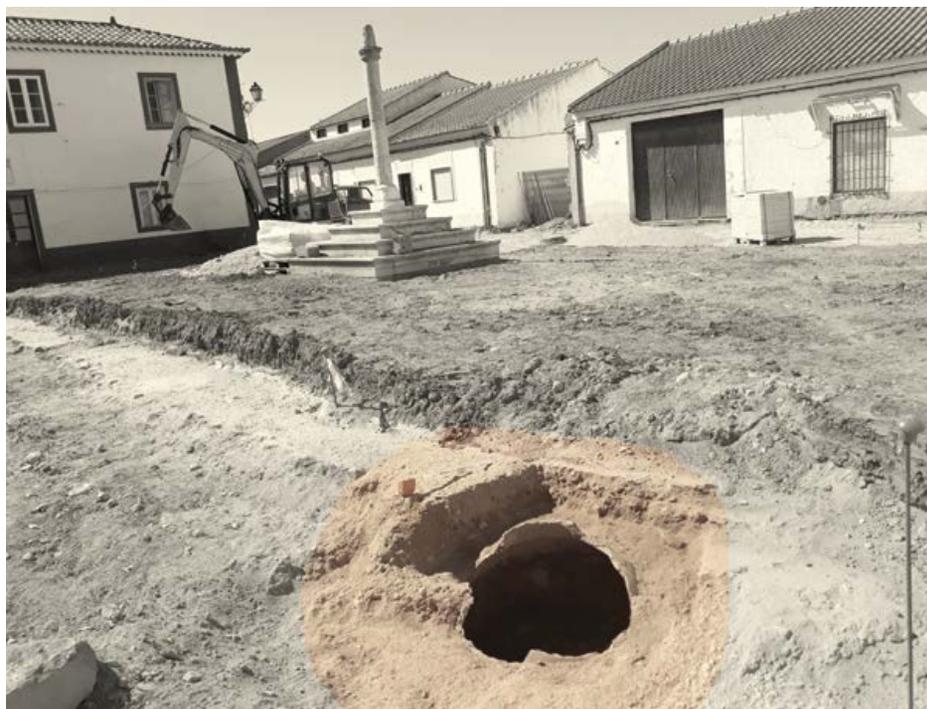
ZONA HABITACIONAL NA ÁREA DO LARGO D. MANUEL I E REMODELAÇÃO EM REDOR DA IGREJA DA MISERICÓRDIA

Os indícios mais antigos documentados na Praça D. Manuel I correspondem a uma série de estruturas que determinam que parte deste espaço era uma zona habitacional nos primeiros momentos desta povoação.

Referimo-nos a duas grandes talhas de cerâmica, que estavam ambas enterradas no subsolo, um silo e uma fossa de difícil interpretação.



Somente foi escavada uma das talhas, uma vez que seria afetada diretamente pela obra. Localizava-se na zona central do atual largo, no lado sudoeste. A talha estava preenchida por dois depósitos areno-argilosos castanho-escuros sobrepostos, distinguidos pela presença muito frequente de rocha decomposta em grânulos na unidade mais recente. A talha tinha o perfil esférico, de bordo contracurvado e base plana, e altura máxima conservada de 1 m. Preenchia a fossa quase integralmente. No interior da fossa foram ainda identificados dois depósitos, um que encostava à parede da talha, sendo um sedimento argilo-arenoso castanho avermelhado, e outro que estava sob a talha, caracterizado por argila esverdeada, de grão fino, praticamente limpa de materiais, usado a modo de cama. A fossa apresentava planta circular, paredes côncavas e base aplanada.



Vista sudeste da escavação da talha, Praça D. Manuel I, Alvalade.

A talha associava-se a um piso de pequenos seixos envolvidos em argamassa branca, apenas parcialmente conservado. Sob este, identificou-se um nível de preparação. Seguramente pertence ao piso de um lugar de uso doméstico.



Pelo material recolhido na colmatação do mesmo, caracteriza-se pela cerâmica comum de cozinha: uma tigela em vidro melado, faianças lisas e uma com decoração de manganês e vidrados verdes. Para além destes registaram-se ainda um alfinete em bronze e uma ferramenta tipo pico de ferro. Também se recolheram restos de fauna. Desta forma, o momento de abandono e colmatação da mesma associa-se ao século XVI.

A segunda talha ficou preservada das afetações da obra. Localiza-se debaixo dos restos de casas do século XIX, que se descrevem posteriormente, junto à esplanada da Casa do Povo. Seguramente, pelas características de localização estratigráfica e com as mesmas pastas, pertencem à mesma época.

No lado norte da Praça registam-se os restos de uma estrutura escavada no subsolo. Apresenta uma planta circular com paredes e base côncavas, sendo o seu conteúdo composto por terra limosa de cor parda clara com cinzas e carvões. No fundo apresenta uma pequena fossa tipo buraco de poste, com 20 cm de diâmetro e 25 cm de profundidade. Através das suas características não foi possível determinar o uso exato da mesma. Associa-se claramente a momentos anteriores ao largo como tal, o material cerâmico associado apresenta as mesmas características que os da talha, além de restos de fauna.

A noroeste do Largo foi documentado o que resta de um possível silo do qual apenas se conserva menos de um quarto de toda a estrutura. Estava destruído por uma antiga rede de esgotos, e foi registado no processo de arranjo dos mesmos. Apresenta uma planta circular, de paredes côncavas para o interior e base plana. Está preenchido de areias finas com cinzas e pequenos carvões, com escasso material arqueológico: dois fragmentos de grande contentor e um fragmento de cerâmica depurada de cozedura oxidante.

Na Praça D. Manuel I, junto à Igreja da Misericórdia, construída no século XVI (1570), e associada a esta, claramente se identificou um pavimento composto por seixos rolados, junto do qual se conservava ainda a antiga delimitação da caixa da escadaria de acesso à entrada da Igreja. Este pavimento continua e desenha um largo com uma zona pedonal ampla de planta retangular rodeada por uma zona de rodagem de carros de seixos rolados.



O pavimento original do Largo desenvolve-se em frente à fachada principal da Igreja da Misericórdia. É constituído por terra argilosa avermelhada muito compacta, com cal e seixos rolados de aproximadamente 4 cm, e delimitado por uma fila de seixos rolados, a maior parte alongados e de grandes dimensões (entre 20 - 40 cm) que configuram um espaço retangular de 21 x 12 m.



Vista sudeste do solo antigo, documentado nas escavações, Praça D. Manuel I, Alvalade.

Na zona de acesso à Igreja é identificado e documentado um pavimento composto por seixos rolados de 10 - 15 cm. Conserva-se a delimitação da caixa da escadaria antiga de acesso à entrada, realizada com tijolos maciços dispostos na horizontal, deixando um espaço para o degrau inicial de 2,10 m de largura. A zona de união entre o pavimento do largo e a zona de acesso à Igreja não se conserva.

Delimitando o espaço do Largo, a norte, sul e oeste, documenta-se um pavimento com seixos rolados de 10 - 15 cm que corresponde ao espaço de rodagem que teria existido nesta área.



Este chão antigo encontra-se sobre uma terra argilosa de cor castanho-escuro com abundantes fragmentos de telhas e material de construção, que cobre diretamente o substrato geológico, salvo nas zonas onde se verificaram as estruturas habitacionais anteriormente descritas.

Os materiais associados a este pavimento são faianças lisas e decoradas, vidrados verdes, além de dois pregos e uma fivela de ferro, uma pedra de afiar, dois fragmentos de vidro e restos de fauna.

Seguramente no século XVI, momento em que se constrói a Igreja, ou em momentos muito próximos, este espaço transforma-se no largo que atualmente conhecemos.

ZONA DE ARMAZENAMENTO NA RUA DE SÃO PEDRO

Na Rua de São Pedro, entre as travessas Infante D. Henrique e Vasco da Gama, fora da área de acompanhamento, identificou-se uma área de armazenagem, datada entre os séculos XVI e XVII. Identificaram-se 26 fossas, e na parte mais a sul da área identificou-se um grande depósito com abundantes fragmentos cerâmicos. Das fossas identificadas escavaram-se nove, uma vez que seriam afetadas pela obra, sendo que oito correspondem a silos, tratando-se a última de uma fossa circular pouco profunda de funcionalidade indeterminada. É provável que as restantes fossas sejam na sua maioria silos também. Muitas destas realidades estavam afetadas por antigas valas de esgotos e de abastecimento de água.

Os silos escavados localizam-se entre as travessas Vasco de Gama e Gonçalves Zarco. Apresentavam uma planta circular, com perfil em saco ou globular, diferenciando-se pela base, plana ou côncava. Muitos deles apresentam os perfis completos, desde a boca, sendo que os melhor preservados tinham entre 1,70 e 2 metros de profundidade. Um dos silos que não foi escavado, mas se delimitou em planta, apresentava os restos de uma embocadura pétrea com cantos rodados, onde se apoiaria uma tampa.

As paredes e as bases destas estruturas tinham sinais de rubefação, utilizado como isolante e para fortalecer estas estruturas para seu uso como armazém cerealista subterrâneo.



Os silos escavados estavam praticamente todos preenchidos por sedimentos arenosos limosos castanho-escuro com abundantes cinzas e carvões, apresentando restos de materiais construtivos (telhas, tijolos maciços, argamassa). Em alguns silos identificaram-se camadas de substrato geológico caído, seguramente pela degradação das paredes. Alguns depósitos foram diferenciados pela grande quantidade de entulhos, deixando evidente que o silo quando já não é útil para armazenagem é preenchido e utilizado como lixeira, especialmente para evitar ter buracos abertos numa área de trabalho e circulação.



Vista sul da escavação da área de armazenagem, Rua de São Pedro, Alvalade.

O material cerâmico recuperado destes enchimentos destaca-se pela boa conservação, estando pouco fragmentado. Recolheu-se de todos os silos uma grande quantidade de restos faunísticos, metais e escória.

Nos metais destaca-se a recolha de uma moeda legível: um ceítal com três torres de castelo com muralha e à sua frente ondas do mar, um Escudo Português, na legenda parte do nome do rei IOHANNES :3. Foi cunhada entre os anos de 1521 e 1557.



Na cerâmica encontrada cabe destacar os vidrados melados, verdes, brancos, alguns destes decorados a corda seca, e peças com empedrados brancos que surgem no século XVII.

Uma peça a destacar é a bigorna de foice denticulada sobre um osso longo de fauna. Existem peças semelhantes em sítios de várias épocas em Portugal, e não muito longe, de época similar - em Beja¹⁹.

Estas descobertas permitiram reconhecer uma área específica na dinâmica da vila, dedicada ao armazenamento de cereais. O facto de existirem tantos silos no mesmo espaço, não associados a áreas habitacionais, e localizados numa área que seria o exterior da aldeia, fala da utilização comunitária destas estruturas, que se desenvolveram, pelos poucos que se escavaram, entre os séculos XVI e XVII.

LAGAR NA RUA 25 DE ABRIL

Na Rua 25 de Abril, imediatamente antes do cruzamento com a Rua de São Pedro, junto a uma das casas mais antigas ainda de pé na vila, documentou-se um elemento etnográfico, numa área estreita, preservada em 0,70 m de largura e 6,40 m de comprimento, o restante já terá sido destruído por afetações modernas. E, além disso, continuaria por baixo das casas ainda em pé. Trata-se do que se considera um antigo lagar.

Esta faixa estreita conservava ainda parte da calçada antiga feita de seixos rolados. Esta calçada estava sobre um conjunto muito curioso de realidades: duas fossas ligadas entre si por uma vala com pendente no sentido este-oeste. A fossa no limite leste era preenchida por uma talha com dois orifícios pré-cozedura na pança e um outro orifício maior feito após-cozedura, onde encostava um seixo rolado no exterior. O fundo da talha era ausente, com um buraco circular feito também após a cozedura. Na parede interna deste grande recipiente havia vestígios de argamassa de cal. A talha era calçada por um conjunto de seixos. Depois de abandonada, foi preenchida com dois depósitos de lixeira.



Por seu lado, a fossa no limite oeste tinha planta circular, paredes côncavas e base plana. Cortada na base, tinha uma terceira e pequena fossa escavada no seu interior. A fossa maior estava preenchida por fragmentos de granito e de lajes de xisto. Os fragmentos de granito colavam entre si, formando uma mó completa.



Vista sudeste do antigo lagar, Rua 25 de Abril, Alvalade.

O conjunto cerâmico recuperado é constituído por faianças lisas e decoradas, vidrados melados, para além de pregos e placas de ferro, vários fragmentos de vidro e restos de fauna.



BURACOS PARA MASTROS NA RUA DE SÃO PEDRO

Na Rua de São Pedro, entre as transversais da 25 de Abril e da Figueira, identificou-se um conjunto de vestígios arqueológicos imediatamente abaixo do nível atual de estrada. Trata-se de um conjunto de quatro pequenas fossas circulares, distribuídas ao longo da rua, genericamente equidistantes entre si e aparentemente condizentes com as portas de casas que ainda estão de pé. Estas fossas estavam preenchidas por grandes seixos rolados a modo de calços. Pela localização das fossas e suas características, poderão estar relacionadas com os "Mastros de Promessa". Esse rito tem origem remota, com auge na época colonial e sobrevive até aos nossos dias em algumas localidades, na região de Santiago do Cacém e Sines, mas também noutras regiões do país. Corresponde a uma tradição em que se erguem mastros de madeira na rua e se adornam com flores e fitas muito coloridas. Há referência destes mastros em duas tradições. Por um lado surge "*do hábito de meter - cunha - a uma pessoa influente que vive junto dum senhor - todo poderoso -, de quem precisamos um favor*"¹²⁰. Mas também seriam um elemento onde se misturava o profano do baile com o religioso da prece, sendo erguidos em épocas festivas para pagar a promessa ao Santo que «ouviu» a pessoa em horas de aflição.



Vista sul dos buracos de poste, Rua de São Pedro, Alvalade.



Imediatamente a sul destes vestígios identificou-se uma fossa de maiores dimensões com planta ovalada, em forma de rim, com paredes côncavas e base plana, preenchida por um depósito de areias castanho-escuras, com carvões frequentes.

GALERIA DE ÁGUAS

As estruturas mais modernas localizam-se nas Ruas 31 de Maio e Almirante Reis/ Duque da Terceira e possivelmente pertencem ao século XIX. Trata-se de duas galerias em arcos de tijolo, que seguem a favor da pendente em direção à zona norte da vila por onde se evacuava a água sobranante e que fizeram parte do sistema de drenagem do povoado nesta época, além de uma tubagem cerâmica que seguia a mesma pendente.

Ambas as galerias apresentavam as mesmas características de construção. Realizam-se sobre uma vala com orientação sul-norte que alberga uma galeria de pluviais construída com uma estrutura de arco de volta perfeita com tijolos maciços e argamassa como ligante.



Vista da secção da galeria de águas, documentada na Rua 31 de Maio, Alvalade.

A tubagem de cerâmica encontrava-se numa vala orientada a sudeste-noroeste, de paredes retas com inclinação. A manilha estava coberta por lajes de xisto e tijolo maciço.

Curiosamente, uma das galerias que encontramos estava ainda em uso, integrada no sistema de esgotos pluviais, demonstrando que a gestão dos recursos hídricos deverá seguir genericamente as mesmas lógicas dos séculos mais recentes até hoje.



CASAS DO LARGO D. MANUEL I

No lado sul da Praça D. Manuel I foi possível recuperar vestígios que permitem imaginar como seria este Largo no século XIX. Identificámos, junto à Casa do Povo, os restos das antigas casas. Foram registados dois pavimentos, separados por um muro, que correspondem a duas estâncias, uma a leste e outra a oeste. Do lado este, o pavimento é composto por cimento branco polido na superfície que assenta sobre um depósito argiloso acinzentado muito compacto que por sua vez assenta diretamente sobre o nível geológico. No lado oeste existe outro pavimento realizado com lajes cerâmicas de 27,5 x 27,5 x 4 cm, que assenta sobre uma camada de preparação de argamassa branca. Por baixo existe um depósito de preparação do pavimento composto por areias argilosas de cor acinzentada. Neste lado da casa e por baixo deste depósito de preparação localiza-se uma superfície horizontal à base de cal e areia disposta diretamente sobre o geológico e cortada pela fossa de cimentação, levantando dúvidas sobre se se trata de um pavimento mais antigo ou se são os restos da fase de construção das casas. Estão separados entre si pelos restos de um muro, composto por uma cimentação à base de pedras de granito dispostas dentro de uma fossa. No topo do mesmo localizam-se umas lajetas de cerâmica dispostas na horizontal, que poderiam ser a base do alçado de terra ou uma remodelação posterior. No lado leste ainda se conserva parte do reboco das paredes.

Destas casas não se documentou a zona da fachada para a Praça, por estarem cortadas pelo muro perimetral da esplanada da Casa do Povo, o que nos permite saber que esta Praça seria mais estreita no lado sul. O registo fotográfico de todas estas construções que existiam no local foi facilitado pela Câmara de Santiago do Cacém, cedidas pela Dra. Ângela Ataíde e pela Dra. Ana Paula Ataíde.

Além disso, há uma série de estruturas escavadas que não foi possível atribuir a momentos cronológicos, pela falta de materiais e relações estratigráficas e outras que se puderam documentar e preservar para futuras intervenções. Localizam-se sobretudo na Rua de São Pedro e na Rua 25 de Abril.



Vista das fachadas das casas documentadas durante a escavação, Praça D. Manuel I, Alvalade. Imagem cedida por Ângela Atayde e Ana Paula Atayde.

CULTURA MATERIAL

Cerâmica

Recuperaram-se um total de 4013 fragmentos cerâmicos. A variedade tipológica é grande, encontrando cerâmica de mesa, de cozinha e de armazenagem. Na cerâmica de mesa identificaram-se fundamentalmente formas abertas, pratos e pratos covos, com base anelar e recuada. Também se documentaram alguns fragmentos de tigelas, jarras e jarritas. A cerâmica de cozinha está caracterizada por panelas e caçoilas. Quanto à cerâmica de armazenagem recuperaram-se duas talhas de grandes dimensões, uma documentada e outra não escavada, e ainda alguns fragmentos que seguramente correspondem a recipientes do mesmo tipo. Além disso, há também alguidares e várias asas de grandes dimensões, ainda que não tenha sido possível identificar a sua morfologia. Destaca-se uma lamparina e um tripé para forno.



Quanto aos acabamentos, predominam os fragmentos de faianças em branco liso, decoradas com uma ou várias cores. Os vidrados melados e verdes são abundantes, cobrindo toda a peça (a partir do século XVI). Os acabamentos alisados e/ou engobados pertencem em geral às peças de cozinha ou armazenagem, ainda que também estejam representados na cerâmica de mesa. Dentro desta última tipologia destacam-se as peças com empedrados brancos (que surgem no século XVII). Documentam-se acabamentos brunidos com decorações lineares, e a mesma técnica repete-se na cerâmica de mesa. Há um fragmento de corda seca vidrada por fora correspondente a uma forma de prato fundo.



Tigela de vidrado melado, recuperada do tanque associado à necrópole, Alvalade.

Metal

Recolheram-se um total de 80 elementos metálicos, dos quais 64 peças são de ferro e 16 de bronze.

Dos elementos em ferro, a grande maioria são pregos, num total de 33; os restantes são varas e indeterminados. Cabe destacar um pico recuperado da talha escavada na Praça D. Manuel I e um estribo de cavalo proveniente de um dos silos, ambas peças restauradas.

Em bronze aparecem 16 peças, entre as quais há uma fivela, seis alfinetes e uma série de placas.



Identificaram-se 4 moedas ilegíveis, no entanto, foi possível ler as restantes. Uma delas, proveniente do enchimento de um silo, foi identificada como 1 CEITIL, com três torres de castelo com muralha e, à sua frente, ondas do mar, um Escudo Português, na legenda parte do nome do rei IOHANNES :3. (1521-1557). A outra moeda legível, descoberta num depósito de superfície na Rua de São Pedro, é 1 Real de D. Sebastião (1557-1578).

Outros Materiais

Identificaram-se sete fragmentos de vidro, muito pequenos, que não dão informação sobre a forma do recipiente. A maioria é de cor branca transparente, sendo raros os fragmentos de cor verde transparente.

No enchimento de um dos silos apareceu um osso trabalhado que corresponde a uma bigorna de foice denticulada sobre osso longo de fauna, já mencionada anteriormente.



Bigorna de foice sobre osso, recuperada num dos silos escavados na Rua de São Pedro, Alvalade.

O conjunto lítico é bastante escasso. É composto por sete peças: um canto para afiar, uma tampa em xisto, uma mó completa proveniente de lagar, uma base de coluna de granito de um depósito de derrube associado à construção da Casa do Povo, um fragmento de almofariz de mármore proveniente de um silo, e duas lascas de sílex de dois silos diferentes.



Documentou-se também um fragmento de madeira no enchimento de uma das sepulturas. Descarta-se totalmente a associação com uma possível caixa fúnebre devido à boa conservação em que se apresenta e do seu reduzido tamanho. Se fosse parte da caixa existiriam mais restos *in situ*.

Documentou-se bastante escória, sobretudo nos enchimentos dos silos escavados e fragmentos muito pequenos no enchimento de algumas sepulturas. E por último, apareceram restos de fauna em quase todos os sedimentos. Cabe destacar que num dos silos apareceu uma casca de ovo.

CONCLUSÃO

As intervenções arqueológicas realizadas a partir deste projeto revelam uma evolução da organização do território da vila de Alvalade, desde a Idade Média até aos nossos dias, implicando o seu crescimento as alterações de funcionalidade dos espaços.

As estruturas mais antigas poderão corresponder às sepulturas escavadas na necrópole situada junto à Igreja Matriz, datada do século XIV e, seguramente, será nesta época que se realizam os primeiros enterramentos em seu redor.

Na Praça D. Manuel I documentou-se uma série de estruturas que determinam este espaço como zona habitacional, associadas ao século XVI, podendo mesmo ser anteriores. Identificou-se um piso antigo associado à Igreja da Misericórdia, construída em 1570, que dá origem a este espaço como o conhecemos atualmente.

Identificou-se uma área de armazenagem, tipo silos, na zona que seria a periferia da aldeia, que parece ter estado em uso durante os séculos XVI-XVII.

As estruturas mais recentes, correspondentes ao século XIX, dizem respeito a duas galerias de água, aos restos das antigas casas, a um antigo lagar e a uma série de buracos de poste na Rua de São Pedro, que poderiam associar-se às festas dos “Mastros de Promessa”.

Agradecimentos: Dra. Fernanda do Vale, Dr. José Matias, Dr. Milton Pacheco, Dra. Manuela de Deus.



NOTAS

1. Procº DRCALEN-S-2019/501635 (C.S: 1375933) / Nº Procº Ex-DRE/2019/15-09/195/PPA/9207 (C.S: 192791) / data de entrada do processo: 05/08/2019.
2. TERESO, S. (2012).
3. PACHECO, M. (no prelo).
4. Livro de registos de óbitos n.º 10 da paróquia de Alvalade (1833-1859), Arquivo Distrital de Setúbal (<https://digitarq.adstb.arquivos.pt>).
5. UBELAKER, D. (1974); HERRMANN, B. [et al.] (1990); SILVA, A. M. (1996).
6. FEREMBACH, D. [et al.] (1980); BUIKSTRA, J.; UBELAKER, D. (1994); SILVA, A. M. (1995); WASTERLAIN, S. (2000); BRUZEK, J. (2002).
7. UBELAKER, D. (1989).
8. MACLAUGHLIN, S. M. (1990).
9. BUCKBERRY, J. L. ; CHAMBERLAIN, A. T. (2002).
10. MENDONÇA, M. (2000); CORDEIRO, C. [et al.] (2008).
11. SMITH, B. H. (1984).
12. HILLSON, S. (2002).
13. CUNHA, E. (1994).
14. CRUBÉZY, E. (1988).
15. ORTNER, D. (2003).
16. AUFDERHEIDE, A. ; RODRÍGUEZ-MARTÍN, C. (2006); WALDRON, T. (2009).
17. ORTNER, D. (2003).
18. WHITE, T. D. [et al.] (2011); BARNES, E. (2012).
19. PIMENTA, C. ; LOURENÇO, A. (2017); GRAU-SOLOGESTOA, I. (2012).
20. SILVA, M. J. (1988).



BIBLIOGRAFIA

- AUFDERHEIDE, A. ; RODRÍGUEZ-MARTÍN, C. – **The Cambridge encyclopedia of human paleopathology**. 3ª ed. Cambridge : Cambridge University Press, 2006.
- BARATA, Maria Filomena – **O Património é um recurso: Alvalade do Sado, o meu testemunho, Alvalade** [Em linha]. [Alvalade] : [Luís Pedro Ramos], [2011]. Disponível em WWW: <https://www.alfossade.info/o-patrimonio-e-um-recurso-alfossade-do-sado-o-meu-testemunho/>.
- BARNES, E. – **Atlas of developmental field anomalies of the human skeleton**. Hoboken (New Jersey) : John Wiley and Sons, Inc., 2012.
- BRUZEK, J. – A method for visual determination of sex, using human hip bone. American Journal of Physical Anthropology. [EUA] : Wiley Periodicals. N.º 117 (2002), p. 157-168.
- BUCKBERRY, J. L. ; CHAMBERLAIN, A. T. – Age estimation from the auricular surface of the Ilium: a revised method. American Journal of Physical Anthropology. [EUA] : Wiley Periodicals. N.º 119 (2002), p. 231-239.
- BUIKSTRA, J., UBELAKER, D. – **Standards for data collection from human skeletal remains**. Fayetteville (Arkansas) : Arkansas Archaeological Survey, 1994.
- Cordeiro, C. [et al.] – Predicting adult stature from metatarsal length in a portuguese population. Forensic Science International. Elsevier. ISSN: 0379-0738. N.º 193 (2008), p. 131.e1-131-e4.
- CRUBÉZY, E. – **Interactions entre facteurs bio-culturels, pathologie et caractères discrets: exemple d'une population médiévale, Canac, Aveyron**. [Montpellier] : Universidade de Montpellier, 1988. Dissertação de Doutoramento em Medicina.
- CUNHA, E. – **Paleobiologia das populações medievais portuguesas: os casos de Fão e S. João de Almedina**. Coimbra : Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, 1994. Dissertação de Doutoramento.
- FEREMBACH, D., SCHWIDETZKY, I., STLOUKAL, M. – Recommendations for age and sex diagnosis of skeletons. Journal of Human Evolution. Elsevier. ISSN 0047-2484. Vol. 9, issue 7 (nov. 1980), p. 517-549.
- GRAU-SOLOGESTOA, I. – Agriculture and ironwork in the Middle Ages: new evidence of bone anvils. MUNIBE: Antropologia-Arkeologia. Spain. N.º 63 (2012), p. 305-319.
- HERRMANN, B. [et al.] – **Präistorische Anthropologie: Leitfaden der Fels - und Labormethoden**. Berlin ; Heidelberg : Springer-Verlag, 1990.
- HILLSON, S. – **Dental anthropology**. 3ª ed. Cambridge : Cambridge University Press, 2002.
- Igreja Paroquial de Alvalade / Igreja de Nossa Senhora da Conceição da Oliveira** [Em linha]. Sacavém : SIPA - Sistema de Informação para o Património Arquitetónico, [20--]. [Consult. 20 out. 2020]. Disponível em WWW: www.monumentos.gov.pt
- MacLaughlin, S. M. – Epiphyseal fusion at the sternal end of the clavicle in a modern portuguese skeletal sample. Antropologia portuguesa. Coimbra : Instituto de Antropologia da Universidade de Coimbra. ISSN 0870-0990. N.º 8(1990), p. 59-58.
- MENDONÇA, M. – Estimation of height from the length of long bones in a portuguese adult population. American Journal of Physical Anthropology. [EUA] : Wiley Periodicals. N.º 112 (2000), p. 39-48.
- ORTNER, D. – **Identification of pathological conditions in human skeletal remains**. 2ª ed. Amsterdam : Academic Press, 2003.



BIBLIOGRAFIA

PACHECO, M. – **(Re)Conquistas: Alvalade entre as origens medievais e as revoltas liberais (séculos XIII-XIX)**. (No prelo).

Paróquia de Alvalade : livro de registo de óbitos, 1833-12-20 a 1859-12-28 [Em linha]. Setúbal : Arquivo Distrital de Setúbal, 2008. [Consult. 20 out. 2020]. Disponível em WWW: <https://digitarq.adstb.arquivos.pt>.

PIMENTA, Carlos ; LOURENÇO, Ana – **Fragments of bone anvils (Middle Ages) recovered in Trancoso Town: two new records** [Em linha]. [S.l.] : [Researchgate], 2017. Disponível em WWW: <https://www.researchgate.net/publication/317688241>.

SARDINHA, O. – Olarias pedradas portuguesas: contribuição para o seu estudo 1: os objetos procedentes do Convento de Santa Ana e do Hospital Real de Todos-os-Santos. O Arqueólogo Português. Lisboa : Imprensa Nacional. ISSN 0870-094X. Série IV n.º 8/10 (1990-1992), p. 487-512.

SILVA, A. M. – Sex assessment using the calcaneus and talus. Antropologia Portuguesa. Coimbra : Instituto de Antropologia da Universidade de Coimbra. ISSN 0870-0990. N.º 13 (1995), p. 107-119.

SILVA, Ana Maria Gama da – **Noções de antropologia funerária: práticas funerárias do paleolítico médio ao neolítico final**. Coimbra : Departamento de Antropologia da Universidade de Coimbra, 1996. Provas de Aptidão Pedagógica e Capacidade Científica.

SILVA, Manuel João da - **O mastro da fonte do lobo**. 2ª ed. Santiago do Cacém : Câmara Municipal de Santiago do Cacém, 1993. (Riqueza dos falares regionais; 2). p. 13-14.

SMITH, B. H. – Patterns of molar wear in hunter-gatherers and agriculturalists. American Journal of Physical Anthropology. [EUA] : Wiley Periodicals. N.º 63 (1994), p. 39-84.

TERESO, S. – **Igreja da Misericórdia de Alvalade (Santiago do Cacém): relatório final da análise antropológica (2ª e 3ª fase - 2010/2011)**. Santiago do Cacém : Câmara Municipal de Santiago do Cacém, 2012.

TRINDADE, A. R. Baptista de Palma – Cerâmica dos séculos XV a XVII do convento de Santana de Leiria: historia e vivências em torno da cultura material. In CONGRESSO INTERNACIONAL DE ARQUEOLOGIA MODERNA, Lisboa, 2011 – **Velhos e novos mundos: estudos de arqueologia moderna = Old and new worlds: studies on early modern archaeology**. [Ponta Delgada] : Centro de História e Além-Mar ; Lisboa : Faculdade de Ciências Sociais e Humanas-Univ., 2012. ISBN 978-989-8492-18-0. Vol. 1.

TRINDADE, A. R. Baptista de Palma – **Convento de Santana de Leiria: história, vivências e cultura material (Cerâmicas dos Séculos XV a XVIII)**. [Lisboa] : [Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa], 2012. Dissertação de Mestrado em Arqueologia.

UBELAKER, D. – **Human skeletal remains: excavation, analysis and interpretation**. 2ª ed. Washington D.C. : Taraxacum Washington, 1989.

UBELAKER, D. – **Reconstruction of demographic profiles from ossuary skeletal samples: a case study from the Tidewater Potomac**. Washington D.C. : Smithsonian Institution Press, 1974. (Smithsonian contributions to anthropology).

WALDRON, T. – **Paleopathology**. Cambridge : Cambridge University Press, 2009.

WASTERLAIN, S. – **Morphé: análise das proporções entre os membros, dimorfismo sexual e estatura de uma amostra da coleção de esqueletos identificados do Museu de Antropologia da Universidade de Coimbra**. Coimbra : Departamento de Antropologia da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, 2000. Dissertação de Mestrado em Evolução Humana.

WHITE, T. D. ; BLACK, M. T. ; FOLKENS, P. A. – **Human osteology**. 3ª ed. London : Academic Press, 2011.





José Matias

jmatias@cm-santiagocacem.pt

OS MOINHOS NO MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO CACÉM

RESUMO

No Município de Santiago do Cacém, a moagem tradicional dos cereais e o descasque do arroz, atividades desenvolvidas nos moinhos de vento e de água, mantiveram-se como atividades produtivas até aos anos 50 do século XX, terminando na década de 1960, devido à definitiva imposição da industrialização.

A riqueza do património molinológico do município assenta essencialmente na sua diversidade ao nível das tipologias e no número de moinhos ou estruturas ainda existentes.

ABSTRACT

In the Municipality of Santiago do Cacém, the traditional milling of cereals and dehulling of rice, activities pursued in the windmills and watermills, remained productive activities until the 1950s, closing down in the 1960s when superseded by industrialisation.

The municipality's wealth of molinological heritage essentially stems from its diversity in terms of the type and number of existing mills or structures.

PALAVRAS-CHAVE

Moinho | Rodízio | Azenha | Molinologia | Atafona

KEYWORDS

Mill | Wheel | Watermill | Molinology | Animal Engine



CARATERIZAÇÃO

O Município de Santiago do Cacém é constituído por uma paisagem muito diversificada, quer ao nível da orografia, hidrografia e solos, quer ao nível do coberto vegetal e arbóreo, a apresentar fortes manchas de pinhal no litoral, montado de sobro na serra e algum azinho na planície interior, nomeadamente na faixa mais a leste do concelho.

Numa breve caracterização, referimos a planície litoral de forte influência atlântica, onde se localiza o maior sistema lagunar da Costa Alentejana, composto pela Lagoa de Santo André e pelas ribeiras que a alimentam; as serras de Grândola, São Francisco e Cercal, formando uma barreira natural que funciona como elemento separador e de transição para a grande planície interior que é recortada a sul e a nascente pela ribeira de Campilhas e pelo rio Sado e a noroeste pela ribeira de Corona. Estes cursos de água assumem uma importância vital, numa planície ressequida, onde no verão se atingem temperaturas extremamente elevadas, geralmente acima dos 40° C.

Em todo este vasto território, a produção de cereais de sequeiro foi, durante séculos, consideravelmente elevada, sendo os mesmos maioritariamente destinados à farição, feita antigamente nas atafonas e nos moinhos de água e, posteriormente, nos moinhos de vento; especialmente o trigo, destinado ao fabrico de pão, alimento essencial para as populações e algum milho para as papas, sendo o restante para os animais.

Mais residual, terá sido o cultivo de cevada e centeio, assumindo, no entanto, este último, alguma importância, especialmente nas zonas de serra, até ao final do século XIX.

Igualmente relevante na cerealicultura concelhia, foi a produção de arroz, cultivado em larga escala, nas várzeas da Lagoa de Santo André e do Vale do Sado, mas também com algum significado nas várzeas das ribeiras de São Domingos e Corona, cujo descasque dependia igualmente desses ancestrais engenhos movidos a água ou a vento.

O Professor Manuel João da Silva, referindo-se em 1982 aos moinhos de vento das Cumeadas, em Santiago do Cacém, diz-nos que "*Nos anos de 1947/50 todos estes moinhos trabalhavam. Descascavam arroz que era levado em parelhas para Beja*"¹. Devo acrescentar que os moinhos, para além do descasque, continuaram em simultâneo a exercer a atividade da moagem dos cereais.



Dependiam também do trabalho nos moinhos as farinhas e a trituração de cereais para o gado, como reforço alimentar dos animais de trabalho, produção leiteira e de carne, não esquecendo outra vertente importante que era a alimentação dos animais de capoeira.



Mapa (parcial) ROTEP, n.º 218 do Concelho de Santiago do Cacém, organizado por Camacho Pereira em 1952. Arquivo: José Matias.

A distribuição geográfica dos moinhos de água e de vento pelo território, foi naturalmente influenciada pela orografia, hidrografia, corredores de vento e pela localização das zonas de maior produção cerealífera, como se verificou na área envolvente à Lagoa de Santo André e pela proximidade aos aglomerados urbanos mais importantes, como no caso de Santiago do Cacém, com uma considerável cintura moageira que chegou a contar com uma dúzia de moinhos de vento e, no Cercal do Alentejo, com vários moinhos na periferia da vila.



O Município de Santiago do Cacém apresenta uma considerável riqueza ao nível do património molinológico, encontrando-se identificados 80 moinhos, sendo 51 de vento e 29 de água, caracterizados por cinco tipologias diferentes.

No caso dos moinhos de vento, a tipologia dominante vai para o moinho de torre fixa com capelo giratório, registando-se em Santiago do Cacém, na periferia da cidade, uma tipologia rara na região. Trata-se do “Moinho de Pau”, um antigo moinho giratório de madeira, de espigão excêntrico, do qual só resta a base em cantaria e a pedra de fixação do espigão e uma fotografia, que é provável ser do referido moinho.

Na freguesia de Abela, mais concretamente no Monte do Barão, existia na segunda metade do século XX uma tipologia muito disseminada na região oeste do país, nomeadamente na zona do Cadaval, mas rara por estas paragens. Tratava-se de um moinho de armação metálica, que foi montado na torre cilíndrica do antigo Moinho de vento do Barão e do qual só resta a velha torre de alvenaria.

O moinho de armação metálica foi desmontado e vendido para a zona de Melides, no Concelho de Grândola, onde terá voltado a funcionar como unidade moageira.

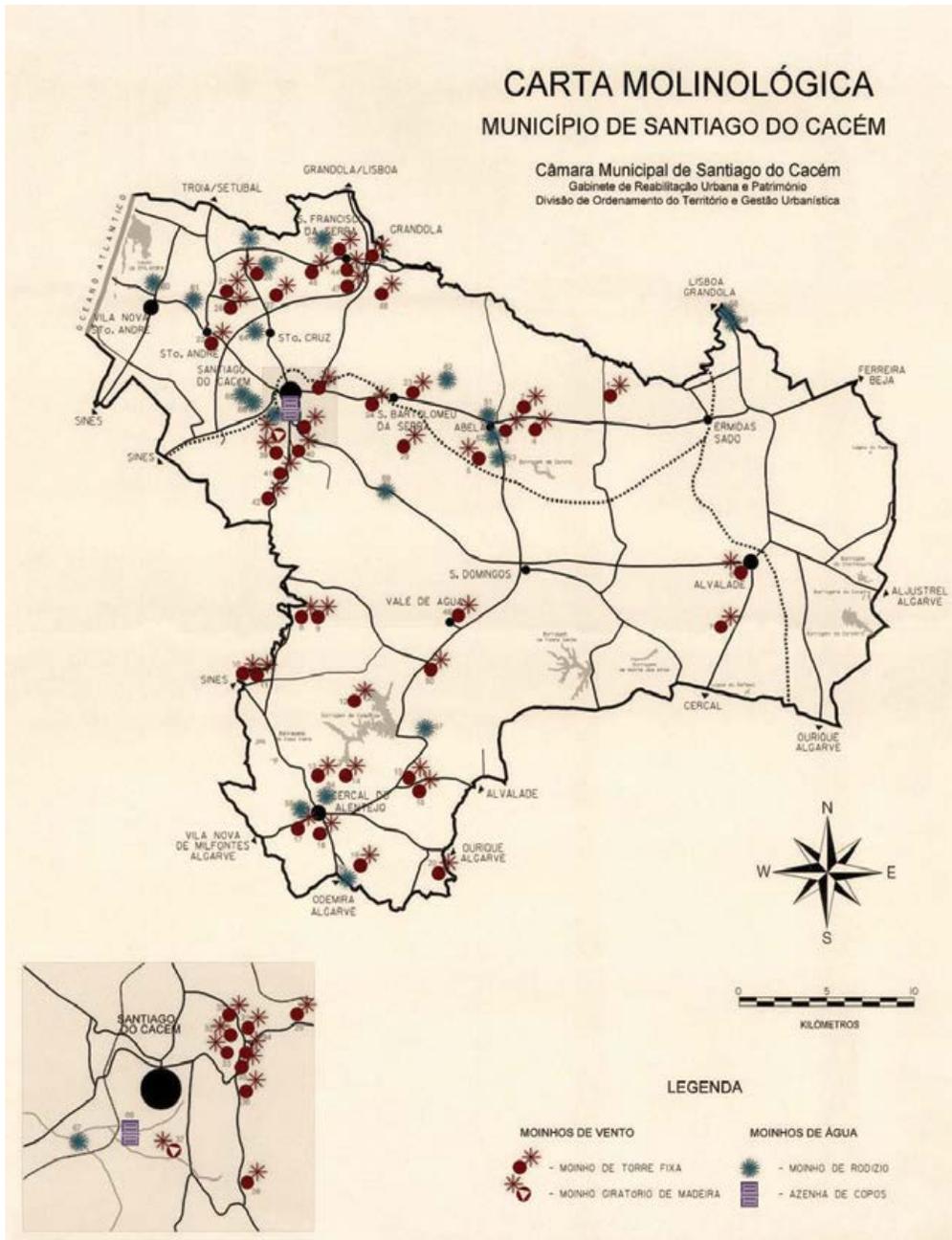
Embora sem grande expressão, ao longo do século passado é de assinalar a motorização de alguns moinhos de vento por todo o concelho, com a instalação de um motor auxiliar, geralmente a gasóleo, de forma a garantir a atividade moageira na ausência de vento, com exceção para o Moinho da Cotovia, próximo da Aldeia do Cano, no Cercal do Alentejo, que chegou a funcionar acionado pela força motriz de uma caminheira ou locomóvel a vapor.

Quanto aos moinhos de água, correspondem na sua grande maioria à tipologia designada por “moinho de rodízio”. Relativamente a outras tipologias raras na região, regista-se em Santiago uma azenha de copos de propulsão superior, denominada Azenha do Rio da Figueira; no rio Sado, na freguesia de Ermidas-Sado, a nordeste do concelho, encontra-se um moinho de imersão, o Moinho da Gamita.

As alterações nos hábitos das populações, o êxodo do campo para as zonas urbanas, o declínio da agricultura, nomeadamente na drástica redução ao



nível da produção cerealífera, a proliferação das padarias e a consequente perda do hábito de fabricar o pão caseiro e, naturalmente, a industrialização, foram fatores que contribuíram fortemente para o declínio da moagem e do descasque de arroz nos moinhos.



Carta Molinológica do Município de Santiago do Cacém. Arquivo: CMSC.



Na maioria, estes moinhos encontram-se abandonados, degradados ou em ruínas, existindo, no entanto, honrosas exceções que são de salientar.

Por iniciativa da autarquia e por parte de alguns particulares, determinados moinhos foram recuperados e restaurados, constituindo hoje verdadeiros monumentos das técnicas ancestrais de moagem, que cativam pela sua beleza na paisagem.

MOINHOS DE VENTO

A distribuição dos moinhos de vento no território do município, assenta basicamente num eixo norte-sul, que vai de São Francisco da Serra, passando por Santiago do Cacém e terminando no Cercal do Alentejo, com uma ligeira incursão a oriente, passando por São Bartolomeu da Serra e culminando na zona da Abela.

Moinhos de Torre Fixa

A tipologia dominante nos moinhos de vento da região corresponde ao moinho de torre mediterrânica. Trata-se de uma torre fixa, troncocónica ou cilíndrica, construída em alvenaria de pedra e cal, pedra e barro ou em taipa, sendo constituída por piso térreo, sobrado e geralmente sótão.

As torres são, na sua grande maioria, rebocadas e caiadas, apresentando socos e barras pintados com pigmentos que se misturavam na cal, nas cores tradicionais, o azul, o ocre ou o vermelho escuro.

Os moinhos das Cumeadas, em Santiago do Cacém, têm a particularidade de ter duas portas, orientadas respetivamente a nascente e a poente, alinhadas aos ventos dominantes, para que a porta de serviço, por razões de segurança, seja sempre a contrária ao vento com que o moinho está a moer, salvaguardando assim a integridade física de pessoas e animais.



Igualmente ligados à segurança do moinho eram, e ainda são, colocados búzios de cerâmica de diversos tamanhos ou canudos de folha de zinco, alinhados nas travadoiras, junto às velas; estes, ao rodarem, produzem um som característico (o cantar do moinho) que funciona como aviso, particularmente importante nos períodos em que o moleiro tinha que trabalhar de noite, para aproveitar o bom vento.

É igualmente de assinalar o facto de o moleiro, independentemente da tarefa que esteja a executar, ao escutar a variação de som produzido pelos búzios, ter sempre a informação audível que lhe vai indicando a velocidade do vento a cada momento.



Moinhos de Vento, Cumeadas, Santiago do Cacém, [1950?]. Arquivo: CMSC.

Se o som aumenta, significa que o vento aumentou e tem que se enrolar um pouco as velas ("furar pano"), não só por razões de segurança, mas também porque a mó, ao rodar com velocidade excessiva, queima a farinha.

Se o cantar diminui, há que dar "mais roupa", ou seja, trabalhar com mais pano, chegando em situações de vento muito fraco a trabalhar com a "roupa toda" (as velas completamente abertas).

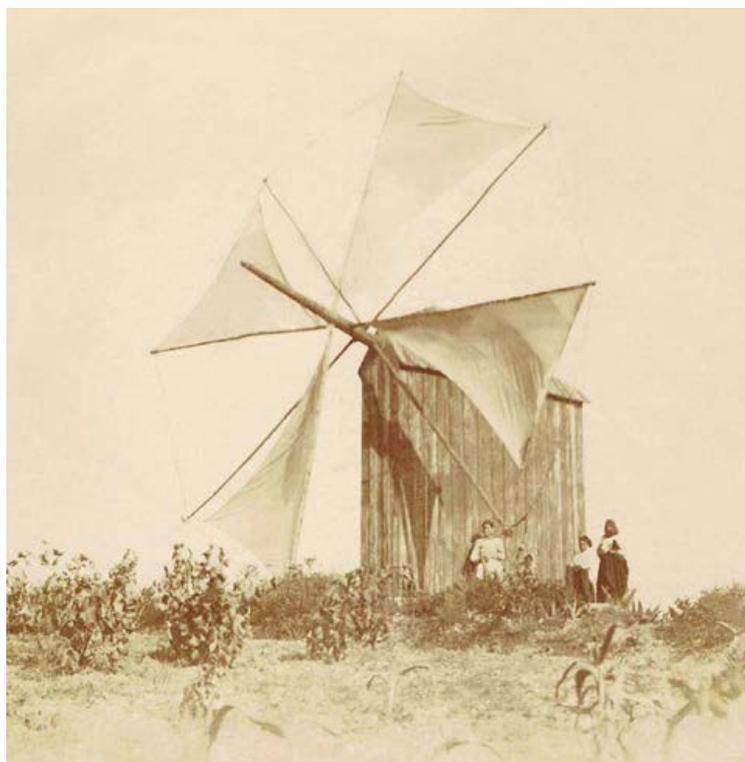


O capelo cónico giratório (cobertura do moinho) é constituído por uma estrutura de barrotes de madeira; antigamente era revestido com materiais perecíveis, como o junco, o colmo, o caniço, ou a palha de centeio; atualmente é revestido a chapa zincada.

O capelo assenta sobre um conjunto de pequenas rodas de azinho, sendo acionado por um sistema de tração por sarilho, localizado no interior do moinho, o que permite ao moleiro rodar o capelo 360°, orientando assim as velas ao vento.

O mecanismo de transmissão e de moagem é composto pelo mastro e roda de entrosga, o carreto, o veio e a segurelha que, encaixada na face inferior da mó andadeira lhe transmite o movimento, fazendo-a girar sobre a mó fixa, desfazendo o grão entre elas e transformando-o em farinha.

O intervalo entre as mós é regulado pelo urreiro, através da aliviadora localizada no pavimento da sala de moagem, consoante o grão e o tipo de farinha que se pretende fazer.



Moinho de Pau, [Fidalgo, Santiago do Cacém?]. Arquivo: Família Lobo de Vasconcellos.



O cereal é despejado no tegão e conduzido ao olho da mó pela quelha, graças à vibração que lhe é transmitida pelo cadêlo, que trepida em contacto direto com a mó andadeira ao girar.

A moenda é vedada pelos cambeiros (anéis de madeira) que abrem na zona das mós onde a farinha vai caindo para o tremiado, amparada pelo panal, sendo depois recolhida e ensacada.



Moinho de Armação, montado na torre do antigo moinho de vento, Barão, Abela. Coleção particular.



QUADRO 1

Moinhos de Vento² Identificados pela Câmara Municipal de Santiago do Cacém

Designação	Freguesia	Localização	Tipologia	Fonte Energética	Data de Construção	Data de Desativação	Estado de Conservação	Utilização Atual
Moinho do Barão	Abela	Foros do Barão	Torre fixa e Americano	Vento	Ant. a 1891		Degradado	
Moinho da Ervideira	Abela	Ervideira	Torre fixa	Vento	Ant. a 1890			
Moinho do Luzio	Abela	Luzio	Torre fixa	Vento	Ant. a 1867		Degradado	
Moinho de Vale de Pulgas	Abela	Vale de Pulgas	Torre fixa	Vento	Ant. a 1848			
Moinho do Coelho	Abela	Monte do Coelho	Torre fixa	Vento	Ant. a 1877		Bom	Habitação
Moinho da Olhalva	Alvalade	Herdade da Olhalva	Torre fixa	Vento	Ant. a 1877		Degradado	
Moinho do Paneiro 1	Cercal do Alentejo	Paneiro	Torre fixa	Vento	1847		Bom	
Moinho do Paneiro 2	Cercal do Alentejo	Paneiro	Torre fixa	Vento	1852		Bom	
Moinho da Atalaia	Cercal do Alentejo	Atalaia - Sonega	Torre fixa	Vento	1844	1992	Degradado	Moagem
Moinho do Saboia	Cercal do Alentejo	Sonega	Torre fixa	Vento			Ruína	
Moinho Vale Pocinho	Cercal do Alentejo	Herdade do Pocinho	Torre fixa	Vento	Ant. a 1890		Ruína	
Moinho das Teimosas	Cercal do Alentejo	Teimosas	Torre fixa	Vento	1963		Em recuperação	Moagem
Moinho das sesmarias	Cercal do Alentejo	Herdade das Sesmarias	Torre fixa	Vento	Ant. a 1877	1978	Recuperado	Habitação
Moinho do Outeiro	Cercal do Alentejo	Outeirinho	Torre fixa	Vento	Ant. a 1877		Degradado	
Moinho das Silveiras	Cercal do Alentejo	Silveiras	Torre fixa	Vento	Ant. a 1877		Ruína	
Moinho da Fonte Santa	Cercal do Alentejo	Fonte Santa de Cima	Torre fixa	Vento			Degradado	
Moinho da Castanheira	Cercal do Alentejo	Castanheira	Torre fixa	Vento			Bom	Habitação
Moinho do Salgadinho	Cercal do Alentejo	Herdade do Salgadinho	Torre fixa	Vento			Bom	Habitação
Moinho da Cotovia	Cercal do Alentejo	Cotovia- Aldeia do Cano	Torre fixa	Vento	Aprox. 1922			
Moinho do Pedrógão	Santo André	Pedrógão	Torre fixa	Vento	Ant. a 1868		Degradado	
Moinho do Cabeço	Santo André	Aldeia de Santo André	Torre fixa	Vento	Ant. a 1868		Bom	Habitação
Moinho das Relvas	S. Bartolomeu da Serra	Herdade das Relvas	Torre fixa	Vento	1833		Em recuperação	
Moinho da Moita	S. Bartolomeu da Serra	Moinho da Moita	Torre fixa	Vento	Ant. a 1890		Em recuperação	
Moinho da Azinheira	S. Bartolomeu da Serra	Herdade da Azinheira	Torre fixa	Vento				
Moinho do Tio Chiné	Santa Cruz	Casa Telhada	Torre fixa	Vento			Degradado	
Moinho Novo da Barrada	Santa Cruz	Barrada	Torre fixa	Vento	1954	1970	Bom	Armazém Agrícola
Moinho do Porto Cordeiro	Santa Cruz	Herdade dos Carvalhais	Torre fixa	Vento	Ant. a 1877		Degradado	
Moinho da Perna Grande	Santiago do Cacém	Cumeadas	Torre fixa	Vento	Ant. a 1877		Ruína	
Moinho da Cerca Velha	Santiago do Cacém	Cumeadas	Torre fixa	Vento	Ant. a 1877		Bom	Habitação e Atelié
Moinho do Cameirinho	Santiago do Cacém	Cumeadas	Torre fixa	Vento			Ruína	
Moinho do Bregue	Santiago do Cacém	Cumeadas	Torre fixa	Vento	Ant. a 1877		Bom	Habitação
Moinho da Estrada	Santiago do Cacém	Cumeadas	Torre fixa	Vento	Ant. a 1813		Bom	Depósito de Água
Moinho da Fome Aguda	Santiago do Cacém	Cumeadas	Torre fixa	Vento			Bom	Habitação
Moinho da Tumba	Santiago do Cacém	Cumeadas	Torre fixa	Vento			Ruína	



Designação	Freguesia	Localização	Tipologia	Fonte Energética	Data de Construção	Data de Desativação	Estado de Conservação	Utilização Atual
Moinho da Senhora do Monte	Santiago do Cacém	Senhora do Monte	Torre fixa	Vento	Ant. a 1813	Ant. a 1940	Ruína	
Moinho da Quintinha	Santiago do Cacém	Cumeadas	Torre fixa	Vento	Ant. a 1813		Bom	Moagem
Moinho dos Celões	Santiago do Cacém	Cumeadas	Torre fixa	Vento	Ant. a 1813		Razoável	Mirante
Moinho de Pau	Santiago do Cacém	Fidalgo	Giratório de madeira	Vento			Ruína	
Moinho do Casoto	Santiago do Cacém	Cumeadas	Torre fixa	Vento	Ant. a 1877		Recuperado	Habitação
Moinho da Campa	Santiago do Cacém	Moinho da Campa	Torre fixa	Vento			Bom	Adap. a Aloj.
Moinho dos Chãos	Santiago do Cacém	Aldeia dos Chãos	Torre fixa	Vento			Degradado	
Moinho Queimado	Santiago do Cacém		Torre fixa	Vento	Ant. a 1877		Degradado	
Moinho de Vale das Traves	Santiago do Cacém	Vale das Traves	Torre fixa	Vento	Ant. a 1850		Degradado	
Moinho da Aldeia	São Francisco da Serra	São Francisco da Serra	Torre fixa	Vento	Ant. a 1877		Degradado	
Moinho dos Lobaes	São Francisco da Serra	São Francisco da Serra	Torre fixa	Vento	Ant. a 1877		Recuperado	Habitação
Moinho do Outeiro do Vento	São Francisco da Serra	Outeiro do Vento	Torre fixa	Vento			Bom	Habitação
Moinho da Cruz de João Mendes	São Francisco da Serra	Cruz de João Mendes	Torre fixa	Vento	1881	1972	Bom	Habitação
Moinho do Outeiro do Marco	São Francisco da Serra	Roncão	Torre fixa	Vento	Ant. a 1877		Degradado	Arrumos
Moinho do Marmeleiro	São Francisco da Serra	Detrás da Pedra	Torre fixa	Vento	Ant. a 1799		Bom	Amazém
Moinho de Vale de Água	Vale de Água	Rua José Brissos Pereira	Torre fixa	Vento			Razoável	Armazém

Como exemplos de recuperação e valorização patrimonial deste conjunto, destacamos:

Moinho da Quintinha (Municipal)

Localizado nas Cumeadas, Santiago do Cacém, cuja reabilitação integral do edifício e mecanismos, ocorrida em 1982, permitiu a sua reabertura como Polo Museológico Municipal, realizando a moagem tradicional de cereais. Desempenhou também inclusivamente, por várias vezes, o importante papel de Moinho-Escola.

Moinho da Cerca Velha

Igualmente localizado nas Cumeadas e de construção anterior a 1877, este antigo moinho foi recuperado e adaptado para habitação e ateliê da pintora Australiana Chloë Mac Millan.

Após o falecimento da pintora, a atual proprietária mantém o moinho intocável, como espaço de preservação da memória da artista.



Moinhos do Paneiro

Localizados próximo da localidade de Vale Seco, embora já na Freguesia do Cercal do Alentejo, este conjunto rural é constituído por dois moinhos de vento e casas de apoio. Estas construções tiveram outrora diversas funções, tais como habitação, taberna e mercearia, armazéns de cereais e alfaias agrícolas, estábulos, entre outras.

Os moinhos que datam respetivamente de 1847 e 1852, funcionaram no passado como importante centro moageiro.

Estas duas unidades foram reabilitadas e encontram-se atualmente integradas num empreendimento de turismo rural.

Os moinhos anteriormente referidos integraram em 2004 a Rede Europeia de Moinhos, através do programa "Euromills", coordenado pelo Dr. Jorge Miranda, da "Tradição, Cooperativa Cultural" e cofinanciado pelo programa comunitário *Cultura 2000*.



Moinhos do Paneiro, Cercal do Alentejo. Fotografia: José Matias.



Moinho da Quintinha (Municipal)

Integrado na cintura moageira pré-industrial de Santiago do Cacém, com construção anterior a 1813, foi registado em novembro de 1871.

O moinho trabalhou até 1966, na produção de farinhas para panificação, sobretudo trigo e descasque de arroz, tendo como moleiro José Pereira dos Reis.

Em 1970 o moinho é comprado pela Câmara Municipal de Santiago do Cacém que, em 1982, decide avançar com uma grande reparação, orientada pelo seu antigo moleiro, José Reis, à época desempenhando já as funções de moleiro municipal.

Em 1993 o mestre José Reis, por motivo de doença, foi substituído pelo seu irmão Manuel Reis, igualmente um antigo moleiro, que orientou uma nova reparação.



Moinho Municipal da Quintinha, Cumeadas, Santiago do Cacém. Fotografia: José Matias.



Desde 1982 que a autarquia mantém o moinho em funcionamento, moendo milho e trigo que alguns habitantes das zonas rurais, por tradição, ali levam para serem transformados em farinha para fazer o seu pão caseiro, as papas de milho ou para alimentação de animais domésticos. Nos últimos anos, este sistema de moagem tradicional destina-se essencialmente a demonstrações lúdico-pedagógicas.

Em 2006 entrou para o moinho Jorge Fonseca, para aprender o ofício de moleiro com o mestre Manuel Reis, como garantia de continuidade da profissão de moleiro naquele moinho. Efetivamente, Manuel Reis reformou-se em 2011, sendo atualmente Jorge Fonseca o moleiro municipal.

Os moinhos de vento, pela sua localização no alto dos cerros, são constantemente fustigados pelos elementos naturais e também pelo desgaste a que os seus mecanismos estão sujeitos, tendo obrigatoriamente, por períodos indeterminados, que podem variar entre os 10 e 20 anos, de ser sujeitos a obras de reparação e manutenção mais ou menos profundas.

O Moinho da Quintinha não é exceção e no primeiro trimestre de 2017 o moinho foi alvo de nova campanha de reabilitação.

O antigo mastro deteriorado foi substituído por um mastro novo em madeira de tali, executado por um mestre carpinteiro naval. Foram substituídas as 8 varas e os antigos cabos de aço por cordame novo, repondo o valor estético e etnográfico de outrora.

O soalho da sala de moagem foi substituído na totalidade e foi construída uma nova escada em madeira, de lanço único, com menor inclinação que a anterior e por isso mais segura.

Foi construído um varandim para proteção do vazio da escada no 3.º piso, foram ainda substituídas todas as rodas de azinho que permitem a rotação do capelo e foi efetuada a pintura interior do moinho.

As intervenções em moinhos são muito onerosas, devido ao custo das madeiras e à mão-de-obra altamente especializada, por um lado, e por outro à falta de concorrência nesta arte.

O investimento da Câmara Municipal nesta obra de reabilitação rondou os trinta e dois mil euros (32 000€) e as obras estiveram a cargo da empresa *Etnoideia*.



Por intermédio da Câmara Municipal, o Moinho da Quintinha está inscrito na TIMS - The International Molinological Society e em 2006 passou a integrar a Rede Portuguesa de Moinhos (www.moinhosdeportugal.org).

Características Gerais

- Ano de construção – Anterior a 1813
- Torre fixa e capelo rotativo
- Rotação do capelo – Acionado no interior por meio de um sarilho
- Mecanismo de moagem – 1 moenda (um conjunto de mós)
- Mecanismo motor – Engrenagem entrosga – carreto
- Número de velas – 4
- Número de varas – 8
- Número de pisos – 3
- Número de portas – 2
- Número de janelas – 2
- Utilização – moagem de cereais e demonstrações lúdico-pedagógicas

Situação Geográfica

- Local – Cumeadas – Santiago do Cacém
- Freguesia – União das Freguesias de Santiago do Cacém, Santa Cruz e São Bartolomeu da Serra
- Coordenadas geográficas – 38º 00' 56'' norte / 8º 41' 14'' oeste
- Altitude – 254 m
- Proprietário – Município de Santiago do Cacém

MOINHOS DE ÁGUA

Localizam-se sobretudo na bacia hidrográfica da Lagoa de Santo André, outrora alimentados pelas várias ribeiras subsidiárias da Lagoa, sendo possível que o descasque de arroz possa ter contribuído para a construção de algumas destas unidades.



Estão igualmente presentes no rio Sado, a norte de Ermidas-Sado; nas ribeiras de Corona e São Domingos; em barrancos de corrente sazonal e ainda a sul do território, na envolvente do Cercal do Alentejo.

António Martins Quaresma, na monografia sobre Vila Nova de Milfontes³, refere-se à abundância de água "*o sítio do Cercal é rodeado, a norte e poente, por um vale irrigado*" citando designadamente as memórias paroquiais da seguinte forma "*...nele corre o ribeiro que vem da Fonte ou Bica Santa e depois de receber a água da Mandorelha, vai desaguar na Ribeira de Campilhas, cujas águas, além de irrigarem e dessedentarem, faziam, em meados do século XVIII, moer cinco engenhos, todo o ano*".

No primeiro quartel do século XVIII são referenciados moinhos hidráulicos no concelho. "*Em 1724, o Moinho da Cascalheira pertence ao Capitão António Dias Borralho, de Sines*"⁴.

Os moinhos de água caracterizam-se pela posição da roda hidráulica: horizontal para os moinhos de rodízio ou rodete e vertical no caso das azenhas.

MOINHOS DE RODÍZIO

Julga-se ser este o moinho hidráulico mais antigo, surgindo as primeiras referências num poema de Antípatro de Tessalónica, no ano 85 a.C.

A introdução dos moinhos de rodízio no território português deve-se provavelmente aos romanos.

No Município de Santiago do Cacém, estes moinhos são, na sua maioria, construídos em alvenaria de pedra e cal, existindo alguns exemplares em taipa. Comportam geralmente um ou dois pisos e estão equipados com um ou dois casais de mós.

A cobertura é constituída por estrutura de madeira, coberta por telha mourisca ou de canudo, exceto no caso do Moinho da Gamita, no rio Sado que, por se tratar de um moinho de imersão, é abobadado e revestido superiormente com tijolo cerâmico, rebocado com argamassa de cal e areia, formando duas águas.



QUADRO 2

Moinhos de Água⁵ Identificados pela Câmara Municipal de Santiago do Cacém

Designação	Freguesia	Localização	Tipologia	Fonte Energética	Data de Construção	Data de Desativação	Estado de Conservação	Utilização Atual
Moinho dos Álamos	Abela	Álamos	Rodízio	Água	Ant. a 1891		Degradado	
Moinho da Estalagem Nova	Abela	Abela	Rodízio	Água	Ant. a 1782		Bom	Habitação
Moinho do Furadouro	Abela	Furadouro	Rodízio	Água	Ant. a 1877		Degradado	
Moinho da Boa Vista	Alvalade	Herdade da Boa Vista	Rodízio	Água	Ant. a 1889			
Moinho de Vale Travessinho	Cercal do Alentejo	Vale Travessinho	Rodízio	Água			Ruína	
Moinho das Sesmarias	Cercal do Alentejo	Sesmarias	Rodízio	Água			Bom	Habitação
Moinho da Mandorelha	Cercal do Alentejo	Quinta da Mandorelha	Azenha	Água			Ruína	
Moinho do Raco	Cercal do Alentejo	Herdade do Raco	Rodízio	Água		Aprox. 1953	Degradado	
Moinho da Gamitinha	Ermidas - Sado	Herdade do Monte Novo	Rodízio	Água	Ant. a 1857		Ruína	
Moinho da Gamita	Ermidas - Sado	Saturninha	Rodízio	Água	Ant. a 1877		Degradado	
Moinho Novo	Santo André	Galiza	Rodízio	Água	Ant. a 1813		Bom	Sede Regional Quercus
Moinho da Laranjeira	Santo André	Granja das Laranjeiras	Rodízio	Água	Ant. a 1813 Ampl.		Ruína	
Moinho do Seco	Santo André	Seco	Rodízio	Água	Ant. a 1761			
Moinho da Pereira	Santo André	Herdade da Pereira	Rodízio	Água	Ant. a 1868		Degradado	
Moinho do Barranco	São Bartolomeu da Serra		Rodízio	Água	Ant. a 1877			
Moinho das Pereiras	São Bartolomeu da Serra	Herdade das Pereiras	Rodízio	Água	Ant. a 1878		Ruína	
Moinho do Cachucho	Santa Cruz	Vale Coelhos	Rodízio	Água	Ant. a 1813		Degradado	
Moinho do Sobral da Várzea	Santa Cruz	Sobral da Várzea	Rodízio	Água	Ant. a 1813		Ruína	
Moinho da Azenha de Baixo	Santiago do Cacém	Azenha de Baixo	Rodízio	Água	Ant. a 1888			
Moinho da Azenha do Meio	Santiago do Cacém	Azenha do Meio	Rodízio	Água	Ant. a 1877			
Moinho do Rio da Velha	Santiago do Cacém	Rio da Velha	Rodízio	Água			Degradado	
Azenha do Rio da Figueira	Santiago do Cacém	Parque Urbano Rio da Figueira	Copeira de propulsão superior	Água			Ruína	
Moinho da Ortiga	Santiago do Cacém	Quinta da Ortiga	Rodízio	Água	Ant. a 1799			
Moinho dos Escaravelhos	Santiago do Cacém	Herdade do Moinho dos Escaravelhos	Rodízio	Água	Ant. a 1758		Ruína	
Moinho do Barranco	São Francisco da Serra	Moinho do Barranco do Livramento	Rodízio	Água			Ruína	
Moinho do Rego	Vale de Água	Rego	Rodízio	Água	Ant. a 1782			
Moinho do Rego de Baixo	Vale de Água	Rego de Baixo	Rodízio	Água				
Moinho do Bravo	Ermidas - Sado		Rodízio	Água			Ruína	
Moinho do Vale das Eiras	Abela	Vale das Eiras Monte da Rosa	Rodízio	Água			Ruína	



“Nestes engenhos, o eixo vertical do rodízio é o próprio eixo motor da mó andadeira. Assim, a cada rotação do rodízio corresponde uma rotação da andadeira.

A água era proveniente de um desvio na ribeira a montante, conduzida por uma levada até à represa ou açude, onde ficava depositada.

Quando o moleiro pretendia moer ou descascar arroz, levantava um pouco a comporta da represa e a água era então conduzida através de um canal inclinado e afunilado, conhecido por cubo, saindo pela seteira com a pressão suficiente para acionar o rodízio. Este funcionava numa pequena caverna que, por ser escura, húmida e soturna, era conhecida por inferno.

Na freguesia de Santo André, com a difusão da cultura do arroz, a partir de 1810, estes moinhos passam a ter dupla função: a moagem e o descasque.

O descasque do arroz requeria uma adaptação especial que consistia em forrar a mó fixa com placas de cortiça macia, para não partir o grão, permitindo que a casca e o farelo se soltassem facilmente. Em alguns moinhos haveria mesmo um casal de mós destinado a este fim”⁶.

AZENHAS

A azenha surge descrita pela primeira vez pelo arquiteto romano Vitruvius, no Livro X da sua obra *De Architectura*, no ano 25 a.C.

Segundo alguns autores, a azenha terá sido introduzida em Portugal, nomeadamente na região sul, pelos árabes.

As azenhas classificam-se de acordo com o nível a que a água aciona a roda hidráulica: azenhas de rio, com rodas de pás de propulsão inferior e azenhas de copos ou de propulsão superior.

Como exemplares particularmente interessantes ao nível dos moinhos de água do município, destacamos a Azenha do rio da Figueira e o Moinho da Gamita.



Azenha do Rio da Figueira (Municipal)

Esta azenha localiza-se na periferia sul da cidade, fazendo parte da antiga Quinta do Rio da Figueira, que ocupa um vale de terras férteis. Pertenceu ao último capitão-mor de Santiago do Cacém, José Joaquim Sallemma de Andrade, tendo sido por ele legada ao 2.º conde de Avillez.

A quinta foi adquirida no início da década de setenta do século XX pelo então Gabinete da Área de Sines, passando à posse do Município de Santiago do Cacém no final do século, por extinção daquele organismo do Estado.

Em 1985, um programa de intervenção municipal transformou este espaço num parque verde urbano, destinado à ocupação de tempos livres e de lazer. Parte da antiga quinta, rica em água e bons terrenos agrícolas, está transformada em pequenas hortas, exploradas gratuitamente por gentes da terra.



Moinho do Raco (moinho de rodízio), Cercal do Alentejo, 1982. Fotografia: José Matias.



Desconhece-se a data de construção desta imponente azenha de propulsão superior, destinada à moagem de cereais. Apesar da falta de elementos históricos, aponta-se o século XIX como época provável. Não se deve, no entanto, deixar de lado a hipótese de poder ter sido mandada construir pelo capitão-mor, ainda no século XVIII.

Trata-se de um edifício de dois pisos, construído em alvenaria de pedra e cal, sendo considerado por alguns especialistas como um exemplar raro, com uma arquitetura interior quase monumental.

Através de Paulo Chaves, a quem agradecemos as informações, chegaram-nos memórias do tempo em que a azenha funcionava. O bisavô deste nosso colega era moleiro na Quinta do Pomar Grande, próximo de Santiago do Cacém. Quando, por qualquer razão, lá não se podia moer, o moleiro vinha fazer a farinha à Azenha do Rio da Figueira.

Nascido em 1904, o avô do Paulo Chaves guardava nas suas memórias, transmitidas ao neto, a recordação de, entre os 6 e os 10 anos, ir com o pai à azenha, o que remontará aproximadamente ao período compreendido entre 1910 e 1914. Dizia ainda este senhor que naquela altura, era usual muita gente recorrer à azenha para moer os seus cereais.

A Azenha do Rio da Figueira passou em 2002 a fazer parte do Roteiro dos Moinhos da Europa através do programa "Euromills", tendo a Câmara Municipal de Santiago do Cacém sido um dos quatro parceiros portugueses neste importante projeto internacional.

Características Gerais

- Ano de construção – Desconhecido. (Séculos XVIII ou XIX)
- Azenha de copos, ou copeira, de propulsão superior
- Mecanismo de moagem – Tudo aponta para 2 casais de mós
- Mecanismo motor – Roda hidráulica, com engrenagem entrosga – carreto
- Diâmetro da roda hidráulica – 4 m
- Número de pisos – 2
- Número de portas – 2
- Número de janelas – 5
- Destinava-se à moagem de cereais



Situação Geográfica

- Local – Parque Urbano do Rio da Figueira, Santiago do Cacém
- Freguesia – União das Freguesias de Santiago do Cacém, Santa Cruz e São Bartolomeu da Serra
- Linha de água – Barranco do Rio da Figueira
- Coordenadas Geográficas – 38° 00' 37'' norte / 8° 41' 59'' oeste
- Altitude – 155 m
- Proprietário – Município de Santiago do Cacém



Azenha do Rio da Figueira, Santiago do Cacém. Fotografia: José Matias.



Moinho da Gamita

“Próximo da localidade de Vale da Eira, na freguesia de Ermidas-sado, num cenário de grande beleza natural, localiza-se na margem esquerda do rio Sado (...). Trata-se de um importante exemplar do nosso património molinológico (...). Edifício de um só piso, construído em alvenaria de pedra e cal, apresenta uma interessante arquitectura pensada para as grandes cheias (...).”⁷.

Importantes testemunhos do saber e da tradição popular, elementos marcantes das nossas paisagens, os moinhos merecem da parte de todos nós uma maior atenção, preservando os mais significativos, legando-os às próximas gerações, para que também elas possam, no futuro, usufruir deste património que nos foi legado pelos nossos antepassados.



Moinho da Gamita (moinho de rio - Rio Sado), Ermidas - Sado. Fotografia: José Matias.



NOTAS

1. «Santiago: divulgação de actividades das autarquias do concelho de Santiago do Cacém». N.º 1 (1982), p. 4.
2. Património e estrutura urbana, p 93-95.
3. QUARESMA, A. M. - Vila Nova de Milfontes: história, p. 58-59.
4. FALCÃO, J. A. [et al.] – Epigrafia Romana do Concelho de Santiago do Cacém I: a ara funerária da Herdade da Cascalheira (Santo André), p. 40.
5. Património e estrutura urbana, p. 97-98.
6. MATIAS, José - Património molinológico do concelho de Santiago do Cacém, p. 202-203.
7. MATIAS, José - Património molinológico do concelho de Santiago do Cacém, p. 203.

BIBLIOGRAFIA

FALCÃO, J. A. [et al.] – Epigrafia Romana do Concelho de Santiago do Cacém I: a ara funerária da Herdade da Cascalheira (Santo André). «Anais da Real Sociedade Arqueológica Lusitana». ISSN 0870-7766. Série 2, n.º 2 (1988), p. 37-48.

MATIAS, José - Património molinológico do concelho de Santiago do Cacém. Musa: museus, arqueologia & outros patrimónios. Setúbal : Fórum Intermuseus do Distrito de Setúbal : Museu de Arqueologia e Etnografia do Distrito de Setúbal, 2005- .ISSN 1646-0553. Vol. 1 (2004), p. 200-212.

Património e estrutura urbana. In **Revisão do Plano Diretor Municipal de Santiago do Cacém: relatório de caracterização do património cultural**. Santiago do Cacém : Câmara Municipal de Santiago do Cacém ; Lisboa : Instituto Superior Técnico, 2013. Vol. 5.

QUARESMA, António Martins - **Vila Nova de Milfontes: história**. 1ª ed. Vila Nova de Milfontes : Junta de Freguesia de Vila Nova de Milfontes, 2003. 244 p.

«Santiago: divulgação de actividades das autarquias do concelho de Santiago do Cacém». Santiago do Cacém : Câmara Municipal de Santiago do Cacém. Ano II, n.º 1 (ago. 1982).





Gentil José Cesário

gcesario@cm-santiagocacem.pt

**PARQUE URBANO DO RIO DA FIGUEIRA
- BREVE HISTÓRIA DO MAIOR PARQUE PÚBLICO DA CIDADE DE SANTIAGO DO CACÉM -**

RESUMO

O presente artigo trata da história do Parque Urbano do Rio da Figueira, em Santiago do Cacém e das quintas, que antecederam o parque público (a Quinta do Rio da Figueira e a Courela Grande), desde o século XVI até aos nossos dias.

ABSTRACT

The present article is about the story of the Parque Urbano do Rio da Figueira, in Santiago do Cacém, and the estates that preceded the public park: the Quinta do Rio da Figueira and the Courela Grande, since the 16th century until today.

PALAVRAS-CHAVE

Quinta | Courela | Parque

KEYWORDS

Farm | Strip of Cultivated Land | Park



INTRODUÇÃO

A partir de meados do século XIX passou a fazer parte das preocupações das autoridades municipais a necessidade de dotar a, então, vila de Santiago do Cacém, com espaços verdes públicos arborizados, que permitissem o convívio e a urbanidade, equipamentos que se entendiam por indispensáveis a uma localidade civilizada. Esta necessidade civilizacional continuaria sempre presente até aos nossos dias, fundamentando a criação pelo município e ao longo do tempo, de seis espaços verdes arborizados na atual cidade, com características diferenciadas. Os referidos espaços arborizados são: o Passeio das Romeirinhas, criado em meados do século XIX e que, até meados do século XX era uma alameda marginada por árvores; o Jardim Municipal, instituído nos inícios do século XX; o Parque de N. Sr.^a do Monte, arborizado em meados do século XX; o Parque do Rio da Figueira, surgido em finais do século XX como parque público; e, já neste século XXI, os parques da Quinta do Chafariz e da Tapada dos Condes de Avillez, ambos implantados sobre antigas propriedades senhoriais.

A Quinta do Rio da Figueira, alvo deste estudo, insere-se no conjunto de quintas históricas e senhoriais que rodeiam Santiago do Cacém, quase todas divididas entre a zona da residência dos senhores (habitação solarenga e jardins) e a restante parte de produção agrícola, cuja tradição de refinamento é habitualmente atribuída ao bispo de Nanquim, D. António Paes Godinho, ilustre natural do concelho que privou com a corte de D. João V e que, principalmente a partir da sua nomeação para a referida diocese chinesa, se instalou em Santiago do Cacém, mandando plantar os magníficos e cenográficos jardins barrocos da sua Quinta dos Olhos Bolidos.

O atual Parque Urbano do Rio da Figueira resulta da junção da antiga quinta do mesmo nome, que foi, sucessivamente, dos morgados da Carreira, dos condes de Avillez e de Jorge Ribeiro de Sousa, o "*Condinho*", com a Courela Grande, que esteve ligada ao solar dos Falcão Beja, depois Beja da Costa, famílias a que a propriedade pertencia antes de entrar na posse do município.



Quinta do Rio da Figueira, Santiago do Cacém. PT/AMSC/Col. José Benedito Hidalgo Vilhena.



A QUINTA DO RIO FIGUEIRA

No início do século XVI, de acordo com as informações deixadas pelos visitantes da Ordem de Santiago e Espada, já o vale onde se localiza a quinta era conhecido por Rio da Figueira. Este vale era atravessado pelo curso de água que lhe dá o nome (em verdade uma ribeira), albergando num dos recantos das suas margens o lavadouro público da vila¹. Neste século não existia uma quinta única, mas antes um mosaico de propriedades pertencentes a diferentes pessoas ou instituições; no entanto, entre os séculos XVII e XVIII, a família que usou os apelidos Raposo Pessanha e, mais tarde, Salema de Andrade, morgados de vários vínculos importantes, abrangendo terras e bens neste concelho e em outros do Alentejo, foi juntando os vários pedaços do Rio da Figueira. Estes fidalgos, que acabaram popularmente conhecidos por morgados da Carreira, conseguiram adquirir em propriedade plena cerca de metade da atual quinta, adicionando essa parte aos vínculos do morgadio; a outra metade (pertencente a outros vínculos) foi inicialmente aforada aos morgados da Carreira, mas a extinção oficial dos morgadios mais pequenos (com rendimentos inferiores a 200\$000 réis) em 1832, permitiu a aquisição dessa metade, que seguiria como a parte livre, ou não vinculada, da Quinta do Rio da Figueira.

Em 1862 faleceu José Joaquim Salema de Andrade Guerreiro de Aboim, no seu Palácio da Carreira em Santiago do Cacém, último descendente masculino da nobre Casa dos Morgados da Carreira. Pelo seu testamento, a sua fortuna seria dividida pelos três sobrinhos-netos, filhos da sua única sobrinha legítima, D. Maria Francisca Mafalda Rita Salema de Andrade Vila Lobos Guerreiro de Aboim, condessa de Avillez pelo seu casamento com o 2.º conde do mesmo título. Os três referidos herdeiros eram: o 3.º conde de Avillez, a quem pertencia a totalidade dos vínculos da família, incluindo a metade vinculada da quinta; José Maria Salema de Avillez, que herdava, entre outros bens não vinculados, o Palácio da Carreira e a outra metade da mesma Quinta do Rio da Figueira; D. Maria Francisca Salema de Avillez, que herdava os restantes bens importantes e não vinculados.



José Maria, ao contrário dos irmãos, preferiu vender a herança em Santiago do Cacém, nunca aqui residindo; mas a venda da sua metade da quinta estava condicionada pelas disposições testamentárias do tio-avô, obrigando a que, sendo vendida, só poderia ser adquirida pelo proprietário da outra metade – o irmão, 3.º conde de Avillez. Entretanto, em 1863, foram extintos todos os morgadios sobreviventes no país à exceção do vínculo da Casa de Bragança, pertencente ao herdeiro do trono, o que permitiu a união oficial das duas metades da propriedade.

Em 1901, com a dupla morte separada pelo espaço de cerca de um mês dos 3.º e 4.º condes de Avillez (pai e filho), toda a imensa fortuna fundiária da família passou para a posse e gestão da condessa D. Maria Carolina, mãe do 4.º conde e viúva do 3.º; entre as várias propriedades estava, obviamente, o Rio da Figueira.



Maria Francisca Mafalda Rita Salema de Andrade Vila Lobos Guerreiro de Aboim, Condessa de Avillez [Retrato a óleo].
Fonte: Museu Municipal de Santiago do Cacém.



José Joaquim Salema de Andrade Guerreiro de Aboim, Capitão-mor de Santiago do Cacém [Retrato a óleo].
Fonte: Museu Municipal de Santiago do Cacém.



A partir dos inícios de 1905, a condessa adotou como seu protegido o filho de uma criada da Quinta do Rio da Figueira, por coincidência nascido no mesmo dia em que se passavam 2 anos da morte do 4.º conde de Avillez. Educado nos melhores colégios, este menino viria a mudar de nome em 1914, por insistência de D. Maria Carolina, que queria que o seu protegido e herdeiro usasse o nome tradicional dos condes dos Avillez – Jorge – e os apelidos da família de sua mãe – Ribeiro de Sousa, evocando várias memórias que lhe eram especialmente queridas.



Maria Carolina de Sousa Feio, Condessa de Avillez [Retrato a óleo].
Fonte: Museu Municipal de Santiago do Cacém.

Em novembro de 1924 Jorge Ribeiro de Sousa atingiu a maioridade ao fazer 21 anos. Por essa altura, D. Maria Carolina, que tinha completado nesse ano os 80 anos de idade, resolveu fazer-lhe doação de algumas propriedades no concelho de Ferreira do Alentejo, antecipando a herança; mais tarde, e até morrer, passaria para a posse do protegido outras herdades e bens, tendo sido, muito provavelmente, nesta altura que Jorge Ribeiro de Sousa ganhou a alcunha de “Condinho”, por que passaria a ser conhecido popularmente até aos nossos dias.



A Quinta do Rio da Figueira passou para a gestão do "Condinho" em meados dos anos 20 do século XX, provavelmente ainda antes da morte da condessa, em 1926, seguindo na sua posse até à bancarrota da Casa Agrícola Jorge Ribeiro de Sousa, nos anos 60 do século XX.



Lago dos Patos, Quinta do Rio da Figueira, Santiago do Cacém. PT/AMSC/Col. José Benedito Hidalgo Vilhena.

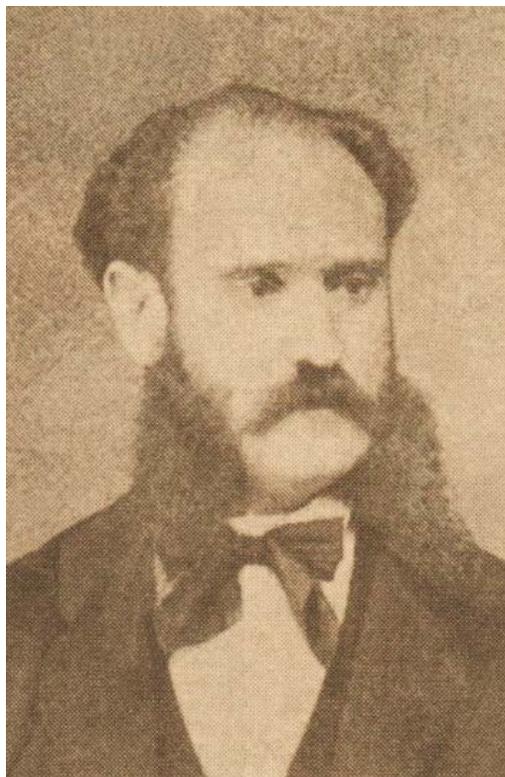


A COURELA GRANDE

O solar da família Beja da Costa, situado entre as ruas Dr. Francisco Beja da Costa, Padre António de Macedo e Largo Alexandre Herculano, terá sido construído ainda antes da criação do ramo Falcão Beja, com início no casamento celebrado na Igreja Matriz de Santiago do Cacém, em 20-2-1707, entre o fidalgo grandolense João Rodrigues Beja (1675 – 1737) e a fidalga santiaguense D. Mariana Bernarda Falcão (1680 – 1739), irmã do instituidor do Morgadio da Quinta de S. João. Este casal foi antepassado de vários santiaguenses ilustres, como o erudito Frei Bernardo Falcão Murzelo, autor do primeiro estudo sobre a História de Santiago do Cacém (as Memórias da Antiga Miróbriga), seu neto; ou o Provedor Miguel Inácio Falcão Beja, que reconstruiu, às suas expensas, a Igreja da Misericórdia arruinada pelo terramoto de 1755, filho do casal referido. O solar da família, no seu aspeto primitivo, estender-se-ia pelo atual troço inicial da Rua Padre António de Macedo, entre os largos Alexandre Herculano e da Pimenteira, onde se localizavam pátios e zonas de serviço da casa, ligando-a a um amplo logradouro com espaço para zonas de cultivo de plantas hortícolas e jardim – a Courela Grande. Em meados do século XIX, um dos chefes desta família que ocupou a presidência da Câmara Municipal de Santiago do Cacém (Roberto António Falcão Beja, ou seu filho, José Francisco Arrais Falcão Beja, ou talvez o genro deste último, o Dr. Manuel António da Costa), terá celebrado uma permuta com a Câmara Municipal, para melhoria da circulação viária na vila, cedendo ao município uma faixa nas traseiras do solar destinada a arruamento, em troca do espaço de via pública que corria ao lado da casa e onde foi instalado o jardim privado da mesma, ainda hoje existente, dominado por um frondoso jacarandá. Esta permuta separou fisicamente o espaço da Courela Grande do solar, entretanto grandemente intervencionado, quando terá recebido as fachadas públicas atuais. Em meados da década de 80 do século XX, mais ou menos quando a quinta do Rio da Figueira entrou para a posse do município, aconteceu o mesmo com a Courela Grande, mais uma vez em resultado de uma permuta entre a família e a Câmara Municipal.



José Francisco Arrais Falcão Beja. **Álbum Alentejano: apêndice à província do Baixo Alentejo** - Dir. Pedro Muralha, pág. 1092.



Manuel António da Costa. **Álbum Alentejano: apêndice à província do Baixo Alentejo** - Dir. Pedro Muralha, pág. 1092.

Na Courela Grande foram construídos terraços decorados por balaustradas e ligados por escadas, muito ao gosto oitocentista, que serão da segunda metade do século XIX ou inícios do século XX. Presumivelmente nas primeiras décadas do século XX, terá sido construído o terraço da mesa de pedra, ligado a um tanque de água provavelmente mais antigo. Cerca dos anos 20 ou mesmo já 30, foi construído o corte de ténis. Em inícios do século XX, e ainda dentro do que era a Courela Grande, os Beja da Costa construíram o conjunto de edifícios das garagens, estilo neogótico-industrial, separados por um pátio empedrado voltado ao Largo da Pimenteira e que seguem na posse da família.



O PARQUE URBANO DO RIO DA FIGUEIRA

Hipotecada à Caixa Geral de Depósitos, a Quinta do Rio da Figueira viria a ser entregue ao Gabinete da Área de Sines nos inícios dos anos 70, sendo transferida a sua posse a favor do município cerca de 20 anos depois, com a extinção do GAS em 1989.

Muito antes disso, em 1977, o Município e o Gabinete da Área de Sines acordaram na cedência da quinta para criação de um parque público, não tardando a Câmara Municipal a adjudicar a elaboração do projeto do parque. Em agosto de 1982, o Município inaugurava as piscinas descobertas, criadas nos antigos tanques de rega da quinta, decorados com enrolamentos, e o circuito de manutenção. Grande parte dos equipamentos do atual parque foram criados ainda nessa década, mas, infelizmente, a antiga casa da quinta, com as suas paredes decoradas por frescos, foi demolida também na mesma altura.

Em 2005, a Câmara Municipal de Santiago do Cacém inaugurava o edifício das piscinas cobertas, na entrada do parque, que inclui uma piscina de 25,00 m por 17,00 m, com uma profundidade de 1,10 m a 1,80 m; uma piscina de aprendizagem de 17,00 m por 10,00 m, com uma profundidade de 0,60 m a 1,00 m; um ginásio multifusos e um bar.

Entretanto, ainda nos anos 80, o Município adquiria uma outra propriedade contigua à quinta – a Courela Grande. Esta foi anexada ao Rio da Figueira, expandindo o parque urbano, e nela foi construído o parque infantil. Mais recentemente, desde setembro de 2021 e após a requalificação do antigo campo de ténis, o parque passou a contar com mais esse equipamento.



Parque Urbano do Rio da Figueira, Santiago do Cacém, déc. 80 do séc. XX, PT/AMSC/AL-CMSC/F-A/002.



CONCLUSÃO

A parte senhorial e de lazer da Quinta do Rio da Figueira terá surgido a partir de finais do século XVIII, sendo alguns dos elementos ainda visíveis dentro do Parque Urbano. São dignos de referência a antiga casa de residência da quinta, infelizmente demolida; um edifício interessantíssimo, com toda a aparência de ter crescido por adições e ampliações ao longo de gerações, tendo possuído, no seu interior, salas decoradas com várias pinturas, nomeadamente os bonecos populares do visconde de Setúbal (um conjunto de pinturas deste género ainda pode ser visto nas paredes de um dos salões do Palácio da Carreira). Conserva-se ainda um torreão do pátio ajardinado da casa, a fonte de S. Jorge com os seus azulejos barrocos, o lago, alguns tanques de rega (usados como piscinas descobertas) e a importante azenha com o seu aqueduto que continua a ser, apesar do estado de abandono e degradação que apresenta, uma das mais importantes estruturas molinológicas do nosso concelho. O parque possui também o referido campo de ténis com balneários, localizados nas proximidades do parque infantil, um polidesportivo com campo de futsal e um campo de padel. Dispõe ainda de um circuito de manutenção, espaço desportivo de utilização livre, de balneários e da zona de merendas, destinada a apoiar os visitantes do parque.



Pinturas afresco da antiga casa da Quinta do Rio da Figueira, Santiago do Cacém. PT/AMSC/AL-CMSC/F-A/002.



Azenha da Quinta do Rio da Figueira, Santiago do Cacém. PT/AMSC/Col. José Benedito Hidalgo Vilhena.



NOTAS

1. CESÁRIO, Gentil José ; GOMES, Luísa - Açucar, pimenta e canela: retrato de Santiago do Cacém ao tempo do foral manuelino, p. 34-37.

BIBLIOGRAFIA

Arquifolha [Revista em linha]. Santiago do Cacém : Câmara Municipal de Santiago do Cacém, 2008- . N.º 26 (2017) “Os Condes de Avilhez em Santiago do Cacém”. [Consult. 24 mai. 2022]. Disponível em WWW: https://issuu.com/munsantiagocacem/docs/arquifolha_26_definitivo_experienci.

CESÁRIO, Gentil José ; GOMES, Luísa - **Açucar, pimenta e canela: retrato de Santiago do Cacém ao tempo do foral manuelino**. Santiago do Cacém : Câmara Municipal de Santiago do Cacém, 2010. 62 p. ISBN 978-972-99051-8-6.

CESÁRIO, Gentil José - **Feira do Monte 2007: exposição «Memórias do Passado, Momentos do Presente»**. Santiago do Cacém : Câmara Municipal de Santiago do Cacém, 2007. [42] p.

CESÁRIO, Gentil José - Testamento de José Joaquim Salema de Andrade Guerreiro de Aboim. Scilicet [Revista em linha]. N.º 2 (2013). [Consult. 24 mai. 2022]. Disponível em WWW: https://issuu.com/munsantiagocacem/docs/scilicet_n._2_testamento_de_jos._j.

CESÁRIO, Gentil José - **1808: Santiago do Cacém e a 1ª invasão francesa**. Santiago do Cacém : Junta de Freguesia de Santiago do Cacém, 2008. 179, [1] p. ISBN 978-989-95865-2-9.

FALCÃO, José António – **Património construído e Urbanismo de Santiago do Cacém: subsídios para um ensaio de enquadramento histórico** [Estudo datilografado]. 1991. 18 p. Acessível no Centro de Documentação do Grupo de Reabilitação Urbana da Câmara Municipal de Santiago do Cacém.

LIMA, Joaquim Filipe Leão Falcão de – **Gente de entre searas e montados**. Lisboa : Guarda-mor, D.L. 2009. 344 p. ISBN 978-989-96088-0-1.

Presidentes de Câmara em tempos de democracia, Santiago do Cacém, 1974-2021 [Em linha]. Santiago do Cacém : Câmara Municipal de Santiago do Cacém, [2021]. [Consult. 24 mai. 2022]. Disponível em WWW: https://issuu.com/munsantiagocacem/docs/25_de_abril_2021_1_.pptx.

Scilicet [Revista em linha]. Santiago do Cacém : Câmara Municipal de Santiago do Cacém, 2012- . N.º 6 “Maria Carolina de Sousa Feio (1844-1926), última Condessa em Santiago do Cacém” (dez. 2018). [Consult. 24 mai. 2022]. Disponível em WWW: https://issuu.com/munsantiagocacem/docs/scilicet_n._6.

SILVA, António de Macedo e - **Annaes do municipio de Sanct-Yago de Cassem: desde remotas eras até ao anno de 1853**. Beja : Typographia de Sousa Porto & Vaz, 1866. 205 p.

SILVA, Manuel João da - **Toponímia das ruas de Santiago do Cacém: breve história**. 1ª ed. Santiago do Cacém : Câmara Municipal de Santiago do Cacém, 1992. 207 p. ISBN 972-95159-4-8.

VASCONCELLOS, Francisco Lobo de - As quintas em redor de Santiago do Cacém: elementos para um inventário. In **2º Encontro de História do Alentejo Litoral: actas**. Sines : Centro Cultural Emerico Nunes, 2010. ISBN 978-972-99027-8-9. p. 216-222.





Francisco Lobo de Vasconcellos

francisco@franciscolobo.pt

PRODUÇÃO E LAZER – AS QUINTAS EM REDOR DE SANTIAGO DO CACÉM

RESUMO

Um “passeio” por uma realidade desconhecida de muitos, as quintas em redor de Santiago do Cacém, uma realidade de grande qualidade histórica, paisagística e ambiental, onde o vernáculo e o erudito convivem criando espaços únicos.

ABSTRACT

A “walk” through a reality unknown to many, the “Quintas around Santiago do Cacém, a reality of great historical, scenic and environmental quality, where the vernacular and the erudite coexist, creating unique spaces.

PALAVRAS-CHAVE

Quintas | Jardins históricos | Água | Produção Agrícola | Lazer | Património

KEYWORDS

Farms | Historic Gardens | Water | Agricultural Production | Leisure | Heritage

O Autor não segue o acordo ortográfico de 1990



**“OS JARDINS SÃO COMO OS SERES HUMANOS:
NASCEM, CRESCEM E MORREM”**

Existe uma realidade desconhecida para muitos dos interessados nos jardins e quintas históricas em Portugal: as quintas em redor de Santiago do Cacém.

Esta zona em redor do aglomerado urbano possui um clima mediterrânico temperado, com uma duração de horas de sol muito longa no inverno e dispõe de um excelente sistema de aquíferos superficiais, de boa qualidade, com baixo teor de salinidade e de abastecimento regular, além da distância ao mar, o que promove amplitudes térmicas não muito extremas e um razoável teor de humidade. Existem vários testemunhos de ter sido habitada desde épocas remotas, aproveitando as condições naturais, e em especial a água, sendo talvez o exemplo mais marcante a cidade romana de Miróbriga e os seus dois complexos de balneários ou termas. Com a crescente capacidade financeira e cultural de alguns proprietários, começam a aparecer, no séc. XVIII, zonas de recreio nas propriedades agrícolas existentes.

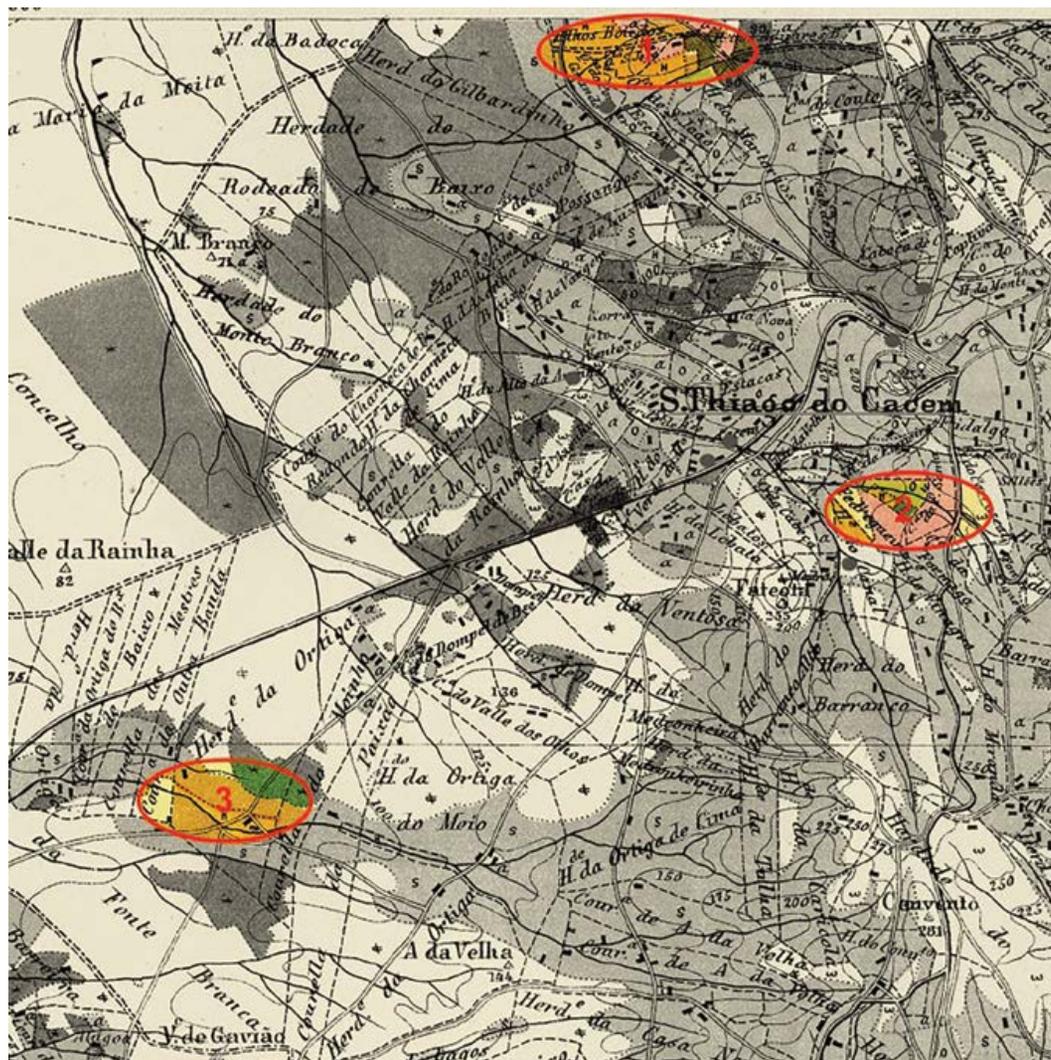
Estas zonas de recreio rapidamente adquiriram grande destaque, que as tornariam elementos marcantes das quintas, indicando que os “fatores” destes conjuntos, além de abastados, tinham um elevado sentido estético, culturalmente ilustrados e que, embora ainda sem o podermos provar documentalmente, certamente que se rodearam de pessoas com conhecimentos mais eruditos sobre jardins, tendo sensibilidade arquitectónica, paisagística e conhecimentos de botânica, hidráulica, etc.

Como nota interessante, de referir que as quintas principais pertenceram, inicialmente, a três das famílias da maior importância de Santiago do Cacém, da primeira principalidade local, parentes entre si, o que, certamente terá motivado alguma “competição” para transformar as zonas de lazer das suas quintas em locais especiais, de vilegiatura e recreio, aliás em sintonia com o que estava a acontecer em outras zonas do reino de Portugal.

Embora, como se disse, documentalmente os elementos existentes sejam reduzidos e cartograficamente inexistentes, conseguimos traçar parte da sua história, e da observação da sua situação actual, retirar algumas conclusões sobre a sua organização e desenvolvimento.



Importa reter que, em duas das quintas referidas, as famílias proprietárias extinguiram-se, com a conseqüente alteração de posse e a perda de muitos elementos, construídos e documentais, e posterior integração em outras casas agrícolas; a terceira propriedade sofreu uma variação temporária de posse, que alterou irremediavelmente a leitura actual do espaço agrícola.



Carta Agrícola de Portugal de Gerardo Augusto Pery, 1865, indicando, a encarnado as quintas referidas no texto.



Além de que as diferentes “modas” culturais e agrícolas, as condições naturais, a mecanização e perda de rendimentos agrícolas, levam a alterações, por vezes irremediáveis e que dificultam a leitura desta paisagem.

A quinta de São João situa-se a cerca de 2 km de Santiago do Cacém, tem actualmente cerca de 26 ha e compõe-se de casa senhorial com capela, da primeira metade do séc. XVIII, vastos apoios agrícolas, jardins, pomares e áreas de cultivo.

O conjunto urbano de estadia e lazer da quinta de São João desenvolve-se principalmente em torno de um pátio, a que se acede por um arco em pedra, encimado por uma pedra de armas, com a casa principal apoiada por edifícios térreos de habitação e de apoio à exploração agrícola, a norte e nascente, e um tanque a poente.

Deste conjunto edificado fazem parte ainda outros edifícios agrícolas, de que sobressai uma magnífica adega, um vasto edifício, em que se destaca o portal armoriado.

A primeira notícia que se tem é de 1725, com a aquisição da quinta pelo Sargento-Mor João Falcão de Mendonça e já então é referida a existência de “cazas”, de um lagar de azeite, de “cera” e de um “moinho de água”.



Vista geral do núcleo construído da Quinta de São João, Santiago do Cacém.



Esta quinta tem grande abundância de água, com a origem principal num poço de feições mouriscas, que alimenta, por gravidade e sistema de caleiras, numerosos tanques, comunicantes, que percorrem a quinta a jusante, e por tracção, outrora por meio de uma nora, que abastece a montante o tanque comprido junto da casa principal, através de um aqueduto sobre arcadas.

Subsistem as ruínas de antigo moinho de água e respectivo sistema hidráulico junto ao ribeiro, outrora mais caudaloso, e que é "gerido" em conjunto com outras quintas da vizinhança, numa interessante relação de gestão comunitária da água.

As zonas de lazer são de feição romântica, estendendo-se ao longo de caminhos bordejados por caleiras, onde corre a água permanentemente, entre os referidos tanques, com zonas de sombra e de luz, vias que se vão abrindo, com uma profusão de espécies vegetais, que além das espécies características da zona, como as oliveiras, sobreiros, palmeiras, citrinos e outras árvores de fruto, é densamente arborizada por grande variedade de outras espécies arbóreas, tais como álamos, amoreiras, castanheiros, casuarinas, carvalhos, cedros, eucaliptos centenários, faias, freixos, plátanos, pimenteiras, pinheiros, salgueiros-chorões, sophoras-japonicas, fílias, etc.



Aqueduto para abastecimento de água à Quinta de São João, Santiago do Cacém.



Confinante, encontra-se a quinta dos Olhos Bolidos, com cerca de 40 ha. O seu nome vem do facto de ser uma quinta com muitos “olhos de água”, com água todo o ano, sempre a correr, sempre a “bulir”, segundo uma das versões sobre a origem do seu nome, sendo que outra seria uma derivação da palavra “belido”, como “grande beleza”.

A primeira notícia conhecida sobre Olhos Bolidos diz-nos que em 1706 era de João Estação e de sua mulher Mariana Costa, e que em 1730 foi vendida por João Falcão de Mendonça a D. António Pais Godinho, Bispo de Nanquim. Posteriormente, teria entrado na casa agrícola da família Paes de Mattos Falcão, mais tarde Condes do Bracial e donos da quinta de São João, ficando esta quinta integrada neste conjunto.

A casa é de piso térreo, muito simples, com a fachada principal com uma porta ladeada por duas janelas. Lateralmente, na fachada norte alternam janelas de peitoril e de sacada, terminando num pombal e destacam-se as suas coberturas, em “tesoura”. No entanto o seu grande destaque são os jardins e os pomares.

A quinta é percorrida longitudinalmente por um eixo, fortemente marcado, que liga e relaciona os diversos componentes e do qual se desprendem caminhos que estruturam, compartimentam e revelam perspectivas e pontos de interesse.

Da leitura da estrutura e da composição do espaço e do modo como se relacionam entre si os elementos que mais o caracterizam (vegetação, elementos construídos, água) sobressaem três zonas de funções distintas.

Uma zona, que pode ser chamada de estadia, é o ponto fulcral desta quinta, a mais rica de possibilidades de recreio, de contemplação e fruição.

Nesta zona, o centro está no jardim formal, com a sua casa de fresco. Este jardim, rodeado de muros, quase escondido, situado junto do eixo central e envolvido por um dos seus braços, tem uma função unicamente de recreio. Sendo fechado sobre si mesmo, quase seguindo a tradição ibero-mourisca, só pode ser vivido directamente ou desfrutado visualmente, a partir da casa de fresco que se ergue sobre o jardim, como miradouro, sobrepondo-se a uma gruta com cascata e paredes revestidas de conchas e embrechados.



Percorrendo, vivem-se vários momentos em que as espécies vegetais, algumas delas únicas, alternam com elementos arquitectónicos, proporcionando diferentes sensações, cores, ambientes, cheiros, “puxando” por todos os nossos sentidos.

Temos ainda a zona de produção, em que o pomar abrange toda a área situada entre a entrada da quinta e o jardim formal, a uma cota mais baixa, com a sua exploração facilitada pelos socalcos que se desenvolvem perpendicularmente ao eixo longitudinal; o sistema de rega encontra-se adossado aos caminhos que se cruzam axialmente.



Jardim dos Buxos, Quinta dos Olhos Bolidos, Santiago do Cacém.

Seguindo ao longo do caminho o eixo principal que atravessa esta zona, é-se tomado pela sensação de se seguir por um corredor cheio de luz, entre laranjeiras (infelizmente hoje em queda de produção e tendencialmente a desaparecer) cuja sombra defende a terra do sol.



Ao longo deste caminho vão-se abrindo perpendicularmente novos eixos perspécticos, que descobrem outras vistas.

A água tem origem num sistema de minas, com condutas subterrâneas que conduzem a um tanque que, por gravidade, faz funcionar todo o sistema de rega, incluindo o repuxo, a cascata e a fonte de Santo António. Existe ainda outro tanque, numa cota inferior, que recolhe as águas sobrantas para regar a parte de baixo do pomar.

As espécies vegetais dominantes eram os citrinos, com boas produções de laranjas, limões, toranjas e tangerinas, além dos sobreiros e pinheiros. Para além destas, existe uma boa concentração de oliveiras e variadas espécies ornamentais únicas, como magnólias, plátanos, palmeiras, acácias, fílias, cedros, buxos, alguns deles de grande altura, com grande destaque para as palmeiras e diversas espécies florais, nomeadamente rosas, jarros, agapantos, glicínias, bambus, etc.

Presume-se que alguma predominância de espécies orientais se deva ao facto da quinta ter pertencido ao Bispo de Nanquim, que, apesar de nunca ter visitado a sua diocese, terá, eventualmente, tentado recriar algum ambiente mais exótico. Bulhão Pato, no séc. XIX, faz referência aos seus pêssegos.

Entre estas duas quintas, localiza-se a Quinta de São José, ou do Meio, que não pode ser analisada dissociada das anteriores, por ter sido parte integrante da Quinta de São João e ter pertencido aos mesmos proprietários durante vários anos.

A Quinta de São José ou do Meio tem como elementos mais notáveis o portão e o tanque. Apesar do portão ser imponente, em pedra rusticada, ladeado por pequenas casas, é o tanque que se destaca com a pequena "Casa de Fresco". É um volume de planta rectangular, de ângulos em curva, com uma colunata sobre o muro do tanque e uma latada cobrindo o caminho que conduz à casa.

A fachada da singular "Casa de Fresco", virada a Sul, é rasgada por dois arcos de volta perfeita com molduras de tijolo; ao centro destaca-se uma cartela de cantaria recortada e moldurada por volutas, rematada superiormente por uma concha e apresentando ao centro o cronograma "1777" encimando uma bica, que se destaca de um botão de flor.



A casa é uma construção simples, de dois pisos, que não corresponde à riqueza do tanque e a esta quinta, que está praticamente abandonada agricolamente, com zonas inacessíveis onde se suspeita a existência de mais elementos construídos, mas subsistem ainda laranjeiras, oliveiras, salgueiros e uma zona de sobreiral.



“Casa de Fresco” e Cascata, Quinta dos Olhos Bolidos, Santiago do Cacém.



Mais encostada a Santiago do Cacém, está a quinta do Rio da Figueira que pertenceu ao Capitão-mor, José Joaquim Salema d'Andrade Guerreiro de Aboim, certamente o responsável pela sua transformação em grande quinta de recreio.

O acesso principal seria num percurso descendente, com acentuado dramatismo e encenação, com escadas, rampas e patamares na aproximação à zona mais baixa e aos jardins formais, que se estenderiam ao longo do ribeiro que deu nome à quinta.

São uma sucessão de espaços e acontecimentos, em que se destaca para Poente o primeiro tanque e a fonte, um pequeno edifício de planta longitudinal antecedido por latada apoiada em colunas de secção circular.

Um pouco abaixo da casa, de que hoje apenas restam escombros e alguns registos fotográficos, existia um primeiro patamar, onde ainda se podem ver vestígios de um tanque, bancos e alegretes, que vamos encontrar, quase repetidos, no socalco inferior, com um outro jardim formal, com um espelho de água circular, com pequenos canteiros, provavelmente de buxo na sua origem. Este jardim é enquadrado por um muro que encerra condutas de água, pontuado por bancos, canteiros e outros elementos com decoração esgrafitada.

Num dos extremos situa-se uma pequena casa de fresco, um gracioso edifício de planta centralizada, com cobertura exterior em cúpula.

Do lado poente, ainda neste plano, localiza-se um grande tanque de planta circular, rodeado por grades em ferro fundido, tendo num dos extremos uma construção (pateira). No centro, uma fonte encimada por um leão em pedra, que se julga ser uma construção já dos finais do séc. XIX. E é nesta zona poente que se localizam, talvez, os elementos mais interessantes da Quinta ligados à produção agrícola: um enorme tanque e o moinho.

Situado num plano inferior, este tanque recolhia as águas que até ele eram conduzidas por um vasto sistema de condutas, ligações, poços de decantação, para regar as hortas e os pomares que lhe ficavam adjacentes. É um enorme volume rectangular, com um espaldar rematado por uma sucessão de volutas e plintos, com um elemento central, onde se situa a fonte.



A azenha é um exemplar raro, uma jóia da molinologia portuguesa, abastecida por um aqueduto.

Mais uma vez é de realçar o sistema de aproveitamento e condução de águas, com os vários tanques e condutas, até ao moinho e ao enorme tanque-depósito.

Tem de se fazer referência à desaparecida casa, interessante elemento pombalino, equilibrado, com um interior onde se destacavam os frescos e ainda uma sucessão de várias outras construções utilitárias, como galinheiros, pombal, forno.

Também integrante desta quinta, temos a chamada quinta da Fonte Santa, com uma organização espacial, que se estende em socalcos encaixados no vale.

O acesso inicialmente fazia-se por um imponente portão em alvenaria, rematado por elementos cilíndricos, modelo aliás semelhante a outros na zona. Logo nesse primeiro socalco, localiza-se um poço e um enorme tanque de retenção e ao longo do caminho, corre de um lado uma caleira e do outro, um canal.

Nos socalcos existem mais dois tanques, semi-circulares, sendo que anexo a um deles se situa a fonte chamada "Santa".



Tanque e pérgula, Quinta de São José, Santiago do Cacém.



A habitação organiza-se em L, com uma varanda/terraço fronteiro, em tijoleira com uma corrente de janelas de sacada e com os telhados de “tesoura”.

E merece destaque, mais uma vez, o sistema de aproveitamento e gestão das águas e o efeito cenográfico de aproximação à casa, com uma perspectiva de grande beleza através do vale, em direcção ao mar.

A quinta da Ortiga é já referida num livro de posturas municipais de 1680, onde se refere que, e citamos, “*Prohibido ter colmeias...dentro da circumferência de meia légua... nos pomares da Ortiga*”, in *Annaes do Município de Sant'Iago do Cacém*, o que já indiciava uma zona fértil de produtos frutícolas.

Esta quinta distingue-se dos outros exemplos pela sua dimensão, que se aproxima mais do conceito de herdade (cerca de 600 ha), mas o núcleo original possui as mesmas características das quintas referidas anteriormente.

A área de lazer desenvolve-se ao longo de um eixo de aproximação, que atravessa o ribeiro e culmina no tanque grande, passando pela casa e pela capela.

A capela é rodeada de jardins formais, de buxo, com árvores monumentais e exóticas. No lado oposto à capela, por trás da casa, localizavam-se as hortas e as árvores de fruto de abastecimento à casa e partiam caminhos, com pérgulas, ladeados por caleiras de água, pontuados por tanques que se prolongavam até ao moinho de água, entretanto desaparecido. Esta ligação era igualmente feita através de um caminho, ladeado por uma pérgula sustentada por colunas cilíndricas de alvenaria, à semelhança de outros modelos atrás mencionados.

O tanque grande, de consideráveis dimensões, tem um modelo semelhante a outros já descritos anteriormente, com um alçado coroadado de volutas, enrolamentos e plintos. De cada lado existem duas construções, sendo uma delas a “fonte de Santo António” e do outro lado uma casa de fresco, que enquadram, num plano mais baixo, toda a composição.

Por trás do tanque e em redor da casa, na mata, existiam caramanchões, pontes, ruínas, pontos de estadia, entretanto desaparecidos.



Novamente fica em evidência o sistema de gestão hidráulica, com o aproveitamento de águas por um sistema de tanques de retenção e caleiras até à zona “urbana” que, tal como nas outras quintas, se compunha, além da casa, de diversos apoios agrícolas como celeiros, adega, forno, estábulos.



Caminho, com tanque ao fundo, Quinta da Ortiga, Santiago do Cacém.



Igualmente o ribeiro era represado e a água aproveitada por um engenhoso sistema de comportas, que permitiam, inclusive, que se andasse de barco.

Certamente, um dos pontos mais interessantes é a influência destas quintas, mais imponentes e de maiores dimensões, noutras que podemos encontrar ao redor de Santiago, nas quais se replicam, em menores dimensões, alguns dos elementos enunciados: gestão da água em diferentes aproveitamentos, zona de lazer e zona de produção, tanques, bancos, pérgulas, elementos decorativos, alguns muito interessantes e engenhosos e que urge inventariar.

Desta breve análise podemos reter alguns aspectos característicos e comuns a quase todas as quintas:

- Importa ter em conta que, apesar da sua componente de recreio e lazer, eram, acima de tudo, propriedades agrícolas, com uma forte componente produtiva, rentáveis enquanto a agricultura assim o foi;



Fonte e pérgula, Quinta do Rio da Figueira, Santiago do Cacém.



- Um acesso cenográfico, de aproximação, como que de preparação para o que se iria encontrar;
- Um engenhoso aproveitamento e gestão da água, que ao longo do seu percurso serve para regar e para animar os componentes decorativos: repuxos, espelhos de água, fontes;
- Utilização de tanques como bacias de retenção, mas existindo quase sempre um que se destaca, com uma grande carga decorativa, como um elemento focal da paisagem;
- As casas têm alguma imponência, mas a ênfase está no jardim, na sua decoração e espécies arbóreas;
- Nunca perdem a sua função de quinta de produção, com os pomares e hortas integrados na paisagem e quase que fazendo parte do jardim;
- Um grande cuidado nas espécies arbóreas e arbustivas, com exemplares de grande raridade, espécies exóticas, que fazem parte da cenografia e composição do espaço;



Tanque grande e Azenha, Quinta do Rio da Figueira, Santiago do Cacém.



- Variedade de produção frutícola, pois existem várias referências à exportação de laranja para Inglaterra, a grandes produções de vinho e azeite, aos "melhores pêssegos" segundo Bulhão Pato e fotografias de bananeiras de fim do séc. XIX.

Esta reflexão leva-nos a uma questão interessante e que já referimos: a nosso ver, terá existido uma intervenção especializada na concepção destes espaços, destes jardins. Não tanto pela gestão das águas, um saber ancestral, mas pela composição, pela organização, pela utilização de recursos decorativos como casas de fresco, fontes, alegretes, bancos e pela escolha das espécies vegetais, pela encenação das aproximações e entradas.

Sendo os proprietários das quintas pessoas com dinheiro e cultura, somos levados a pensar que tenham recorrido a arquitectos e botânicos para construírem os seus jardins, com um modelo mais ou menos elaborado, ou pelo menos com um conceito comum, mas com diferentes interpretações. Aqui está um desafio, a que uma investigação documental mais aprofundada pode ajudar a trazer alguma luz.

Mas, talvez o maior desafio, aquele que se afigura mais urgente, será o de não se deixar perder esta realidade, esta paisagem, e evitar que estas quintas, estes espaços, se degradem, desapareçam, transformem irremediavelmente, fruto das mudanças de conceitos de rentabilidade agrícola, falta de mão de obra, mudança de mentalidade, perda de saberes e de relações ancestrais, além de escassos recursos económicos.

Quintas como o Pomar Grande, Almadanim, Relvas, Vale Pouca Terra, Canal, Azenha e muitas mais, além das já mencionadas, merecem um estudo e um enquadramento de protecção e promoção, pois só poderão sobreviver e prosperar se forem rentáveis, regressarem às suas funções de produção e de inovação, sendo ao mesmo tempo elementos de ligação à comunidade e à vizinhança, recuperando uma rede de interacções que já antes existiu.

Resta a esperança...



Detalhes arquitectónicos das Quintas, Santiago do Cacém.



BIBLIOGRAFIA

Fontes Impressas

- «Boletim da Direcção Geral de Agricultura». Lisboa : Imprensa Nacional. Ano 5, n.º 9 (1894) “Monografia do concelho de S. Thiago do Cacém”.
- CARITA, Helder ; CARDOSO, Homem – **Tratado de grandeza dos jardins em Portugal**. Lisboa : Circulo de Leitores, 1990.
- CARNEIRO, Inácia de Oliveira - Padre António de Macedo. In CARNEIRO, Inácia de Oliveira [et al.] **Gentes e culturas: freguesia de Abela**. Vila Nova de Santo André : LASA - Liga dos Amigos de Vila Nova de Santo André, 2004. (Caderno temático; 4). - p. 4-7.
- CARVALHO, Bonifácio Gomes de – **Continuação da feliz e gloriosa restauração da Comarca do Campo de Ourique, pela parte do poente**. [Lisboa] : [s.n.], [1808]. [3] p.
- CESÁRIO, Gentil José ; GOMES, Luísa - **Açúcar, pimenta e canela: retrato de Santiago do Cacém ao tempo do foral manuelino**. Santiago do Cacém : Câmara Municipal de Santiago do Cacém, 2010. 62 p. ISBN 978-972-99051-8-6.
- CASTEL-BRANCO, Cristina [et al.] - **A água nos jardins portugueses**. Lisboa : Scribe, 2010. 151, [1] p. ISBN 978-989-8410-08-5.
- LIMA, Joaquim Filipe Leão Falcão de – **Gente de entre searas e montados**. Lisboa : Guarda-mor, D.L. 2009. 344 p. ISBN 978-989-96088-0-1.
- FELICIANO, Ana Marta ; SANTOS Leite, António – **A casa senhorial como matriz de territorialidade**. Lisboa : Caleidoscópio, 2015. 334, [1] p. ISBN 978-989-658-335-4.
- MURALHA, Pedro – **Album alentejano: apêndice do baixo Alentejo**. Lisboa : Imprensa Beleza, [1931].
- PIRES, Amílcar Gil – **A quinta de recreio em Portugal: vilegiatura, lugar e arquitectura**. Lisboa : Caleidoscópio, 2013. 461 p. ISBN 978-989-658-245-6.
- SILVA, Manuel João da - **Toponímia das ruas de Santiago do Cacém: breve história**. 1ª ed. Santiago do Cacém : Câmara Municipal de Santiago do Cacém, 1992. 207 p. ISBN 972-95159-4-8.
- SILVA, António de Macedo e – **Annaes do município de Sant'Iago de Cacem**. 2ª ed. Lisboa : Imprensa Nacional, 1869.
- SOARES, Carlos - **Santa Casa da Misericórdia de Santiago do Cacém: breves notas para a sua história**. [Santiago do Cacém] : [Santa Casa da Misericórdia], [198-]. 111 p.
- SOBRAL, Carlos - O Monte das Relvas (S. Bartolomeu da Serra): analogias arquitectónicas com outros edifícios de centro histórico de Santiago do Cacém. In SOBRAL, Carlos [et al.] - **Gentes e culturas: freguesia de S. Bartolomeu da Serra**. Vila Nova de Santo André : LASA - Liga dos Amigos de Vila Nova de Santo André, 2004. (Caderno temático; 5). p. 21-25.
- SOBRAL, Carlos ; MATIAS, José - **Património edificado de Santiago do Cacém: breve inventário**. Lisboa : Colibri ; Santiago do Cacém : Câmara Municipal de Santiago do Cacém, cop. 2001. 131, [3] p. ISBN 972-772-249-0.



BIBLIOGRAFIA

Fontes Manuscritas e Dactilografadas

FALCÃO, José António – **Património construído e urbanismo de Santiago do Cacém: subsídios para um ensaio de enquadramento histórico** [Estudo datilografado]. 1991. 18 p. Acessível no Centro de Documentação do Grupo de Reabilitação Urbana da Câmara Municipal de Santiago do Cacém.

VASCONCELLOS, António Lobo de – **Breves notas sobre o Padre Bonifácio Gomes de Carvalho e a Igreja do Castelo, Matriz de Santiago do Cacém.** Acessível no Arquivo Lobo de Vasconcellos.

VASCONCELLOS, António Lobo de – **Notas sobre a quinta dos Olhos Bolidos** Acessível no Arquivo Lobo de Vasconcellos.

SILVA, Gonçalo Nunes da – **Quinta de S. João em Santiago do Cacém - resenha histórica.** 2011. Acessível na Biblioteca Lobo de Vasconcellos.

Arquivo família Lobo de Vasconcellos.

Fontes Em Linha

GeneAll.net [Em linha]. Disponível em WWW: <http://www.geneall.net/P>.

PORTUGAL. Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas - Porta Português de arquivos [Em linha]. Lisboa : DGLAB, [s.d.]- . Disponível em WWW: <https://portal.arquivos.pt/directory>.



MUNICÍPIO
SANTIAGO DO CACÉM
TERRA ÚNICA

arQuivo
MUNICIPAL
SANTIAGO DO CACÉM